

Fundação Casa de Rui Barbosa
Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos
Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Bárbara Moreira Silva de Barros

“Escritas de si” ou “Provas de mim”? A busca por respostas por meio do princípio da ordem original em arquivos de pessoas de escritoras

Rio de Janeiro

2019

Bárbara Moreira Silva de Barros

“Escritas de si” ou “Provas de mim”? A busca por respostas por meio do princípio da ordem original em arquivos de pessoas de escritoras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Linha 1 – Patrimônio Documental: representação, gerenciamento e preservação de espaços de memória.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucia Maria Velloso de Oliveira

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE

FCRB

B277 Barros, Bárbara Moreira Silva de.
“Escritas de si” ou “Provas de mim”? A busca por respostas por meio do princípio da ordem original em arquivos de pessoas de escritoras/ Bárbara Moreira Silva de Barros. – Rio de Janeiro, 2019.
149 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Lucia Maria Velloso de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em memória e acervos) – Programa de pós-graduação em memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

1. Arquivos pessoais. I. Oliveira, Lucia Maria Velloso de. II. Título.

CDD: 025.3414

Responsável pela catalogação:
Bibliotecária – Carolina Carvalho Sena CRB 6329

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Bárbara Moreira Silva de Barros

“Escritas de si” ou “Provas de mim”? A busca por respostas por meio do princípio da ordem original em arquivos de pessoas de escritoras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.
Área de Concentração: Linha 1 – Patrimônio Documental: representação, gerenciamento e preservação de espaços de memória.

Aprovado em:

Orientadora:

Prof. Dr.^a Lucia Maria Velloso de Oliveira (Orientadora)
Fundação Casa de Rui Barbosa

Banca Examinadora:

Prof. Dr.^a Joëlle Rachel Rouche
Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof. Dr.^a Maria Celina Soares de Mello e Silva
Museu de Astronomia e Ciências Afins

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres que lutam por equidade. As do passado que ainda nos inspiram, as do presente que são resistência e as do futuro imbuídas de esperança por um mundo mais justo. E, em especial, às mulheres da minha vida, Maria, Adriana e Eloah Maria.

AGRADECIMENTOS

O título de mestre, para mim, é sobretudo uma realização pessoal. Quando optei por assumir este compromisso, sabia que não seria fácil agregar mais uma ocupação ao meu atribulado cotidiano. Mesmo assim, confiante, mergulhei de cabeça nessa jornada e orgulho-me de dizer que em momento algum passou pela minha cabeça desistir.

Não poderia me esquecer das pessoas especiais que estiveram ao meu lado ou cruzaram meu caminho durante essa caminhada.

A minha orientadora Lucia Maria Velloso de Oliveira, profissional por quem tenho admiração e respeito desde a época da graduação e que me orientou com sabedoria e paciência.

As professoras Joëlle Rachel Rouchou e Maria Celina Soares de Mello e Silva por terem prontamente aceitado meu convite para compor a banca examinadora desta dissertação.

Os meus amigos de turma a quem tive o privilégio de conhecer e que, de longe, é o melhor grupo acadêmico com quem convivi.

E Elane Barreto, por doar generosamente a mim o seu tempo e conhecimento.

Sou profundamente grata à minha família e estendo meus agradecimentos também à minha amada mãe, Adriana, pessoa que me apoia, acalenta, ama e alegra. À minha querida avó Maria, que me ensinou o verdadeiro sentido do amor. E à Eloah Maria, minha vida, a quem busco direcionar pelo caminho do amor, respeito e justiça.

Termino esta jornada sabendo que este ainda não é o fim do caminho.



PPGMA - FCRB

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa
MINISTÉRIO DA CULTURA

*Esse crime, o crime sagrado de ser divergente,
nós o cometeremos sempre.*

Patrícia Galvão, Pagu



RESUMO

BARROS, Bárbara Moreira Silva de. *“Escritas de si” ou “Provas de mim”? A busca por respostas por meio do princípio da ordem original em arquivos de pessoas de escritoras*. Rio de Janeiro. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2019.

Resumo: A presente pesquisa propõe refletir, sob o prisma dos princípios da Arquivística, a assertiva de que há uma intencionalidade do titular em projetar uma imagem de si para a posteridade ao produzir seus arquivos de pessoas. No campo teórico, revisamos os conceitos, princípios e delimitações dos arquivos de pessoas dentro da Arquivologia, e, no marco empírico, analisamos arquivos de pessoas de três escritoras brasileiras, onde examinamos se há a aplicação do princípio da ordem original alinhado a outros instrumentos arquivísticos - como o quadro de arranjo e a história do arquivo - buscando evidenciar as relações orgânicas e o contexto arquivístico, refutando a ideia de uma premeditação na criação dos documentos pessoais. E, por fim, um relatório de pesquisa onde apresentamos como se dá a aplicação do princípio da ordem original em instituições que possuem arquivos de pessoas em seus acervos.

Palavras-chave: Arquivo de pessoas. Intencionalidade. Princípio da ordem original.

ABSTRACT

BARROS, Bárbara Moreira Silva. *"Written by yourself" or "Evidence of me"? The search for answers through the principle of the original order in archives of people of writers.* 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2019.

Abstract: This research proposes to reflect, under the prism of the principles of Archivistics, the assertion that there is an intentionality of the holder in projecting an image of themselves to the posterity when producing your people files. In the theoretical field, we review the concepts, principles and delimitations of the archives of persons within Archivology, and, within the empirical study, we analyzed files of people from three Brazilian women writers, where we there is the application of the principle of original order aligned with other archival instruments such as the arrangement chart and the history of the archive seeking to highlight the organic and the archival context, refuting the idea of premeditation in the creation of documents personal. And, finally, a research report where we present how the application of the principle of the original order in institutions that have files of people in their collections.

Keywords: Archive of people. Intentionality. Principle of the original order.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Gráfico de porcentagem de fundos de homens e mulheres na cidade do Rio de Janeiro.....	23
Figura 2	Arquivo Henriqueta Lisboa, Acervo de Escritores Mineiros (UFMG).....	56
Figura 3	Fotografia de Lygia Fagundes Telles e Hilda Hilst, na Casa do Sol (Campinas).....	57
Figura 4	Fotografia de Hilda Hilst.....	83
Figura 5	Fotografia de Lygia Fagundes Telles.....	90
Figura 6	Fotografia de Lygia Fagundes Telles na ABL.....	94
Figura 7	Fotografia de Henriqueta Lisboa.....	95
Figura 8	Desenho de Mário de Andrade.....	102

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1	Definição para arquivos de pessoas nos dicionários terminológicos brasileiros.....	14
Quadro 2	Definição para princípio da ordem original nos dicionários terminológicos.....	19
Quadro 3	Comparativo do número de fundos masculinos e femininos.....	22
Quadro 4	Fundos definidos como objeto de pesquisa.....	25
Quadro 5	Arquivos e suas características.....	37
Quadro 6	Definições das características dos documentos de arquivos.....	51
Quadro 7	Comparativo de definições de história arquivística.....	78
Quadro 8	Informações sobre o Arquivo Hilda Hilst.....	85
Quadro 9	Quadro de análise do Arquivo Hilda Hilst.....	86
Quadro 10	Análise do vínculo arquivístico do arquivo de Hilda Hilst.....	88
Quadro 11	Informações sobre o Arquivo Lygia Fagundes Telles.....	91
Quadro 12	Quadro de análise do Arquivo Lygia Fagundes Telles.....	92
Quadro 13	Análise do vínculo arquivístico do arquivo de Lygia Fagundes Telles.....	93
Quadro 14	Informações sobre o Arquivo Henriqueta Lisboa.....	97
Quadro 15	Quadro de análise do Arquivo Henriqueta Lisboa.....	98

LISTA DE SIGLAS

ABL Academia Brasileira de Letras
AML Academia Mineira de Letras
ACA Association of Canadian Archivists
AMBL Arquivo-Museu de Literatura Brasileira
APESP Arquivo Público do Estado de São Paulo
CEDAE Centro de Documentação Alexandre Eulálio
CIA Conselho Internacional de Arquivos
CODEARQ Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
CONARQ Conselho Nacional de Arquivos
CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
FCRB Fundação Casa de Rui Barbosa
FLIP Festa Literária Internacional de Paraty
ICA International Council on Archives
IHH Instituto Hilda Hilst
IMS Instituto Moreira Salles
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISAAR (CPF) Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD (G) General International Standard Archival Description
ISDIAH Norma Internacional para a Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
ISDF Norma Internacional para a Descrição de Funções
MAT Multilingual Archival Terminology
NOBRADE Norma Brasileira de Descrição
PPGMA Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos
SAA Society of American Archivists
SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNICAMP Universidade de Campinas
USP Universidade de São Paulo
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	TEORIA E PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA NATUREZA DOS ARQUIVOS DE PESSOAS	29
2.1	Revisando a teoria e os princípios da Arquivologia	29
2.2	Teoria: a relação e os dilemas com os arquivos de pessoas	39
3	PONTUANDO OS ELEMENTOS EMPÍRICOS DA PESQUISA	60
3.1	A ordem original de documentos, um princípio basilar ou refutável?	62
3.2	História Arquivística, um campo da descrição documental	71
4	ARQUIVOS DE PESSOAS DE ESCRITORAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE EMPIRICA	80
4.1	Hilda Hilst	83
4.1.1	Análise do Arquivo Hilda Hilst.....	87
4.2	Lygia Fagundes Telles	89
4.2.1	Análise do Arquivo Lygia Fagundes Telles.....	92
4.3	Henriqueta Lisboa	95
4.3.1	Análise do Arquivo Henriqueta Lisboa.....	98
5	RELATÓRIO DE PESQUISA	104
5.1	Apresentação	104
5.2	Análise dos dados	106
5.3	Resultados	109
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS	116
	ANEXO A	125
	ANEXO B	129

1 INTRODUÇÃO

O arquivamento do eu não é uma prática neutra, é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. (ARTIERES, 1998, p. 11).

Foi diante desta citação de Artières - ainda durante as leituras preliminares ao processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (PPGMA) - que nos sentimos provocados a questionar tal afirmativa, que nos causou estranheza, pois destoava da teoria e dos princípios arquivísticos entendidos até aqui.

Nesse contexto, à medida que verticalizávamos os estudos sobre os conjuntos documentais produzidos no âmbito da intimidade, tornou-se latente o despropósito da assertiva de que os arquivos de pessoas são o que alguns autores definem como “montagem” por parte de seus titulares, a fim de produzirem narrativas capazes de construir e perpetuar determinadas imagens a respeito do produtor, sintetizada por Artières (1998) como “produção de subjetividades”.

A definição *documentos de pessoas físicas* aparece como significado tanto no termo *arquivo pessoal*, quanto em *arquivo privado*. Na legislação brasileira, a lei n. 8.159, de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, utiliza, em seu artigo 11º, a terminologia *arquivos privados* para definir os conjuntos de documentos oriundos de **pessoas físicas** (grifo nosso) ou jurídicas. Fato que também ocorre nos dicionários arquivísticos.

Quadro 1 - Definição para arquivo de pessoas nos dicionários terminológicos brasileiros

DICIONÁRIO	TERMO	DEFINIÇÃO
ARQUIVO NACIONAL (2005, p. 34)	Arquivo pessoal	Arquivo de pessoa física (p. 34).
	Arquivo privado	Arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado <i>arquivo particular</i> (p. 35)
CUNHA; CAVALCANTI	Arquivo pessoal	Documentos privados acumulados por um indivíduo, a ele pertencentes e dos quais pode dispor a seu bel-prazer (p. 29)

(2008)	Arquivo privado	Documentos pertencentes a pessoas físicas e jurídicas de direito privado, bem como a entidades não governamentais (p. 29).
CAMARGO; BELLOTTO (1996)	Arquivo privado	Conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas. (p. 4).

Fonte: A autora (2018).

Notamos que alguns termos abarcam tanto os arquivos institucionais como os arquivos de pessoas, causando ruído e pluralidade na hora de definir o que são os documentos produzidos e acumulados por cidadãos ao longo de sua existência.

O uso da palavra “privado” remete àquilo que não é público, parecendo não exprimir em sua totalidade o significado desses conjuntos. Silva (2013) esclarece que este caráter privado atribuído a estes acervos pessoais se refere às atividades que o titular desempenha ao longo da sua vida na esfera privada. Então, para que o acervo se torne público, dependerá do valor que lhe poderá ser concedido no futuro em decorrência das atividades ou posição social do titular.

Tendo isto em vista, optamos por adotar a nomenclatura *arquivo de pessoas* usada por Camargo (2009), uma vez que entendemos que esta explicita melhor o significado da expressão *arquivos pessoais*, na medida em que transmite a mensagem de que se trata do acervo deste ou daquele indivíduo, e não de documentos sobre pessoas existentes nos arquivos de empresas/instituições, como no caso dos documentos pessoais.

A autora ainda adverte para o fato de que alguns desses arquivos são incorretamente definidos pela principal atividade que o titular desempenhava, como, por exemplo, “arquivos literários”, “arquivos científicos”, “arquivos religiosos”, entre outros (CAMARGO, 2009, p. 28), dado que seus acervos pessoais não contêm documentos apenas das atividades desempenhadas pelo titular, mas também registros familiares e de interesses particulares. Como observa Camargo (2009, p.29),

A inadequação dessa nomenclatura não poderia passar despercebida, já que nem tudo o que é conservado num arquivo pessoal tem ligação com a atividade que justificou seu ingresso na instituição de custódia. Esta, por outro lado, ante a necessidade de manter programas aquisitivos equilibrados, enfrenta sérias dificuldades na escolha de arquivos para integrar seu acervo, obrigando-se muitas vezes a utilizar critérios pouco consistentes.

Examinemos também o que outros teóricos nacionais definem como arquivos de pessoas:

Arquivo pessoal como conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoa cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram as atividades; ou ainda, pessoa detentora de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTO, 2005, p. 266).

Conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo. (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

Os arquivos pessoais são produzidos por um indivíduo como produto de suas atividades pessoais, profissionais ou ainda pelo ato de colecionar materiais de sua preferência. Estando ou não ligados diretamente à figura de seu titular, podendo reunir documentos em papel e/ou objetos variados. Diferenciam-se dos arquivos públicos, que são relacionados à rotina administrativa e jurídica de uma instituição, e, também, dos arquivos familiares, que nos remetem a arquivos formados por mais de uma pessoa, por vezes, repassados e organizados por mais de uma geração. Os arquivos pessoais são de cunho privado, ao menos assim se formam, constituindo-se em uma representação da trajetória de vida do titular. (SILVEIRA, 2013, p. 140).

A partir de uma análise dos conceitos apresentados acima, chamamos a atenção ao último conceito, que abarca os questionamentos apontados sobre a questão da terminologia “privado”, afirmando que um arquivo pode possuir um caráter privado em sua fase de formação e, posteriormente, ganhar um caráter público.

Até meados da década de 1970, as reflexões em torno dos arquivos de pessoas no âmbito nacional eram escassas. No entanto, houve uma reversão deste quadro com um aumento notável de produção científica. Detectamos, ainda durante o levantamento bibliográfico do cenário brasileiro, que a revista *Estudos Históricos do Centro de Pesquisa e Documentos de História Contemporânea* do ano de 1998, que teve como tema os

arquivos produzidos no âmbito particular, tornou-se um marco no estudo deste tipo de acervo, sendo também um periódico de influência nos estudos que afirmam ser estes acervos “construções” a partir de uma “produção de si” ou “narrativas” aspirando a um “legado”.

Dos treze artigos apresentados na edição, cinco defendem que os titulares, herdeiros ou pesquisadores utilizam-se das relações do saber e poder para realizarem, nesses arquivos, montagens capazes de produzir narrativas que objetivam perpetuar determinadas imagens dos indivíduos a que se referem.

Trouxemos apenas algumas falas apresentadas nos artigos, para ilustrar nosso trabalho. Vejamos:

O que os arquivos pessoais podem atestar, o que o desejo de guardar os próprios documentos podem indicar, será esse anseio de ser, *a posteriori*, reconhecido por uma identidade digna de nota. (RIBEIRO, 1998, p. 38).

Daí poder-se admitir que o arquivo privado de Gustavo Capanema é seu projeto autobiográfico porque, construindo seu arquivo, ele constrói sua expressão individual, sua imagem, seu eu, efetuando o pacto com o leitor (no caso, o usuário do arquivo). É como se Capanema estivesse dizendo: “Você está lendo a minha vida, construída e escrita por mim”. (FRAIZ, 1998, p. 75).

A premissa de que existe uma intenção no processo de acumulação de documentos de pessoas desqualifica tais documentos como arquivísticos de acordo com a teoria área. Como ressalta Camargo, isto “compromete sua organicidade e sinaliza a renúncia ao caráter probatório que sua funcionalidade originária lhes proporciona” (CAMARGO, 2009, p. 31). Os documentos de um arquivo são resultado de um processo natural, sendo um meio mais prático do que subjetivo, funcionando como prova das ações e atividades que lhes deram origem, servindo de evidência de processos e funções, para fins de cumprimento de direitos e deveres civis. Mesmo quando relacionados à família, trabalho e/ou círculos sociais, auxiliam as atividades cotidianas no presente.

Antes de prosseguirmos com a análise dos autores que defendem a ideia da existência de uma intencionalidade em arquivos de pessoas, é imprescindível

apresentarmos o que entendemos por “intencionalidade” e “autobiográfico” nesta discussão.

De forma mais simplista, no Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, o termo *intencional* é definido como característica que remete à intenção, vontade, desejo e propósito (FERREIRA, 2001, p. 425). Franz Brentano, filósofo e psicólogo, na obra *Psychology from an empirical standpoint* afirma: “Poderíamos, portanto, definir os fenômenos mentais, dizendo que são aqueles que contêm um objeto intencionalmente dentro de si¹.” (BRENTANO, 1995, p. 68, tradução nossa). Assim, o alemão aprofundou a discussão sustentando que a intencionalidade representa o direcionamento da consciência que se constitui a partir da relação sujeito-objeto. Outro vocábulo também muito frequente nessas citações é o *autobiográfico*, compreendido neste trabalho como “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz da sua própria existência acentuando a sua vida individual, particularmente a ‘história da sua personalidade’” (LEJEUNE, 1975, p. 75). Em ambas as definições dos termos, reconhecemos a ânsia por destacar ou idealizar fatos previamente selecionados por motivos específicos, que, neste caso, estão relacionados às suas trajetórias.

Embora reconheça que os arquivos de pessoas possam documentos não diplomáticos, Camargo (2008) igualmente acredita que eles não são constituídos apenas por “egodocumentos” ou “autobiográfico”, mas que, por serem arquivos originários dos âmagos privados, estão diretamente ligados ao exercício das atividades públicas ou privadas do titular, possuindo múltiplas tipologias documentais, como livros, discos, desenhos, fotografias, cadernos, diários e correspondências, dentre outros, podendo alguns serem de natureza inóvia e/ou desconhecida por determinados arquivistas.

Mediante ao que já foi apresentado, defende-se nesta dissertação que a maneira de contestar entendimentos dúbios, como do periódico científico do ano de 1998 supracitado, e destacar que os arquivos de pessoas são arquivos, é tratar os documentos produzidos por indivíduos sob o *prima* da Arquivologia, ou seja, fazendo uso da teoria e dos princípios da área, dentre eles destacamos aqui o *princípio da ordem original*.

¹ No original em inglês: “We can, therefore, define mental phenomena by saying that they are those phenomena which contain an object intentionally within themselves”.

O princípio da ordem original foi formulado pela primeira vez em países de tradições germânicas, originalmente para ser utilizado exclusivamente no âmbito dos arquivos públicos. Esta ideia é reforçada pelo *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (1898), uma vez que a obra não considera os documentos pessoais como arquivos e os delega como competência de bibliotecas e bibliotecários (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973). E acreditava que este era o mais importante dos princípios dentre todos.

Em relação à conceituação, as produções acadêmicas expõem definições concisas e similares, como é possível analisar abaixo.

Quadro 2 - Definição para ordem original nos dicionários terminológicos

Organização dada aos documentos de arquivo pela entidade produtora. (MAT).
Princípio que, levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos (CAMARGO <i>et al.</i> , 2010, p. 69).
Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 137).
O sistema de arranjo deve basear-se na organização original da coleção de documentos, que em geral corresponde à organização estabelecida pelo órgão administrativo que os produziu. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 44).
O que nos interessa na ordem original, isto é, no modo de articulação dos documentos gerados pelo processo de acumulação [é] apreender a operação de acumulação como rede articulada de sentidos da qual o [acumulador] é o centro lógico (VIANNA <i>et al.</i> , 1869, p. 68).
Princípio arquivístico fundamental, segundo o qual os arquivos que procedem, isto é, que provêm de uma mesma origem, devem manter o mesmo arranjo (ordenação) estabelecido pelo órgão de origem (CAVALCANTI; CUNHA, 2008, p. 291).

Fonte: A autora (2018).

Apesar da similaridade entre as definições, constatamos que este não é um ponto pacífico na literatura arquivística (SOUSA, 2003), havendo, antes mesmo da publicação do manual de 1898, uma longa história de intensos debates e discussões em torno do seu real significado e divergências sobre a sua aplicação na prática.

Ainda em conformidade com este raciocínio, Sousa (2003, p.268) nos lembra que:

A proposta é buscar nas características dos documentos arquivísticos o entendimento do que é “ordem original”. Entendemos que a gênese documental é um caminho seguro para a garantia dessa ordem e para orientar a intervenção do arquivista.

No subcapítulo 3.1 deste trabalho, realizamos um aprofundamento na conceituação, aplicação e divergência sobre o princípio da ordem original. Por ora, gostaríamos de acentuar que a nossa escolha pelo princípio deu-se por acreditarmos que o mesmo exprime as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos. Ou seja, entendemos que, com a manutenção da ordem original, é possível identificar as relações entre os documentos e as atividades que lhe originaram, evidenciando o processo orgânico nos arquivos.

Não podemos ignorar que, após uma pesquisa bibliográfica, acabamos por nos deparar com duas circunstâncias recorrentes na pré-aquisição dos arquivos de pessoas, sendo, por vezes, caóticas e sem explicações suficientes sobre o arquivamento, a conjuntura e o propósito de criação. Pois um produtor pode guardar e/ou manter seu arquivo em determinada ordem, entretanto, ao decidir doá-lo, o mesmo pode decidir organizá-lo de outra forma (que nada tinha com a anterior), ou em outra circunstância quando custodiantes (herdeiros, parentes ou amigos) antes doares os documentos poderão (re)organizá-los ou selecionar uns em detrimento de outros.

A inexistência de informações sobre o modo como documentos são criados, utilizados, guardados e transmitidos, somada às idiosincrasias de seus criadores e/ou custodiadores, dificultam o modo como os documentos serão processados e tratados quando confiados à custódia arquivística. E adicionam mais desafios aos arquivistas, que se deparam com diversos cenários onde os documentos podem ser apenas um aglomerado de objetos soltos ou até mesmo estar dispostos em uma aparente ordem que pode ou não ter sido estabelecida por seu produtor.

Com os arquivos de pessoas, o arquivista encontra tarefas mais complexas, já que os regimentos não existem. Então, caberá a ele seguir uma combinação de métodos da área, além de buscar embasamentos em leituras acerca do titular (vida e obras), e sobre qual contexto cultural o produtor era conduzido. Buscará, dessa forma, garantir uma clareza no processo de produção, vínculos e intervenções sofridas pelo arquivo quando organizado.

Esses arquivos não são acumulados com uma finalidade histórico-cultural, porém, podem adquirir “visibilidade” ao longo da vida do produtor ou após a sua morte. Ganhando, assim, outra faceta: a de patrimônio documental, de memória e cultural.

O impulso à ideia de patrimônio nacional atingiu seu ápice no período entre guerras mundiais (1914 a 1945) fomentado pelo nacionalismo (CASTRO, 2008). Já no Brasil, o decreto-lei n. 8.534, de 02 de janeiro de 1946, determinou ao então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN) proteger arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares.

A instituição têm como finalidade abrigar conjuntos documentais produzidos por intelectuais, escritores, políticos ou pessoas influentes da história nacional, com a responsabilidade de guardar, preservar e divulgar esses acervos que habitualmente servem como fontes alternativas e/ou de novas informações (BELLOTTO, 2005). Estes lugares de guarda atraem pesquisadores com interesse em determinados assuntos ou pessoas, ou que possuam tipo de identificação ou necessidade específica.

A escolha por atrelar a pesquisa a alguns fundos² arquivísticos produzidos por mulheres também está contígua ao anseio de evidenciar estas fontes primárias do gênero feminino no Brasil, que classificamos como escassas e fragmentadas, acarretando um ínfimo número de produção documental tratada e preservada, e dificultando a recuperação das histórias dessas mulheres na sociedade.

Baseados em pesquisas junto a obras de autoras que também abordam o tema, apuramos contribuições relevantes a esse estudo. Para Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), historiadora brasileira, a memória da vida das mulheres vai se perdendo mais por esquecimento ideológico do que por uma real inexistência de documentos. Gerda Lerner, em seu livro *The creation of feminist consciousness: from the Middle Ages to eighteenth-seventy* (1993), detalha a exclusão sistemática das mulheres dos arquivos e da história. Tais afirmações nos levam à compreensão de que, na História tradicional, os personagens são integrantes dos grupos dominantes, restringindo as mulheres ao “privado”.

No final do século XX, Perrot, em sua obra *Práticas da memória feminina*, apontou os arquivos de pessoas como novas possibilidades de fontes de estudos sobre as mulheres.

² Conjunto de documentos de uma mesma proveniência (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 97).

Para a historiadora “são os arquivos privados, outro sócio da história” (1989, p. 11), acreditando que cartas, diários e anotações, dentre outros documentos, exprimem de forma abundante o cotidiano das mesmas, tornando-se fontes privilegiadas.

A questão é que homens e mulheres foram excluídos e discriminados por causa da sua classe. Nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa do seu sexo, entretanto, todas as mulheres o foram. (LERNER, 1986, p. 5, tradução nossa)³.

Com o silenciamento apontado acima, iniciamos uma pesquisa rápida e superficial em treze instituições no estado do Rio de Janeiro e que detêm em seus acervos a guarda de arquivos de pessoas. Nesta pesquisa, não fizemos distinção entre fundos e coleções, na tentativa de abarcar o máximo possível de dados possível.

Por meio de suas *homepages* e instrumentos de pesquisas *online*, realizamos uma comparação quantitativa entre fundos/coleções pessoais de homens e mulheres no estado do Rio de Janeiro.

A seguir, apresentamos um quadro com a compilação os dados da pesquisa.

Quadro 3 - Comparativo do número de fundos masculinos e femininos

Instituição	Total de fundos privados, pessoais ou coleções	Total de fundos pessoais ou coleções de mulheres
Arquivo Nacional	305	26
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	9	2
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	22	1
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	172	8
Fundação Nacional de Artes	77	15
Instituto Moreira Salles	24	8
Academia Brasileira de Letras	261	7
Biblioteca Nacional	168	18
Arquivo-Museu de Literatura Brasileira	145	18
Arquivo Memória Operária do Rio de Janeiro	34	4

³ No original em inglês: “The point is that men and women have suffered exclusion and discrimination because of their class. No man has been excluded from the historical record because of his sex, yet all women were”.

Museu de Astronomia e Ciências Afins	43	8
Casa de Oswaldo Cruz	90	7
Museu Nacional	54	14

Fonte: A autora (2018).

Em um universo de 1.423 fundos/coleções - nos quais 1.185 são de homens, 145, de mulheres e 93, de famílias/instituições/empresas no Rio de Janeiro. Vejamos no gráfico a seguir:

Fundos/Coleções de Arquivos de Pessoas

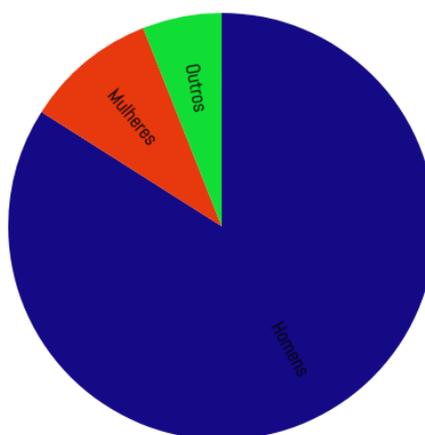


Ilustração 1 - Gráfico Fundos/Coleções. Fonte: Livegap.com.

Estes dados corroboram as observações das autoras que tratam do assunto e evidencia que, ainda na atualidade, o número de conjuntos documentais de mulheres preservados e disponíveis para consultas, independente da área de atuação (letras, ciências, política) ou engajamento em causas sociais, ainda é menor, em todas as instituições pesquisadas, se comparado ao de homens.

E, desses campos de atuação, a literatura de autoria feminina nos chamou a atenção. Como já esperado, a quantidade de arquivos de pessoas de escritoras brasileiras também é menor comparada com as de homens. No livro *Um teto todo seu*, publicado em 1929, Virginia Woolf procurou obras escritas por mulheres, o que resultou em um número insignificante destas produções. A escritora britânica classificou a situação como misógina, enaltecendo as poucas chances dadas às mulheres, e atrelou esta exclusão cultural à

submissão e à dependência econômica. E mesmo que em menores números nos registros oficiais, a autora afirma:

Através de informações biobibliográficas, e da reprodução de páginas significativas de obras, é possível verificar como existiram tantas mulheres atuantes e produtivas, apesar de serem hoje desconhecidas e estarem ausentes da história literária nacional. (DUARTE, 2007, p. 66).

À medida que íamos consultando sobre o que diversas áreas discursam sobre a temática, encontramos uma fala de Duarte que elenca e ratifica o tema-problema desta dissertação. Ao pesquisar o acervo da escritora mineira Henriqueta Lisboa, a autora declara:

Bem diverso é o caso de Henriqueta Lisboa, sabemos, que ao longo da vida organizou a própria memória. Nesse caso, outros são os problemas que se colocam. Ainda que não imaginasse que seu arquivo se tornaria um dia objeto de análise, o fato de ter conservado e catalogado seu espólio intelectual, ou seja, selecionado documentos que julgou merecedores de futuramente serem divulgados, a escritora de certa forma manipulou (ou maquiou) a imagem que queria preservar. E sua memória será uma memória construída *a priori*. (DUARTE, 2007, p. 68-69).

Tal afirmativa, além de unir os dois pontos da pesquisa, acentua a importância da desmistificação da ideia do autor em relação à produção e à preservação dos seus documentos para a posteridade.

Também consideramos que pesquisar acervos de escritoras brasileiras é uma oportunidade de resgatar seus nomes do passado e evidenciá-las no presente, já que as obras de algumas estabeleceram uma nova ideia de sujeito no discurso literário: a mulher.

Das treze instituições consultadas no estado do Rio de Janeiro, selecionamos apenas uma. Diante desse resultado, optamos por expandir nossa pesquisa para outros estados da região Sudeste, a fim de agregar mais acervos em nosso trabalho. Obtivemos êxito nos estados de São Paulo e Minas Gerais, e definimos três fundos como objetos dessa pesquisa. São eles:

Quadro 4 -- Fundos definidos como objeto de pesquisa

Estado	Instituição	Fundo arquivístico
Rio de Janeiro	Instituto Moreira Salles	Lygia Fagundes Telles
São Paulo	Centro de Documentação Alexandre Eulálio	Hilda Hist
Minas Gerais	Acervo de Escritos Mineiros	Henriqueta Lisboa

Fonte: A autora (2018).

Ratificar a ideia de que o titular produz seus documentos pessoais com aspirações ao futuro gera um descrédito e um retrocesso destes arquivos segundo os princípios arquivísticos. Sendo assim, deparamos-nos com a necessidade de analisar a lógica de produção dos arquivos de pessoas, o que nos fez chegar a um ponto crucial da pesquisa: de que maneira poderíamos demonstrar que os documentos de um arquivo de pessoa são imbuídos de características arquivísticas?

A questão exposta direcionou a pesquisa para um estudo sobre a importância do respeito aos princípios e à metodologia arquivísticos durante o tratamento desses arquivos, sobretudo o princípio da ordem original. Pois, respaldar o tratamento desses acervos sob a teoria e metodologia da Arquivologia solidificará seu papel como arquivo de fato, e não coleções⁴ como normalmente são confundidos, e diminuirá abordagens distorcidas e que resultam em discussões maculadas por incertezas.

Almejamos, também, contribuir para pesquisas sobre escritoras brasileiras nas diversas áreas do conhecimento nas quais a temática possa interessar, salientando a relevância desses acervos como fonte de estudo e de pesquisa historiográfica, principalmente aqueles ligados aos estudos de gênero.

Assim, a pesquisa parte do seguinte pressuposto: *é possível examinar a relação natural dos documentos produzidos por pessoas quando, nestes arquivos, é aplicado o princípio da ordem original, sendo a lógica de produção e de acumulação refletida em*

⁴ Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 52).

instrumentos técnicos específicos elaborados por arquivistas, como o quadro de arranjo e a descrição de documentos.

Mediante ao que já foi exposto, afirmamos que o objetivo da pesquisa consiste em discutir a importância do princípio da ordem original em arquivos de pessoas, uma vez que ele reforça a qualidade de arquivo desses documentos. E que este se desdobra nos seguintes objetivos específicos: consultar o fundo arquivístico de cada escritora selecionada; observar a existência da aplicação dos princípios da ordem original; e analisar o quadro de arranjo e a história do arquivo, a modo de identificar indícios que evidenciam a relação orgânica e os vínculos arquivísticos nos arquivos de pessoas.

E, considerando a natureza epistemológica dos mestrados profissionais, e seguindo o artigo 7, inciso 3º da Portaria Normativa CAPES n. 17, de 28 de dezembro de 2009, que estabelece diferentes formatos para o Trabalho de Conclusão Final do Curso, o último capítulo da pesquisa equivale a um produto, um relatório de pesquisa onde estão apresentados dados analisados que buscam compreender o entendimento e tratamento que os profissionais responsáveis por arquivos de pessoas no que tange à teoria e metodologias arquivísticas, especialmente a respeito do princípio da ordem original nas instituições envolvidas nesse estudo (quadros 3 e 4).

Para Marinho (1980, p. 15) a pesquisa é um tratamento de investigação que tem por objetivo descobrir respostas para dúvidas e indagações através do emprego de processos científicos. Posto isso, a metodologia da presente pesquisa é de natureza qualitativa, quantitativa e exploratória.

Qualitativa, pois se compreende que a investigação necessita coletar informações com o objetivo de descrevê-las e analisá-las, a fim de uma exemplificação mais clara das questões aqui expostas. Exploratória, por buscar uma maior familiaridade com o problema e por também ser entendida como um ensaio teórico-especulativo. No que se refere ao relatório de pesquisa, a pesquisa será quantitativa, já que recorreremos a linguagem matemática para descrever um fato/fenômeno.

Assim, realizamos uma revisão de literatura que contemplou livros, artigos, manuais, legislações e normas. Também foram examinadas obras que contribuíram para a conceituação e as características dos arquivos de pessoas e seu lugar na Arquivologia. Além

de biografias que identificassem o tempo e o espaço nos quais se inserem a vida e as obras das escritoras. E, no terreno empírico, baseamo-nos na análise documental na expectativa de obter norteamentos para a pesquisa.

O relatório de pesquisa se alicerça na pesquisa quantitativa, com a concepção de que:

A realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com auxílio de instrumentos padronizados e neutros [...] a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (FONSECA, 2002, p. 20)

Empregado o método de coleta de dados por meio de um questionário estruturado e aplicado *online*, direcionado aos profissionais responsáveis pelos acervos pessoais nas quinze instituições, o produto expõe de forma detalhada e sistematizada os dados relacionados ao tema-problema.

Sendo assim, a estrutura do trabalho possui o seguinte desenho: no capítulo dois, apresentamos os conceitos, teorias e as características dos arquivos, traçando um fio condutor até os arquivos de pessoas. No terceiro capítulo, trazemos como temas centrais a aplicação do princípio da ordem original e a sua importância para a elaboração dos quadros de arranjo⁵, e a descrição documental, onde exploramos um campo descritivo específico: a história arquivística.

No capítulo quatro, em um primeiro momento, mostramos de forma resumida as instituições e as biografias das escritoras. Construimos uma análise embasada na aplicação da ordem original e história arquivística para evidenciar que os documentos são produtos orgânicos e naturais.

No quinto capítulo, encontra-se o relatório de pesquisa com a exposição de dados identificando como os responsáveis por arquivos de pessoas os interpretam, e quais princípios e metodologias utilizam para tratar esses acervos.

⁵ Apesar de também ser conhecido como *sistema de arranjo*, optamos pelo termo *quadro de arranjo* para esta pesquisa.

E, encerrando, as considerações finais, onde realizamos uma síntese dos elementos apresentados, apontando de quais maneiras acreditamos ter alcançado os objetivos e, por fim, demonstramos nossa posição diante do tema após todas as etapas da pesquisa.

2 TEORIA E PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA NATUREZA DOS ARQUIVOS DE PESSOAS

Este capítulo estabelece uma perspectiva da compreensão da evolução teórica da Arquivologia, além de debatermos sobre a relação da teoria e dos princípios arquivísticos acerca da natureza dos arquivos de pessoas.

Os arquivos estão presentes no cotidiano das instituições públicas e privadas, de famílias e de indivíduos. Ainda que involuntariamente, os documentos são produzidos e acumulados para viabilizar o cumprimento de atos, ações, direitos e deveres, auxiliar as tomadas de decisões e também para fins probatórios. Sob um segundo olhar, ainda é possível interpretar que esses documentos refletem as relações do homem com o Estado e com a sociedade.

Ainda que um cidadão comum saiba definir o que são arquivos, é necessário salientar que o objetivo da pesquisa é discutir a produção dos arquivos de pessoas sob o prisma da Arquivologia, tornando-se imprescindível que este estudo seja mais rigoroso, ultrapassando o senso comum e indo ao cerne da ciência Arquivística.

Inicialmente, a fim de contextualizar nosso objeto de estudo, serão apresentadas brevemente a origem e a evolução dos arquivos, além dos conceitos fundamentais em torno da teoria e dos princípios arquivísticos. E, em seguida, abordaremos os desafios da aplicabilidade dessa mesma teoria e dos princípios arquivísticos no tratamento de documentos produzidos por indivíduos. Primeiro revisando autores internacionais, até trazer a discussão ao cenário nacional.

2.1 Revisando a teoria e os princípios da Arquivologia

Segundo o arquivista francês Bruno Delmas, a Arquivologia é uma ciência que estuda os princípios e os procedimentos metodológicos empregados na conservação dos documentos de arquivos, permitindo assegurar a preservação dos direitos, dos interesses, do saber e da memória das pessoas físicas e morais (DELMAS, 2001, apud FONSECA, 2005). Para as Ciências da Informação, a Arquivologia é a responsável pelo fornecimento de representações de informações orgânicas que são documentadas para fins burocráticos, ora

de prova, ora de testemunho (CAVALHEIRO, 2017), mas, ainda assim, não é um campo teórico consolidado, havendo novas possibilidades de abordagens, ainda mais no que tange aos arquivos de pessoas.

O desenho da pesquisa inicia a investigação pelo menor item documental arquivístico, que é o documento em si. A definição da palavra *documento*, dependendo do ponto de vista, pode parecer simplória e comum. Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, documento é “qualquer escrito para consulta, estudo, prova, etc.” (FERREIRA, 2001, p. 264). Ao deslocar o enfoque do senso comum e conduzi-lo para o âmbito da Arquivologia, verificam-se nomenclaturas que exprimem que espécie de artefato é tratada neste estudo, como no caso do Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia:

Documento arquivístico: documentos que produzidos ou recebidos por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constituem elementos de prova ou informação. (CAVALCANTI; CUNHA, 2008, p. 133).

O dicionário *Multilingual Archival Terminology* - MAT, elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que é interativo, multilíngue e *online*, e está disponível em diversos idiomas (bielorusso, catalão, chinês, croata, holandês, inglês, finlandês, francês, alemão, grego, italiano, japonês, polonês, português, punjabi, romeno, russo, espanhol e sueco), define documento como:

[...] elaborado ou recebido, no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência.⁶

Jenkinson definiu documentos arquivísticos como aqueles “produzidos ou utilizados no curso de transação administrativa ou executiva (sejam públicas ou privadas) da qual o documento faça parte” (JENKINSON, 1937, p. 11, tradução nossa)⁷. Com estas definições, ratificamos que os documentos arquivísticos são produzidos em um complexo específico, e

⁶ Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/>. Acesso em: 7 mar. 2018.

⁷ No original em inglês: “Was drawn up or used in the course of administrative or executive transaction (whether public or private) of which the document is a part”.

são portadores de princípios e características próprios da área. O agrupamento destes documentos forma um *conjunto documental*, também considerado uma das definições de arquivo.

Schellenberg afirmou que, “desde que se começou a registrar a história em documentos, surgiu para o homem o problema de organizá-los” (SCHELLENBERG, 1980, p. 75). Com o surgimento das necessidades de elaborar novas teorias e práticas, à medida que as massas documentais tornavam-se volumosas e adquiriam novos aspectos, o próprio conceito de arquivo, que se originou da expressão grega *archeíon* (e resultou em *archivum*, no latim), modificou-se ao longo da história, visto que ocorriam mudanças políticas, sociais e culturais.

Silva (2017) analisa, a partir de uma abordagem etimológica, o termo, a origem e os conceitos da expressão *arquivo* em distintos dicionários de diversos idiomas, como inglês, espanhol, francês e italiano. Cada um apresenta, no mínimo, três definições diferentes.

O caráter polissêmico demonstra que o termo absorveu várias acepções, revelando ser capaz de se adaptar a diferentes situações históricas, ainda que dificulte o entendimento nas diversas situações em que o empregamos, sendo as mais frequentes aquelas que se referem à instituição e ao conjunto orgânico de documentos. (SILVA, 2017, p. 61).

A autora atenta ainda para a importância desse estudo, visto que ele contribui para um entendimento da história da Arquivologia e suas mudanças:

O estudo etimológico também demonstrou a importância da história do termo “arquivo” para a compreensão das diferentes concepções que pautaram as definições de arquivo, particularmente a divisão que ocorreu no mundo dos arquivos entre aqueles que foram chamados de administrativos e os que foram desligados como históricos. Essa dicotomia foi fundamental para o desenvolvimento de várias ideias e visões sobre a natureza. (SILVA, 2017, p. 99).

Os arquivos surgiram ainda na Pré-História, contribuindo para a evolução da escrita cuneiforme e do alfabeto. De acordo com Venâncio, o surgimento dos arquivos:

[...] abrange períodos bastante remotos, pois a criação dos primeiros arquivos se confunde com o surgimento da escrita e o processo de divisão das sociedades em classes sociais, fenômeno também associado à formação do Estado; em outras palavras, os arquivos surgem como forma de perenizar direitos e formas de poder. (VENÂNCIO, 2012, p. 136).

Na Idade Antiga, há registros de arquivos como instituições de guarda. No *Métroon*, principal arquivo de Atenas na Grécia antiga, depositavam-se os documentos que lhes asseguravam a autenticidade (ROUSSEAU; COUTURE, 1998); depois, na Roma Antiga, o *Aerarium* era o arquivo onde quase todos os documentos dos magistrados e administradores públicos estavam concentrados; e, por último, o *Tabularium*, construído em 79 a.C., servia para guardar todos esses documentos com as primeiras afirmações gerais sobre a natureza dos documentos (SILVA, 2017).

Nos séculos seguintes à Idade Média, as Igrejas passaram a obter um papel de poder paralelo, além de serem difusoras de conhecimento. Nessa época, os mosteiros tornaram-se lugares seguros de poder (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Logo após o século XII, os jovens das classes dominantes da Europa e o clero começaram a estudar nas escolas de Direito e adquiriram conhecimentos técnicos de administração, política e diplomacia. Esse processo, por conseguinte, refletiu na concepção dos arquivos, que se tornaram mais administrativos e jurídicos. Deste mesmo período são as primeiras obras voltadas ao tema das tarefas arquivísticas registradas por juristas, nas quais aos documentos eram outorgadas máxima autoridade e confiabilidade como testemunho de ações (DURANTI, 1995). Com os Estados modernos, advém a ideia de arquivo de Estado, com títulos, privilégios e garantias. Iniciava-se, portanto, uma nova forma de percepção sobre os documentos, como apontam Couture e Rousseau:

Assim começa um modo de administração diferente, onde o documento já não desempenha apenas um papel jurídico, mas constitui um instrumento do poder cujo acesso é sinal de poder do povo. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 31).

Do final do século XVI até a segunda metade do século XVII, na Europa, desenvolveu-se o conhecimento arquivístico, com a promulgação de leis e de instruções

que evidenciavam os primeiros fundamentos da doutrina do campo (DURANTI, 1994). O último volume da obra *Re Diplomatica*, de Jena Mobillon, discorre sobre os padrões de métodos sistemáticos de busca para compreender em quais fatos e eventos os documentos se inseriam. Somente no final da primeira metade do século XIX é que se registra o surgimento de obras que tratavam dos princípios e das práticas que os arquivistas deveriam seguir (COUTURE, 1999). Por fim, marcando o final da Idade Moderna, a Revolução Francesa, em 1789, reconheceu a importância dos documentos para a sociedade, gerando significativas realizações no campo arquivístico e instaurando a primeira instituição nacional, o Arquivo Nacional de Paris. A partir desse momento, uma instituição administrativa orgânica passava a cobrir toda a rede de repartições públicas acumuladoras (JARDIM; FONSECA, 1992).

Entendemos que arquivos são compostos por informações mais precisas, aquelas geradas e estruturadas por processos de trabalho (THOMASSEN, 2006, p. 6). Dessa forma, elege-se aqui a seguinte definição:

Conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação. (MAT, 2010).

Por muitos séculos, a Arquivologia serviu como disciplina auxiliar a outras áreas das ciências sociais. A publicação do *Manual de arranjo e descrição* (1898) dos arquivistas holandeses foi um marco para os princípios mais importantes para a área, fazendo com que a Arquivologia alcançasse a posição de campo de estudo independente.

Historicamente, a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais [...]. Compreendê-los é compreender a história da formação nacional e identificar os fluxos e dessintonias do Estado moderno [...]. A legislação de arquivos é um ensaio micro administrativo da realidade político-constitucional de cada nação. (FRANCO; BASTOS, 1986, apud FONSECA, 2005, p. 40).

Em sua obra *Arquivologia e ciência da informação*, Fonseca ressalta a importância da Revolução Francesa para a história da Arquivologia e, posteriormente, da criação do Arquivo Nacional da França, no ano de 1789 (FONSECA, 2005, p. 40). A autora aponta três aspectos do pioneirismo francês:

- A criação de uma administração orgânica para cobrir todas as repartições públicas geradoras de documentos;
- O reconhecimento, pelo Estado, de sua responsabilidade em relação aos documentos permanentes;
- O reconhecimento, com a chamada *Lei de 7 de messidor*, em seu artigo 37, do direito do público ao acesso a arquivos.

A estruturação do Arquivo Nacional da França era fundamentada da seguinte maneira: Seção Legislativa, Seção Administrativa, Seção Histórica, Seção Domínial e Seção Judicial (SOUSA, 2003). As documentações de diversos órgãos se entrecruzavam em uma mesma seção.

Com o crescimento do acúmulo documental, os profissionais do campo perceberam a inevitabilidade de se desenvolver soluções para os novos problemas enfrentados:

As decisões da Revolução Francesa em matéria de centralização dos documentos puseram em evidência o problema da sua classificação. É dessa época que datam as discussões em torno dos princípios de base que devem presidir a classificação dos arquivos. Certos arquivistas são partidários da classificação e ordenação cronológica e outros de uma classificação e ordenação metódica. Uns seguem o costume e os outros são influenciados pelo espírito dos enciclopedistas que produzem nessa época as suas principais obras. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 49).

Neste cenário, iniciou-se a história da teoria dos arquivos, quando o arquivista e historiador francês Natalys de Wally, no ano de 1841 (FONSECA, 2005), introduziu a noção de *respect des fonds*, com o propósito de recuperar as informações produzidas dentro da contextualização da sua criação, isto é, reunindo-as pelos seus órgãos produtores. Ele constatou que, ao retirar o item documental do seu lugar original no conjunto de produção, pode-se destruir a possibilidade de compreensão dos arquivos. Para ele, era preciso:

Reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos. Documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, corporação ou família. (WALLY, 1986, apud FONSECA, 2005, p. 42).

Dessa forma, diante do exposto e para fins desta pesquisa, adotamos o entendimento de que não há uma definição singular de arquivo, mas que, apesar disso, nelas permeia a concepção de que os documentos são criados para registrar uma ação ou prolongar a memória de atos, não podendo ser tratados apenas pelo conteúdo ou informações, e, sim, na sua totalidade. Com o crescimento de instituições públicas e privadas, ficou cada vez mais evidente a necessidade da aplicação de uma gestão de documentos corrente. Formava-se, assim, a teoria dos arquivos.

O vocábulo *theoria*, oriundo do grego, exprime um “conjunto de regras e leis sistematicamente organizadas, que servem de base a uma ciência e que explicam os fatos” (CAVALCANTI; CUNHA, 2008, p. 359).

John Roberts afirma, em seu texto *Archival theory: much a do about shelving* (1987), não acreditar na teoria como algo útil e aplicável para a Arquivologia e que é possível extrair conhecimento de outra área e moldá-lo conforme as particularidades do arquivo. O autor sinaliza também que de modo algum a elaboração de métodos universais tem credibilidade e aplicabilidade em razão da inconsistência da prática e das singularidades de cada conjunto de documentos. Em suma, para ele, bastava o arquivista fazer uso do bom senso para gerenciar seus arquivos.

Ainda em relação à formação histórica dos arquivos, destacamos também as abordagens pós-modernas na Arquivologia, nas quais os arquivos começam a ser entendidos como um espaço de poder e saber. O trabalho de Foucault em *A arqueologia do saber* (2009) incentivou a compreensão de suportes de memória distanciados da ideia de neutralidade. Neste período, formularam-se críticas aos autores do campo e aos princípios arquivísticos, em especial à naturalidade. Agora, o documento era visto como um produto conscientemente produzido, fruto de escolhas feitas deliberadamente.

Terry Eastwood, em resposta ao texto de Roberts, elaborou o artigo *What is archival theory and why is it important?*, no qual reitera que a teoria busca explicar a natureza dos arquivos, reconhecendo a Arquivologia como uma construção do conhecimento sobre os documentos de arquivo e as ações empreendidas que almejam a proteção das propriedades que possuem. O arquivista assegura que:

Qualquer busca por explicar a natureza de uma coisa por si só, apenas para saber qual é a sua natureza, é teórica. Esta é uma visão do que é uma teoria: a contemplação de um objeto para compreender a sua natureza. (EASTWOOD, 2006, p. 16).

Reconhecemos também a existência de uma interdisciplinaridade da Arquivologia com outras áreas do conhecimento, com as quais estreitou relações no decorrer de sua evolução para a formação de suas teorias e metodologias.

Essencialmente interdisciplinar, a Arquivologia recorreu, além da Documentação, a outras áreas do conhecimento para compor suas demarcações teóricas e metodológicas: À História, na tradição ibérica de salvaguarda, no interesse histórico e na valoração patrimonial do documento; à Administração, na perspectiva moderna schellenbergiana, voltada às rotinas organizacionais e ao rompimento dos paradigmas concernentes aos suportes de informação; e; à Diplomática, no estabelecimento de um escopo arquivístico contemporâneo dirigido à instrumentalização dos processos de análise, crítica e tratamento formal dos documentos de arquivo. (CAVALHEIRO, 2017, p. 135).

O próprio Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística entende a Arquivologia como disciplina que estuda as funções do arquivo, princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e uso de documentos em arquivos. (2005, p. 37).

Princípio pode ser entendido como razão ou fundamento; algo que embasa alguma coisa. Se pesquisarmos este mesmo termo no Dicionário Básico de Filosofia, ele será definido como “causas primeiras, fundamentos do conhecimento” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 220). Mesmo sendo uma regra passível de alterações, para

Rousseau e Couture, “princípio é uma lei aplicável para tudo, por todos e em todas as situações” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 79).

A questão dos *princípios arquivísticos* estabelece um marco principal da diferença entre a arquivística e as outras ciências aplicadas. E também é o tema que está apostado ao cerne do trabalho, uma vez que refletiremos sobre a aplicação de um princípio arquivístico nos acervos de pessoas. Dentre os princípios arquivísticos encontrados na literatura do campo, destacamos dois: o princípio da proveniência e o da ordem original.

Encontramos relatos de que o princípio da proveniência foi adotado pela primeira vez em 1791, na Dinamarca (HEREDIA HERRERA, 1989, p. 33). Básico e fundamental, onde a produção passa a não ser mais agrupada por assuntos, mas, sim, pela entidade produtora, o princípio só foi promulgado no V Conselho Internacional de Arquivos, em Paris, no ano de 1964 (FONSECA, 2005). Vejamos sua definição:

Por este princípio, os arquivos devem ser organizados em obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos. Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a respectiva individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados a outros de origem distinta. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ).

No que diz respeito ao princípio da ordem original, este abordaremos mais à frente quando dedicaremos um capítulo totalmente voltado para o conceito, a aplicação e as divergências teóricas do mesmo.

Vale ressaltar que encontramos, na bibliográfica da área, termos e conceitos que, *a priori*, parecem ter o mesmo sentido e significado, causando uma confusão conceitual. Por isso, faz-se necessário pontuar suas definições e limitações.

O *caráter orgânico* ou *organicidade* é o elemento que concede aos conjuntos documentais a condição de arquivos, por seu modo de acumulação natural à medida que são produzidos para o cumprimento de uma missão ou objetivo do produtor, diferentemente das coleções, que são reunidas a partir de elementos selecionados preliminarmente.

Por meio dessa característica, são refletidas as “estruturas, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (CAMARGO; BELLOTTO,

1996, p.65). Rangel, em sua dissertação intitulada *Revisitando o princípio da proveniência: percepções sobre a organicidade* (2015), afirma que organicidade não é um princípio, mas, sim, uma condição fundamental para a constituição de um arquivo, e que, entretanto, subsidia o princípio da proveniência. Observa também que a garantia de que a relação orgânica seja compreendida e restabelecida ocorre por meio da aplicação do princípio da ordem original. E conclui:

Compreendemos, no entanto, que é a organicidade quem expressa as relações que os documentos arquivísticos têm entre eles próprios, as funções orgânicas que os criaram e seus produtores. (RANGEL, 2015, p. 87).

Em meados da década de 1970, a comunidade arquivística ampliou sua visão, fazendo com que a teoria arquivística tomasse novos e importantes rumos (NESMITH, 2005). Passou a existir um aprofundamento no estudo e conhecimento sobre os documentos, as relações e influências que esses recebem de aspectos externos e sociais, trazendo à luz discussões sobre contexto arquivístico, o qual, segundo Thomassen, são:

[...] todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico. (THOMASSEN, 2006, p. 10).

A compreensão e a reconstrução do contexto arquivístico são fundamentais para o trabalho do arquivista, o desenvolvimento de funções arquivísticas e a elaboração de alguns instrumentos, tais como o quadro de arranjo e a descrição de documentos.

E, por fim, o vínculo arquivístico, ligado diretamente ao conteúdo do documento, pois é o “que o transforma em documento de arquivo” (DURANTI, 1997, p. 206). A autora afirma que é uma relação que interliga todos os documentos de uma mesma atividade, ou seja, “rede de relações que cada documento tem com os documentos pertencentes a um mesmo conjunto” (DURANTI, 1997, p. 216).

Observamos que, apesar de similares, os termos possuem definições diferentes. No entanto, todas dialogam e constituem um significado maior, que é o arquivo.

Quadro 5 – Arquivo e suas características



Fonte: A autora (2018).

Até aqui, apresentamos e discutimos a teoria arquivística sob o prisma da administração pública. Entretanto, há uma necessidade, nesta pesquisa, de revisar os princípios da área sob o viés dos arquivos de pessoas, para que assim possamos responder algumas questões relacionadas ao tema central e entendermos de que forma a teoria e os princípios podem ser aliados na desestruturação da fala da existência de premeditação nos arquivos de pessoas.

2.2 Teoria: a relação e os dilemas com os arquivos de pessoas

Se fomos praticamente contemporâneos do movimento de utilização crescente de fontes privadas, também fomos da tentação de “cair nas malhas do feitiço” dessas verdadeiramente encantadoras fontes. [...] Este é o grande feitiço do arquivo privado. Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma “verdadeira”: aí ele se mostraria de fato. (GOMES, 1998, p. 125).

É comum, no imaginário coletivo, associarem os arquivos produzidos por indivíduos a tesouros repletos de segredos inimagináveis prestes a serem descobertos. Entretanto, como já abordado no capítulo anterior, estes acervos são representações das atividades desempenhadas e das relações sociais dos titulares.

As pessoas costumam acumular documentos que testemunham momentos de sua vida, sejam eles relacionados a assuntos pessoais, profissionais ou de seus interesses particulares. Estes, quando reunidos em conjunto, podem revelar não apenas a trajetória de vida, mas também gostos, hábitos e valores de quem os guardou, constituindo o seu arquivo pessoal (CAMARGO, 2009). Esta foi uma das características que concedeu a inserção, relevância e fixação dos acervos pessoais na Arquivologia, como salienta Oliveira (2012, p.39) :

Os usos dos arquivos pessoais pela sociedade sem dúvida singularizam a própria constituição e preservação desses acervos. Não são arquivos de homens simples que são recolhidos às instituições de memória por representarem uma época, uma área do conhecimento ou as expressões intelectuais de um segmento da sociedade, mas são arquivos de homens e mulheres que se destacaram ao longo da história de uma sociedade.

No entanto, os contornos existentes no decorrer do processo de acumulação dos conjuntos documentais de pessoais são carregados de complexidades, dilemas e desafios. Por isso, fizemos uma análise dedicada à bibliografia dos arquivos de pessoas na área da Arquivologia e sobre o controverso tema da sua legitimação na condição arquivística, pontuando alguns conceitos pertinentes a esta pesquisa.

Toda discussão teórica apresentada neste subcapítulo será norteadas pelas seguintes indagações: seria necessária uma reformulação na teoria, princípios e métodos da Arquivologia para se adequar à complexidade desses acervos? Há uma delimitação estabelecida para os arquivos de pessoas? Se existentes, quais são as consequências?

A atual visão imprecisa é reflexo de um cenário que, por muito tempo, foi carente de discussões mais densas sobre o “primo pobre” da Arquivologia, termo utilizado por Rob Fisher (2009) para referir-se aos arquivos de pessoas, no artigo *In search of a theory of private archives: the foundation writings of Jenkinson and Schellenberg revisited*, para a

revista científica *Archivaria*. Nele, o arquivista argumenta a influência dos teóricos Jenkinson e Schellenberg na insuficiência de formulação de uma teoria para tais arquivos, visto que ambos os deixaram à margem, concentrando-se em suas experiências profissionais: os arquivos governamentais.

Seguindo aproximadamente a mesma linha de raciocínio, Bass (2012) acredita que a distinção entre os arquivos começou no mesmo período em que os princípios arquivísticos começaram a ser estabelecidos e sendo totalmente excluídos dos textos de idioma inglês.

Segundo Oliveira (2012), alguns países na Europa, como França e Reino Unido, e na América, com os Estados Unidos, introduziram ainda no século XIX o reconhecimento da importância dos acervos pessoais ou familiares.

Para Artières (1998), o aumento de doações de manuscritos e de escritos pessoais para bibliotecas ocasionou uma relevante posição desses acervos no cenário do patrimônio documental. E estes passaram a ser vistos como ricos em informações variadas e de valiosa contribuição para a difusão do conhecimento, apresentando outros significados e permitindo analisar determinados objetos pelos vieses antropológico, literário e intimista. Para Hobbs (2011), a apreensão dos traços característicos da personalidade de seus titulares é permitida por meio de documentos produzidos por eles, fazendo, assim, com que estes acervos sejam mais pesquisados.

Entretanto, ao serem doados a bibliotecas, estes acervos recebiam um tratamento metodológico inadequado, com uma abordagem biblioteconômica ou museológica. Isto significa que a prática do tratamento era efetuada item a item documental, de maneira unitária, desconsiderando as relações contextuais existentes entre eles, ignorando as atividades que determinaram a sua criação e aniquilando a organicidade.

Logo, é necessário retomar na discussão o fato de que, antes de serem instrumentos para pesquisas, os documentos são objetos de prova. Diante disto, ressaltamos a importância da atribuição de valores e questões do uso destes artefatos. Pois quando o uso do documento é para atender uma demanda imediata e sua elaboração é um resultado dos interesses do produtor, “levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 171), estamos diante de um documento de valor primário, onde é possível analisá-lo dentro do seu contexto de produção.

Mas há ainda documentos que, no momento da sua produção ou ao término do valor primário, passam a obter um valor secundário. Isto é, quando a questão do uso não se relaciona mais diretamente com o contexto de produção, mas, sim, com significados externos “tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foram originalmente produzidos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 172). Ou seja, quando ocorre o “reconhecimento de um potencial informacional em relação à compreensão de um determinado setor, segmento social ou outros recortes possíveis, dentro de um determinado período de tempo” (OLIVEIRA, 2013, p. 32). Esse valor intrínseco está ligado ao juízo informacional, já que o documento se torna útil não apenas à administração, mas também à historiografia, com caráter científico buscando responder as indagações da sociedade.

É comum a todos os indivíduos que, ao longo de suas vidas, de alguma forma produzam, acumulem e gerenciem seus próprios arquivos. E até os documentos procedentes das relações íntimas são “produzidos para fins de registros, seja das intimidades, das atividades profissionais e de negócios, ou das relações familiares e sociais” (OLIVEIRA, 2012, p. 34). Como são os casos de diários íntimos e cartas de amor, cujos registros entoam os sentimentos, pensamentos e cotidiano.

Essas tipologias também “exprimem o vínculo de seus produtores com sociedade que os cerca, representando os estratos sociais aos quais pertencem os titulares em determinado período histórico” (OLIVEIRA; VASCONCELLOS, 2015, p. 9). As pessoas costumam acumular documentos que testemunham momentos de sua vida, sejam eles relacionados a assuntos pessoais, profissionais ou de seus interesses particulares (CAMARGO, 2009). Fundamentado nessas análises, notabiliza-se o caráter singular dos documentos arquivísticos, que, seja constituídos em instituições ou na intimidade, são capazes de refletir a sua origem.

Há ainda que se considerar aqueles documentos preservados pela vontade do indivíduo de materializar seus laços afetivos e suas relações com o mundo ao longo de sua vida. Conforme Campos (2015) define no artigo *Arquivos e memória: elementos para um debate sobre uma relação controversa*, são duas motivações distintas: a obrigação e a vontade.

Refletimos e chegamos ao entendimento de que esta dubiedade seja um reflexo da própria história destes arquivos na Arquivologia. Em 1928, Casanova, no manual *Archivística*, ao expor o conceito de arquivos, considera aqueles produzidos por pessoas como “acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa” (CASANOVA, 1928, apud ABREU, 2018, p. 33). Para o autor, há um caráter orgânico na produção dos documentos de pessoas, pois são referentes à memória da finalidade de sua produção, comprovando o vínculo entre documento e produtor.

Para o autor italiano Elio Lodolini, havia os conjuntos familiares, pois continham documentações de tipologias administrativas, como de títulos e as de propriedades familiares, enquanto os arquivos de pessoas não possuíam nenhuma característica para se considerar como arquivo.

Administração de um Estado ou de qualquer outra corporação organizada, de uma empresa, de uma família, ou administração de setores particulares, políticos, judiciais, financeiros, militares, eclesiásticos, tecnológicos, científicos. [...] O “arquivo”, finalmente, surge espontaneamente como acúmulo documental de uma atividade prática administrativa, jurídica. Por isso, é constituído por um conjunto de documentos, unidos entre si por um vínculo original, necessário e determinado, onde cada documento condiciona os demais e por eles é condicionado⁸. (LONDOLINI, 1993, p. 24-25, tradução nossa).

Mesmo Jenkinson - considerando que o termo *arquivo* estende-se “às coleções feitas por pessoas ou entidades privadas ou semi-privadas, atuando em suas funções oficiais ou comerciais⁹” (JENKINSON, 1937, p. 8, tradução nossa) - afirmava a impossibilidade de garantir a imparcialidade de uma narrativa pessoal escrita com os olhos no futuro.

⁸ No original em espanhol: “administración de un Estado o de cualquier otra colectividad organizada, de una empresa, de una familia, o administracion de sectores particulares, políticos, judiciales, financieros, militares, eclesiásticos, tecnológicos, científicos.[...] El “archivo”, enfin, nace espontáneamente, como sedimentación documental de una actividad práctica, administrativa, jurídica. Por eso está constituido por un conjunto de documentos, unidos entre sí recíprocamente por un vínculo original, necesario y determinado, por el que cada documento condiciona los demás y es por los demás condicionado”.

⁹ No original em inglês: “Archives as a term must be extended to collections made by private or semi-private bodies or persons, acting in their official or business capacities”.

Algo similar ocorreu com Schellenberg, que admitiu que “os registros privados mais recentes têm a qualidade orgânica dos registros públicos e, portanto, são de caráter arquivístico¹⁰” (SCHELLENBERG, 1984, p. 65, tradução nossa). Entretanto, os mesmos arquivos não se encaixam nos critérios de produção e aquisição (pois não são adquiridos com caráter evidencial como os arquivos governamentais, mas, sim, para fins de pesquisa). Ou seja, apesar de reconhecerem os arquivos de pessoas, tanto Jenkinson quanto Schellenberg acreditavam que faltava uma qualidade arquivística aos mesmos.

Cook, no texto *Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno*, resultado de uma palestra apresentada no Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais (1997), questiona se os princípios e os conceitos arquivísticos tradicionais também são relevantes para os arquivos de pessoas, e se mostra contra qualquer dualidade entre arquivos públicos e arquivos de pessoas, afirmando que ambos são produtos de uma atividade. Assim, o autor alinha-se à vertente de que arquivos de pessoas caracterizam-se como arquivo, o que pode ser observado neste trecho, onde defende o reconhecimento de similaridades entre os arquivos:

Primeiro, ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal. Diversamente de livros, programas de televisão ou obras de arte, eles não são intencionalmente criados por motivos próprios, com a possível exceção dos textos autobiográficos, mas surgem, antes, dentro de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional. (COOK, 1998, p. 131).

Mesmo não sendo a pauta central da dissertação, precisamos abrir alguns parênteses para discutir, mesmo que superficialmente, a quase indissociável correlação entre arquivos e memória. Destacamos que, por mais que tenhamos evitado verticalizar esta associação, a relação existente entre ambos os temas é visceral, já que os acervos (incluindo os de

¹⁰ No original em inglês: “Most recent private records have the organic quality of public records and are therefore archival in character”.

peças) quando custodiados por instituições e disponibilizados são vistos como amparo à memória de uma sociedade.

Reconhecemos a potência dos arquivos e que, em algumas circunstâncias, estes constituem-se de “lugares de memórias” (NORA, 1993), conceito histórico sedimentado no século XX, referindo-se também a instituições que tiveram em sua origem uma intenção memorialista, ou seja, “vontade de memória”.

Não há equívocos em estreitar os laços entre os dois assuntos. Entretanto, a dinâmica de que os acervos têm por natureza e função social, de desígnio de auxílio à memória, causa uma revelia diante da teoria arquivística, bem como ilustra Campos (2015), onde explica que a função dos arquivos está em atuarem no presente de seu produtor e não no futuro.

O arquivo, entretanto, não nasce com qualquer vocação para o futuro, não se afirma, em sua gênese, como “memória do futuro”. Independentemente de sua natureza institucional ou pessoal, serve ao presente, na medida em que seus documentos, pelo estatuto probatório que lhes é congênito, configuram provas ou testemunhos das ações das quais se originaram, viabilizando das atividades do organismo que os acumulou, seja ele um órgão público, uma instituição privada ou uma pessoa comum. (CAMPOS, 2015, p. 115).

O arquivista tem como tarefa custodiar com eficácia, conservar, preservar e dar acesso aos arquivos. Em função disso, não podemos interpretar que tais documentos arquivísticos (sejam institucionais ou pessoais) e memória são uma coisa só, quando, na realidade, os arquivos são representações.

Um arquivo pessoal, assim como um arquivo institucional, é constituído por documentos, mas também por buracos e lacunas. Nenhuma pessoa física ou jurídica é capaz de guardar tudo. Portanto, é preciso conhecer o processo de produção/acumulação e efetuar a análise dos documentos. (OLIVEIRA, 2012, p. 78).

Os arquivos podem funcionar como uma ferramenta para evocar experiências do passado, ou seja, um tipo de “gatilhos de memória” como estabelecido pela arquivista Laura Millar, no artigo *Touchstones: considering the relationship between memory and*

archives (2006, p. 122). Neste texto, a autora se dedicou ao problema da questão da memória como natureza do trabalho dos arquivos e afirma que os documentos que preservamos:

Não são memórias, mas nós criamos ou guardamos documentos de arquivo para manter um pedaço de prova que nos permite lembrar de um evento¹¹. (MILLAR, 2006, p. 115, tradução nossa).

A pesquisadora canadense continua:

Devemos também perceber que os itens que coletamos e gerenciamos não são memórias, mas ferramentas utilizadas para apoiar a criação, preservação e ressurreição de memórias individuais, e mais importante, como meio de uma identidade coletiva¹². (MILLAR, 2006, p. 126, tradução nossa).

Em consonância com as palavras de Millar, para Angelika Menne-Haritz a “função dos arquivos é prevenir a amnésia” (MENNE-HARITZ, 2001, p. 59). Para ela, os arquivos não armazenam a memória, mas, sim, nos oferecem possibilidades de (re)criarmos, retificarmos, corroborarmos episódios ocorridos.

Seguindo ainda este raciocínio, os documentos como cartas, fotografias, diários e anotações teriam sido criados e/ou armazenados com o intuito de evidenciar lembranças e, de alguma forma, possuiriam vínculo com as circunstâncias ou acontecimentos registrados. Como explicado por Bourdieu (1965, p. 54):

As fotografias do álbum de família, por exemplo, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos movimentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retêm do seu passado as confirmações da sua unidade presente.

McKemmish, em *Evidence of me* (1996), verifica que a natureza desses arquivos produzidos na intimidade é uma forma de testemunho, pois o ato de colecionar documentos

¹¹ No original em inglês: “Records are not memories, but we often create or capture records in order to secure a piece of evidence that allows us to recall an event”.

¹² No original em inglês: “We should also realize that the items that we collect and manage are not memories but are tools used to support the creation, preservation, and resurrection of individual memories and, more importantly, their articulation as part of a shared identity”.

da própria vida (fotografias), atividades (certidão de casamento) e experiências (diários) é uma forma de testemunho.

Apesar de produzidos no universo privado do seu titular, os arquivos de pessoas não se isentam de receber interferências exteriores ao contexto cultural no qual encontra-se submerso, além também de se articular com os diversos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem.

Mesmo sendo a memória um processo de construção tanto do indivíduo quanto do coletivo, e capaz de conectar o passado e o presente, reiteramos de maneira simplória que a memória está ligada à interpretação que cada sujeito fará dos arquivos, pois a forma pela qual cada indivíduo e/ou grupos sociais farão suas associações dependerá dos seus respectivos interesses (HALBWACHS, 2006), de suas experiências vivenciadas ou momentos marcantes vividos por parentes/amigos ou herdadas ao longo dos séculos (POLLAK, 1992) ou por um sentimento de pertencimento (ASSMANN, 2011).

Retomando a discussão, existe, mesmo que implícita, uma marginalização dos arquivos de pessoas. Segundo Yeo (2008), esta foi desencadeada por inúmeros fatores, como: a força dos arquivos públicos; a importância adquirida pela gestão de documentos; a busca por soluções para os arquivos digitais; a recorrência de outros profissionais trabalharem com estes acervos de pessoas; e a preponderância de debates discutindo metodologias da Arquivologia em arquivos públicos.

O fato de estudiosos da área terem explorado mais os arquivos governamentais pode ter influenciado um esquecimento dos demais, como destacada Pollard, que averiguou a bibliografia da área enfatizando a questão da avaliação: “a literatura profissional tem quase que negligenciado os documentos pessoais¹³” (POLLARD, 2001, p. 139, tradução nossa). Tal ausência de discussões científicas mais aprofundadas causou não só uma lacuna teórica, mas também um equívoco metodológico, fazendo com que fossem organizados como coleções. Como endossa Craig (2004, p.157):

¹³ No original em inglês: “And the literature has almost entirely neglected the appraisal of private manuscript materials”.

A aquisição, por instituições públicas, de arquivos pessoais ou de organizações do setor privado é uma área do trabalho arquivístico que tem uma longa história; tal experiência, porém, não está bem representada na literatura, nem os estudos adotam um enfoque teórico.

Ponderando a fala de Graig, decidimos apresentar algumas reflexões sobre a aplicabilidade da teoria arquivística tradicional e dos métodos convencionais em acervos produzidos fora do âmbito público.

Localizamos, na literatura, autores que não acreditam que a teoria e os métodos arquivísticos respondam as perguntas dos arquivos produzidos por indivíduos. Insistindo no questionamento, uma vida estaria sujeita à mesma “departamentalização” experimentada pela estrutura de um órgão administrativo? Já no final do século XX, iniciaram-se alguns trabalhos tratando à temática.

Harris (2001) após uma análise dos trabalhos de McKemmish, conclui que a esquematização apresentada pela australiana deve ser “reformulada para se adaptar às realidades de um campo que caracteriza pela complexidade”. Ainda no mesmo ano, Hobbs opõe-se à aplicação das teorias da avaliação em documentos com “resíduos da vida pessoal” e “caráter de intimidade”, e alertou sobre a elaboração de uma teoria voltada para arquivos públicos:

Durante esse trabalho, tenho notado certo silêncio no que concerne aos arquivos pessoais na teoria arquivística convencional. Essa teoria tem sido formulada, sobretudo por autores que trabalham ou têm experiência em arquivos nacionais ou, mais recentemente, institucionais, onde a ênfase recai no aspecto empresarial e coletivo, e não no individual e idiossincrásico. [...] Os arquivos pessoais requerem um método de avaliação diferente daquele usado com os documentos administrativos ou governamentais. Um ponto de partida para esse novo método poderia estar relacionado ao modo como conceituamos os documentos e ao modo como os abordamos durante o processo de aquisição. (HOBBS, 2001, p. 126).

Ao retomar a discussão em 2016, a canadense propõe um reajuste nos métodos e uma teoria menos centrada em aspectos biográficos. Para Delgado-Gómez (2014), os acervos pessoais se misturam com os de bibliotecas, sendo impossível encontrar limites de fundos, e afirma que são indomesticáveis aos princípios e métodos arquivísticos.

Contudo, autores como McKemmish (1996), Cox (1996), Hurley (1996), Cunningham (1996) e Cook (1998), em abordagens distintas, observam que os conceitos fundamentais na gestão de arquivos públicos possam também ser aplicados aos arquivos de pessoas, uma vez que compreendem que as pessoas produzem documentos pelos mesmos motivos que as instituições. Como notamos em algumas afirmativas a seguir:

Ambos os produtos de uma atividade, independente de ser de caráter oficial ou pessoal e, somando-se a isso, os procedimentos, técnicos de tratamento seriam semelhantes, só esses motivos já caracterizam os arquivos pessoais como arquivo (COOK, 1998, p. 131).

Os arquivistas podem analisar o arquivamento corporativo. Assim como identificam atividades e funções corporativas importantes, e especificam os documentos mantidos como prova dessas atividades, da mesma forma eles podem analisar papéis socialmente atribuídos e atividades correlatas e concluir quais documentos os indivíduos guardam como provas desses papéis e atividades - “provas de mim”¹⁴. (MCKEMMISH, 1996, p. 175-176).

Gostaríamos de lembrar que Terry Cook (1998) buscou “romper” com o estereótipo “imparcial”, em especial com o postulado desde Hilary Jenkinson (1922). O autor questionou mitos centrais, ao afirmar que os arquivos não possuem nada de neutro; tudo é moldado e reapresentado e que os arquivistas interferiam na memória:

Tornaram-se, assim, construtores muito ativos da memória social. Na verdade, afirmaria até que se tornaram o principal agente de formação da memória, sem esquecer das importantes contribuições, nessa tarefa, de seus colegas dos museus, bibliotecas e cultura material. (COOK, 1998, p. 139).

Destacamos que Jenkinson e Cook têm sua importância, cada qual no seu tempo. O primeiro apresentou inúmeras ideias que reforçaram o estabelecimento da Arquivologia como ciência, e inovou ao dizer que os profissionais da área possuíam duas funções

¹⁴ No original em inglês: “Archivists can analyse what is happening in personal recordkeeping in much the same way as they analyse corporate recordkeeping. Just as they can identify evidence of me significant business functions and activities and specify what records are captured as evidence of those activities, so they can analyse socially assigned roles and related activities and draw conclusions about what records individuals in their personal capacity capture as evidence of these roles and activities - 'evidence of me’”.

fundamentais: a de guardiões da custódia dos arquivos e a de que deveriam proporcionar as melhores condições possíveis aos pesquisadores. E que cabia ao produtor avaliar seus documentos. Enquanto o segundo, trouxe um novo olhar sobre uma Arquivologia produtora de conhecimento científico, afastando o arquivista de guardião passivo para agente ativo na construção das relações de poder que moldam o patrimônio documental.

Contudo, gostaríamos de nos concentrar na afirmação de Jenkinson de que os documentos de arquivo têm duas verdades: uma arquivística, relacionada ao contexto de criação, que permite a permanência da autenticidade e imparcialidade, e uma histórica, a verdade representada pelo conteúdo do documento. E acreditamos que é apenas na primeira verdade apresentada pelo teórico britânico que os arquivistas devem se ater para o desempenho de suas funções.

Defender que os profissionais de arquivo interfiram na constituição e seleção do que será preservado parece menoscabar o exercício das atividades dos arquivistas, equiparando suas funções ao mero uso de bom senso. Quando, na verdade, são embasadas e regidas por políticas de arquivos através de legislações, manuais, resoluções e normas, dentre tantos outros instrumentos que buscam padronizar as aplicações metodológicas com fundamentações teóricas.

Sobre a aplicação dos princípios teóricos da Arquivologia em arquivos de pessoas, Lopez afirma que, ainda que possuam uma característica informal e testem os limites dos princípios arquivísticos, serão esses mesmos princípios que salvaguardarão a unicidade e a coesão arquivísticas dos arquivos de pessoas.

A informalidade caracteriza os procedimentos e os documentos gerados, o que não invalida o respeito aos princípios arquivísticos na organização de tais acervos. Pelo contrario, reforça a necessidade de tais princípios, como único modo de garantir a solidez das informações dos documentos. Tal questão nos remete à discussão sobre as características dos documentos em geral e dos documentos de arquivo. (LOPEZ, 2003, p. 70).

Estes não são os únicos estudiosos que veem os arquivos produzidos por pessoas como um fundo orgânico, tanto quanto um arquivo público:

Do ponto de vista arquivístico, os documentos são públicos quando foram criados ou recebidos por um cargo público, ou seja, seu status público vem não apenas por sua origem, mas também em relação à regra fundamental que rege cada comunidade de acordo com a sua origem. Qual elemento individual adquire a natureza do todo ao qual pertence. Um fundo de arquivo é um documentário; se o fundo é público por causa de sua proveniência, todo documento dentro dele é público e também vice-versa. Por exemplo, uma carta escrita por um departamento do governo para um indivíduo privado é um documento por sua proveniência, mas arquivisticamente é privada, porque faz parte do fundo arquivístico criado pelo destinatário. (DURANTI, 1996, p. 84, tradução nossa)¹⁵.

Oliveira questiona “Existe relação orgânica entre os documentos (pessoais)?” (OLIVEIRA, 2012, p. 36). Em resposta, a autora assegura que, caso não consigamos identificar o produtor ou as conexões naturais, é porque estamos diante de uma coleção (reunião artificial). Ainda na mesma obra, um pouco antes do questionamento ela expõe (p. 33) que os documentos existentes nos arquivos produzidos na intimidade também possuem características arquivísticas. São elas: imparcialidade, autenticidade, unicidade, naturalidade e organicidade. Apresentamos de maneira resumida a definição de cada uma das características apontadas:

Quadro 6 – Definições das características dos documentos de arquivos

Imparcialidade - Definida por Jenkinson, que afirma que os documentos são “livre de suspeitas”, pois se refere à capacidade dos documentos de refletirem fielmente as ações do seu produtor, sugerindo que o documento é produzido sob injunção das atividades de uma instituição, e não porque houve uma escolha de se ter um documento para essa ou aquela finalidade.

Autenticidade - Arquivos só são autênticos quando são criados pela necessidade de se agir por meio deles e quando são preservados e mantidos pelo criador e seus legítimos sucessores como testemunhas fiéis dos fatos e atos que registram. Para serem autênticos memoriais de atividades passadas, os documentos devem ser produzidos, mantidos e conservados de acordo com procedimentos metodológicos reconhecidos (EASTWOOD, 2013, p. 22).

¹⁵ No original em espanhol: “Desde un punto de vista archivístico, los documentos son públicos cuando han sido creados o recibidos por una oficina pública, es de cirsu estado de públicos lesviene no sólo por su proveniencia si no también com relación a la regla fundamnetal que rige cada colectividad de acuerdo a lacual elemento individual adquire la naturaleza del conjunto al que pertenece. Um fondo archivístico es un todo documental; si el fondo es público por su proveniencia, cada documento dentro de él es público y también viceversa. Por ejemplo, una carta escrita por departamento del gobierno a um individuo privado es um documento por su proveniência, pero archivísticamente es privado, porque forma parte del fondo archivístico creado por el destinatário”.

Unicidade – O documento arquivístico é único no conjunto documental ao qual pertence. Podem existir cópias em um ou mais grupos de documentos, mas cada cópia é única em seu lugar, porque o conjunto de suas relações com os demais documentos do grupo é sempre único (E-ARQ, 2011, p. 21).

Naturalidade (cumulatividade) - Esta característica refere-se ao modo de acumulação dos documentos, que não são reunidos de forma aleatória ou por desejo de seus produtores. São produzidos respeitando as necessidades administrativas, de provas ou de ações do produtor.

Organicidade - Refere-se ao fato dos documentos arquivísticos acumularem-se de forma natural e contínua. Esta característica “lhes garante uma coesão espontânea e estruturada” (DURANTI, 1994, p. 335), ou seja, organicidade singulariza o material de arquivo.

Fonte: A autora (2018).

No Brasil, houve um questionamento dos autores, não referente à teoria, mas, sim, sobre os métodos de organização, fazendo com que a realidade se alterasse. Se antes tinham características mais temáticas, agora permeiam por campos funcionais. Observa-se:

Os arquivos pessoais nem sempre foram reconhecidos como arquivos na literatura nacional e internacional. A lógica de acumulação dos documentos nos arquivos pessoais não corresponde àquela das instituições. Não há regras nem critérios rígidos, e não há uma legislação que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada. Assim, o conhecimento de todo o universo do acervo, para tratá-lo, representa um desafio para arquivistas. (SILVA; SANTOS, 2012, p. 7).

O pioneirismo foi do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC (Rio de Janeiro), que inclusive sistematizou os procedimentos e publicou a metodologia em forma de manual. Intitulado *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*, serviu de modelo para outras instituições durante algumas décadas. O modelo era voltado mais para temática e espécies (séries correspondência, série documentos pessoais, série produção intelectual, série recortes de jornais, série documentação complementar, série fotografias, série filmes e série discos), resultando, assim, em um produto pouco esclarecedor sobre o titular e que não respondia quando e como os documentos foram produzidos e acumulados.

No entanto, novos estudos sobre o tema resultaram em debates que não concordavam com o modelo estabelecido pelo CPDOC, acreditando que classificações

amplas e genéricas poderiam comprometer o nexos e descaracterizar as funções primordiais que evidenciam o sentido da produção documental.

Seu principal problema repousa, com efeito, no entendimento controverso do princípio da ordem original e da natureza de acumulação de documentos por indivíduos. Ao preconizar a formação de dossiês, unidades artificiais reunidas em função de parâmetros geralmente temáticos, o método ofusca a relação orgânica que caracteriza o conjunto documental, situação que agrava com elaboração de plano de classificação em que critérios temáticos, funcionais e tipológicos aparecem mesclados. (CAMPOS, 2017, p. 43)

Segundo Camargo e Goulart (2007), o método coerente seria o funcional, e a sua produção exige algumas tarefas do arquivista: conhecer a trajetória do titular; elaborar uma cronologia minuciosa; e compreender as atividades rotineiras e as participações em eventos que, mesmo esporádicos, tenham dado sentidos aos documentos e coesão aos conjuntos. Ou seja, o profissional, através do contexto original dos documentos, deve traçar um fio condutor que interligue os itens do fundo.

Estudiosos brasileiros reconhecem as dificuldades e os desafios em tratar esses documentos que possuem uma ínfima linha entre o âmbito de atuação institucional e da pessoa. Uma das principais dificuldades apresentadas por arquivistas é a de identificar a grande quantidade tipológica existente em alguns acervos desses acervos. Como analisa Silva:

Eles escapam dos padrões que regulam os documentos oficiais produzidos pelas instituições públicas e privadas, não se sujeitando às normas de produção, avaliação e configuração interna e externa. A liberdade de ação própria dos arquivos pessoais apresenta um leque de possibilidades e estudo dos tipos documentais. (SILVA, 2013, p. 165).

Mas a autora lembra a importância dessa tarefa, onde o profissional precisa identificar os tipos/formas/suportes/contextos de produção e demonstrar até mesmo aos doadores dos acervos o valor existente nas diversas tipologias documentais.

Um problema do passado, mas que ainda é frequente no tratamento dos arquivos, é que ainda continuam sendo doados a bibliotecas. Gostaríamos de novamente abrir alguns

parênteses diante desses fatos, pois presumimos que estas circunstâncias reflitam a realidade brasileira nos dias atuais, na qual acervos arquivísticos ainda estão sob custódia de outras instituições onde é possível que não recebam tratamento de acordo com a teoria arquivística.

Recentemente Renato Venâncio apresentou um trabalho no evento *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*¹⁶, intitulado *Onde estão os arquivos pessoais? Uma sondagem*. Nele, o autor mostra, como base, cadastros nacionais de instituições públicas, sendo, para os arquivos, o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos - CODEARQ¹⁷ e, para os museus, a Rede Nacional de Identificação de Museus¹⁸, uma pesquisa quantitativa de acervos pessoais e que, ao compará-los, constata que atualmente os museus superam os arquivos públicos em custódia de arquivos de pessoas.

Retomando a discussão, outra dificuldade enfrentada pelos arquivos de pessoas é a criação de rótulos, o que, para Camargo, só dificulta o trabalho. Para ela, enaltecer aspectos como espécie e gênero só afastam esses acervos do conceito de arquivos e os aproxima de coleções:

Se a utilização de rótulos universais para a caracterização desses arquivos prepara perigosas armadilhas para os profissionais que deles se servem – colocando num mesmo plano espécies, formas, gêneros, assuntos e formatos -, tem ainda mais dois efeitos perversos: compromete sua organicidade e sinaliza a renúncia ao caráter probatório que sua funcionalidade originária lhes proporciona. (CAMARGO, 2009, p. 31).

Provavelmente, essa utilização de “rótulos” está interligada ao entendimento que algumas instituições possuem sobre os arquivos de pessoas. Por vezes, elas parecem reduzi-los a apenas gêneros textuais, ignorando os demais elementos dos conjuntos, e, assim, descaracterizando-os. A ausência de determinados elementos, como objetos e fotografias, dificultam a recomposição da trajetória do produtor.

¹⁶ Evento promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, entre os dias 21/09/2016 e 23/09/2016. Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br/arquivospessoais/apoio.htm. Acesso em: 08 jan. 2019.

¹⁷ Base de dados vinculada ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Arquivo Nacional (AN).

¹⁸ Base de dados vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

O CPDOC, por exemplo, atualmente não aceita recortes de jornais; o Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP não recebe os objetos vulgarmente chamados de “tridimensionais”. Ainda há instituições europeias que, em seus processos de aquisição, só constituem seus acervos pessoais com cartas.

Contudo, o suporte não deveria ter papel tão importante, mas, sim, a recontextualização desses arquivos. Delmas, ao se reportar aos artefatos documentais, esclarece que objetos que não nasceram propriamente dito como documentos, podem, ao longo de sua existência, adquirir esse caráter:

[...] Tais documentos não correspondem aos tipos tradicionais que se encontram nos arquivos, quase sempre associados ao gênero textual. Entretanto, cabem perfeitamente na definição científica e legal dos arquivos. Às vezes incomodam os arquivistas, por não terem o formato normalizado dos documentos administrativos, de suas caixas e estantes. Daí a tentação de decretar que não são realmente documentos de arquivo, de ignorá-los e até mesmo descartá-los. (DELMAS, 2010, p. 71).

O profissional deve tentar reconstituir as ligações entre os objetos e a causa de origem sempre que possível. Como, por exemplo, no Acervo de Escritores Mineiros, objetos ligados à principal atividade desempenhada pelos produtores são expostos na tentativa de reconstituir seu ambiente de trabalho. As peças estão contextualizadas, uma vez que atreladas à vida e às funções do proprietário. A seguir, vemos uma fotografia da sala Escritório Henriqueta Lisboa, onde a instituição tentou reproduzir o escritório da poeta.

Figura 1 – Objetos do escritório de Henriqueta Lisboa, doados ao AEM para a reconstituição do ambiente.



Fonte: Arquivo Henriqueta Lisboa, AEM.

Algo semelhante ocorre com as fotografias, que, quando tiradas, possuem um valor primário, servindo seu produtor. Mas também podem ser reutilizadas por pesquisadores, em um segundo momento. Caso a imagem esteja deslocada do contexto de produção, isso pode ocasionar diversas interpretações. Então, para que haja um entendimento do sentido original da fotografia para o titular do acervo, é fundamental que se faça o uso da teoria e dos princípios arquivísticos.

Um exemplo básico e simplório sobre a importância de descrever uma imagem, inserindo-a ao tempo e espaço de produção, é a fotografia do arquivo de Lygia Fagundes Telles, do Instituto Moreira Salles – IMS. Em um primeiro momento, pode parecer ao pesquisador apenas uma imagem da autora com outra mulher no quintal de uma casa, entretanto, nos deparamos com Lygia e Hilda Hilst, sua melhor amiga no quintal da Casa do Sol, então moradia da segunda e que atualmente é sede do Instituto Hilda Hilst - IHH, que tem como missões a de disseminar a obra e a memória da antiga proprietária e a de preservar a Casa do Sol. Além de receber visitantes e ter o *Programa de Residências da*

Casa do Sol, a instituição existe para promover o intercâmbio entre artistas e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e o desenvolvimento da criação artística.

Figura 2 – Lygia Fagundes Telles e Hilda Hilst na Casa do Sol em Campinas.



Fonte: Arquivo Lygia Fagundes Telles, IMS.

Para Lopez “o verdadeiro desafio dos arquivos pessoais consiste em identificar as inter-relações entre as atividades do titular e os documentos por ele produzidos/acumulados” (LOPEZ, 2003, p. 80). A identificação é realizada após a incorporação do acervo na instituição, sendo um procedimento que deve ser feito em conjunto com a pesquisa biográfica da entidade produtora e a compreensão dos motivos pelos quais os registros foram gerados e arquivados (tipologias).

Neste momento, a Diplomática - que estuda os diplomas e seus elementos constituintes internos e externos - torna-se apropriada na construção do saber arquivístico, visto que propicia instrumentalidades para estudar o documento de arquivo (BELLOTTO, 2002) e, em suma, testa as configurações dos mesmos, visando atestar-lhes confiabilidade (autenticidade) perante um dado sistema jurídico. Um documento considerado autêntico

não é factualmente verídico, tendo em vista que a veracidade presume que a informação registrada represente necessariamente a verdade dos fatos.

A discussão acerca da natureza dos arquivos de pessoas e de sua relação com os princípios da Arquivologia é atual e ainda inconclusiva. Mas, tentando responder as perguntas iniciais do subcapítulo e após analisar os diferentes entendimentos dos pensadores da área, chegamos às seguintes considerações:

- a) Apesar dos desafios concernentes desses acervos, entendemos que uma das formas de combater essas fragilidades é trabalhar com tais conjuntos documentais dentro dos parâmetros da Arquivologia e que Angelika Menne-Harris (1998) definiu como *ciência dos contextos e relações*. Acreditamos que, fazendo o uso da obediência ao contexto de produção/motivo de guarda, seremos capazes de dotar os documentos dos seus sentidos arquivísticos efetivos.
- b) A outra maneira de reforçar a existência de uma organicidade nesses arquivos é justamente aplicando os princípios teóricos, os mesmos utilizados em arquivos públicos, para que consigamos salvaguardar o vínculo de acumulação através de tratamentos funcionais e não temáticos. O arquivista precisa manter o documento de arquivo preso ao motivo imediato que lhe deu origem, considerando as variações no tempo, e, para um melhor desempenho, deverá utilizar as instrumentalidades da área, em suma, seus princípios.

Os arquivos pessoais, por suas características informais, testam os limites dos princípios teóricos da Arquivologia, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, os reforçam como única salvaguarda para que tais conjuntos não percam a unicidade e coesão arquivística que os caracteriza. (LOPEZ, 2003, p. 70).

Utilizar-se da teoria da Arquivologia, reforçar os princípios básicos e delimitar os arquivos são formas de contribuir para a consolidação desses conjuntos e para a desconstrução de discursos como o de premeditações dos produtores.

Mediante ao que foi exposto até aqui, o nosso entendimento é o de que os arquivos de pessoas devam ser tratados sob os mesmo princípios e métodos arquivísticos que os

organizacionais. Começaremos, no capítulo 3, a trilhar a pesquisa empírica envolvendo três fundos de escritoras brasileiras.

3 PONTUANDO OS ELEMENTOS EMPÍRICOS DA PESQUISA

Considerando que a pesquisa se empenha na reflexão sobre a produção dos arquivos de pessoas, mesmo sendo de natureza teórica, ainda assim foi possível relacionar elementos que possibilitam o desenvolvimento do campo empírico.

Mesmo que à primeira vista pareça abstrato tentar compreender os contextos e fatores envolvidos na criação dos documentos pessoais das escritoras, há instrumentos práticos, resultados dos trabalhos dos arquivistas, que subsidiam esta análise.

Ainda seguindo os passos do caminho indutivo descrito por Aristóteles, acreditamos que a pesquisa empírica seja fundamental à comprovação da teoria, servindo para ancorar e sistematizar no plano da experiência aquilo que foi apresentado conceitualmente.

Após a Revolução Francesa, a busca por soluções para as massas documentais acumuladas, com as contrariedades resultantes da organização por assunto, iniciou na Europa uma produção intelectual que seria os primeiros esboços dos quadros de arranjos. Este, ao ser elaborado, propõe a identificação da estrutura orgânica do arquivo organizado, elucidando as ações e atividades que ocasionaram a produção e conservação dos arquivos, ou seja, espelha o contexto arquivístico, apresentando-se como uma construção de sentidos e significados.

Com levantamento e análise de fontes bibliográficas e arquivísticas sobre o produtor; confecciona-se o arranjo intelectual, e, por meio de uma análise do princípio da ordem original, determina-se a estruturação intelectual do arquivo, por onde será provável a recuperação e/ou reconhecimento dos vínculos arquivísticos. Há também um ordenamento de documentos num ambiente físico, quando se classifica partindo do tratamento intelectual.

Investigando acerca do assunto para uma melhor compreensão, destacamos as seguintes definições de quadro de arranjo:

[...] como a seqüência de operações que, com base no princípio da proveniência, e de acordo com um plano previamente estabelecido (cujo produto é o quadro de arranjo), visam a classificar os documentos de um

arquivo de modo a que reflitam a estrutura administrativa e as funções exercidas pelas entidades produtoras. (TESSITORE, 1989, p. 21).

Operação material da organização dos itens (ou unidades de arquivamento) baseada nos princípios de proveniência e de respeito aos fundos. (CAVALCANTI; CUNHA, 2008, p. 31).

Observamos que ambas as definições estão associadas aos princípios da proveniência e de respeito aos fundos. Entretanto, Muller, Feith e Fruin (1898) defendem que, no arranjo arquivístico, é indispensável o restabelecimento sempre que possível da ordem original e, mesmo que o arquivista julgue não ser convincente adaptar o arranjo a este princípio, ainda sim o mesmo servirá para a compreensão da organização que gerou o arquivo. À vista disso, apontamos o nosso principal elemento empírico: o princípio da ordem original.

Acreditamos que este princípio seja fundamental na formulação do quadro de arranjo, uma vez que, com a sua conservação, poder-se-á compreender a constituição, estruturação e funcionalidade de cada item documental dentro de um fundo, evidenciando o contexto arquivístico, as relações orgânicas e o vínculo arquivístico.

Superada essa questão, após o arquivo ser organizado e o quadro de arranjo finalizado, cabe ao arquivista descrever os conjuntos de documentos considerando os seus elementos formais e de conteúdo que identifiquem a documentação e a localização física, além de viabilizar as informações aos usuários. Essa ferramenta descreve os documentos do fundo em série, subsérie, dossiê, itens e peças, quando necessário. Sendo assim, para uma melhor percepção, ressaltamos o seguinte conceito de descrição arquivística:

É uma representação formulada pelo arquivista. Conforme observado, sua formulação envolve processos e métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo. Um elemento fundamental para essa compreensão é a reconstrução do contexto arquivístico. (OLIVEIRA, 2012, p. 44).

Podem ser utilizadas normas descritivas como suporte para a execução da descrição arquivística, e é na área de contextualização das normas, no campo *História arquivística* que buscou-se a segunda fundamentação para a pesquisa, uma vez que tínhamos como

objetivo identificar a origem imediata de aquisição ou transferência da unidade de descrição que seja significativa para sua autenticidade, integridade e interpretação.

Sendo assim, nosso marco empírico se concentrará no respeito ao princípio da ordem original, aspirando conhecer as atividades e as funções que impulsionaram a gênese documental. E focará também a história arquivística, para que se saiba o máximo de informações desde o momento da aquisição do acervo, a fim de compreender de que forma transcorreu o trâmite de entrada dos arquivos nas instituições.

Desta forma, iniciaremos o próximo subcapítulo discorrendo, neste primeiro momento, sobre o princípio da ordem original, almejando esclarecer sobre esse assunto importante e complexo, principalmente quando se trata de arquivos de pessoas. E, por conseguinte, sobre a história arquivística.

3.1 A ordem original de documentos: um princípio basilar ou refutável?

Para Duchein (1976) e Horsman (1994), a ordem original é uma aplicação interna do princípio da proveniência, inclusive sendo intitulada por Couture e Rousseau (1998) como segundo grau do princípio da proveniência. Enquanto Martín-Pozuelo (1998) a considera o como uma extensão do respeito à procedência dos fundos.

Há uma longa história de intensos debates e discussões em torno do seu real significado, assim como divergências sobre a sua aplicação na prática. Bem como pontua Jennifer Douglas, arquivista atuante em arquivos de escritores, no artigo *What we talk about when we talk about original order in writers' archives*,

Essa definição, em sua brevidade e concisão, [...] pode ocultar, ou pelo menos minimizar, a longa história de debate e discussão em torno do significado real do princípio e sua aplicação para diferentes tipos de registro¹⁹. (DOUGLAS, 2013, p. 8, tradução nossa).

¹⁹ No original em inglês: “This definition, in its brevity and conciseness, (...) or at least downplay, the long history of debate and discussion surrounding the principle’s real meaning and its application to different types of records”.

Apresentaremos adiante alguns prismas desse amplo rol de debates, porém sem nos preocuparmos com respostas neste primeiro momento. De início, nota-se que até mesmo a gênese do princípio é mote à discordância, como visto no questionamento de Tener: “O que queremos dizer quando nos referimos sobre a ordem original?²⁰” (TENER, 2010, apud DOUGLAS, 2013, p. 8, tradução nossa). E refletida na pesquisa de Douglas (2013) que, ao entrevistar treze profissionais (arquivistas e bibliotecários responsáveis por arquivos de literatos), ficou impressionada com os diferentes tipos e formas de identificação do mesmo princípio.

No mesmo trabalho, a arquivista questiona: a ordem original deve ser entendida como física? Caso sim, qual ordem deve ser considerada e preservada? O que capturamos como ordem original?

Presumimos que as perguntas tragam à luz o parco entendimento que os profissionais possuem sobre o tema. E, quiçá, alinhada a isso, a limitação dos termos “original” e “ordem” (MEEHAN, 2012) que causam dubiez em arquivistas, pois, ainda que identifiquem alguma ordem, questionam-se da capacidade de estarem representando os documentos como verdadeiramente eram. Nesmith (2005) chegou a sugerir que a nomenclatura “ordem recebida” melhor representaria o sentido do conceito. Entretanto, foi rebatido, com o argumento de que a substituição não resolveria o problema. E, embora Yeo afirme que o princípio não seja universalmente eficaz, para ele ainda “no mundo do papel, a ordem original é a melhor abordagem que temos”²¹ (YEO, apud HARRIS, 2007, p. 205, tradução nossa).

Além desses embates, ainda nos deparamos com a contestação no que se refere à instabilidade no entendimento do princípio, como SOUSA (2013, p. 257) verificou:

De uma maneira mais draconiana, o arquivista inglês Hilary Jenkinson exigia que se mantivesse de maneira absoluta a ordem original dos documentos recebidos das administrações, sem nenhuma intervenção de avaliação ou de classificação: se os dossiês são os subprodutos inconscientes da administração, a prova bruta dos atos e das trocas, então nenhuma intervenção posterior à criação desses dossiês pode ser

²⁰ No original em inglês: “What do we mean when we talk about original order?”.

²¹ No original em inglês: “[...] in the paper world, original order is the best approach we have”.

autorizada sem que sua característica de prova imparcial encontre-se em perigo.

Notamos a preocupação de Jenkinson que os profissionais não interferissem de forma alguma na ordem de acumulação, mesmo durante o recebimento dos documentos. Tal ideia também foi defendida por Lodolini (1993): a de que manter o arquivo organizado de acordo com a sua origem era essencial para a legitimidade, identidade e naturalidade do conjunto documental.

Ainda sim, para Duchein (1986) e Rousseau; Couture (1998), os arquivistas são aptos a modificar a ordem original, caso a mesma não fosse perfeita ou dificultasse de alguma forma a pesquisa.

Se os arquivos de uma unidade não estiverem organizados, o papel do arquivista consiste em colmatar essa lacuna antes que os referidos arquivos se tornem semiativos ou arquivos definitivos. Se isso não for possível, o arquivista deve escolher entre a reconstituição da ordem primitiva ou de uma organização que responda a outros imperativos, como os da investigação. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 84).

No manual de 1898, a regra 18 legitima as modificações realizadas e que elas sejam mencionadas e justificadas nos inventários, se necessárias e que, o arquivista deve intervir em situação de perda:

Eis por que se julga mais avisado restaurar, na sua totalidade, a ordem original, isto na medida em que subsistam vestígios dela, e então, caso imprescindível, introduzir-lhe os aperfeiçoamentos ou aplicar o princípio diretor, descortinado no antigo arranjo, aos documentos, cuja ordem se destruiu de modo irreparável. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 50).

A discussão fica ainda mais complexa quando a transportamos para o campo dos documentos pessoais, comumente criados e usados sem normatizações e controle, fatores que dificultam trabalhar com os princípios, e em especial o da observância da ordem original. A indagação se tal princípio aplica-se aos arquivos de pessoas traz à luz um número maior de inquietações.

Douglas (2013) acredita que a ordem original e a sua aplicação em acervos pessoais foram enriquecidas ao longo dos anos, entretanto, não o suficiente para acabar com as confusões de compreensões. Alguns arquivistas que atuam em registros pessoais hesitam em concordar com a usabilidade da ordem original fora da esfera dos arquivos do governo.

Podemos citar o exemplo de Powell (1995), ao afirmar que a observância não é aplicável à acumulação pessoal por inúmeras razões, entre elas: o conjunto documental é concebido em estado de desordem; os criadores em geral não mantêm os registros organizados e arquivados; e, quando isso ocorre, é realizado somente imediatamente antes de serem doados. Em sentido contrário, Hurley (1995) sustenta que é justamente a ordem original que resgatará a globalidade de sua lógica e extrairá mais informações de sua essência. E prossegue:

O respeito à ordem original não depende de haver uma numeração ou ordem alfabéticas originais, e não deve ser descartado simplesmente por se estar diante de uma obra inexplorada ou não produzida. (HURLEY, 1995, p. 146).

Meehan, no artigo *Rethinking original order and personal records* (2010), defende que o conceito de ordem original sempre representou um desafio para os arquivistas que lidam com arquivos de pessoas e critica a ausência de diretrizes de procedimentos quando não há uma ordem, como ocorre em alguns casos dos documentos pessoais.

O confronto de pensamentos entre Powell, Hurley e Meehan nos remete a uma situação retratada na fala de Pearce-Moses (2005, apud OLIVEIRA, 2014, p. 59, tradução da autora), que “o princípio da ordem original não se estende ao respeito ao caos original”.

Para complexificar a discussão, trazemos o relato da experiência profissional de Harris (2012), que discute e reflete sobre a observância do princípio em fundos de pessoas abertos e contemporâneos para a criação de um quadro de arranjo. E garante que este não é o mais bem definido dos conceitos introduzidos por Muller, Feith e Fruin.

Ao tratar o acervo de Donald G. Simpson²² (1934-) - um doador vivo e participativo com um acervo aparentemente sem ordem original, separado pelo titular em “caixas temáticas” -, Harris faz o seguinte questionamento: o que o profissional deve considerar? Última ordem de uso? Ordem de custódia? Ou a ordem recebida? A autora, no decorrer do seu trabalho, descobriu-se dividida entre uma tradição temática que colide com a prática, fazendo com que a arquivista ficasse entre o ideal e a realidade.

No entanto, a ordem recebida dos registros de Simpson e sua orientação para fornecer acesso fácil parecia colidir com a tradição e prática arquivísticas. Enquanto minha mente estava focada na criação, intenção originária do documento, e o vínculo arquivístico, a prioridade de Simpson era facilitar o acesso dos usuários ao fundo. [...] Mas eu reagi à sua abordagem com desconforto, um sentimento compreensível quando se considera que, historicamente, os arquivistas “rejeitaram” amplamente os métodos dos bibliotecários e a tradição manuscrita em favor dos “métodos mais arquivísticos” de respeitar a origem e a ordem original. [...] Dadas as circunstâncias, era importante encontrar um equilíbrio entre respeitar o arranjo que Simpson tinha enquanto ainda trazer à luz as informações contextuais da criação de registros. Não se podia permitir um para substituir o outro²³. (HARRIS, 2012, p. 202-204, tradução nossa).

Ela ainda explica que as influências entre a “original” e a “última” ordem recebida do produtor acarretaram dois exercícios: um intelectual, utilizando o arranjo para descrever e iluminar a ordem do criador, e um exercício interpessoal, equilibrando a maneira como o criador tinha agregado valor ao seu fundo com o respeito pelo princípio arquivístico.

Não é um caso isolado o impasse vivido por Harris, onde há a necessidade de encontrar um consenso entre o trabalho dos arquivistas e a vontade dos doadores.

Após uma pesquisa bibliográfica, nos deparamos com duas circunstâncias recorrentes na pré-aquisição, ou seja, as configurações de como os acervos chegam às

²² Educador, historiador, administrador, empresário, pesquisador, consultor e empreendedor canadense.

²³ No original em inglês: “Yet the received order of Simpson’s records and its orientation toward providing easy access seemed to clash with archival tradition and practice. While my mind was focused on creation, original documentary intention, and the archival bond, Simpson’s priority was to facilitate users’ access to the fonds [...] But I reacted to his approach with unease, an understandable feeling when one considers that, historically, archivists largely “rejected” the methods of librarians and of the manuscript tradition in favour of the “more archival methods” of respecting provenance and original order. [...] Given these circumstances, it was important to strike a balance between respecting the arrangement that Simpson had created while still bringing to light the contextual information of records’ creation. One could not be allowed to supersede the other”.

instituições, sendo por vezes caóticas e sem explicações sobre o arquivamento, conjuntura e propósito de criação Assim como os episódios de quando os titulares ou custodiadores decidem estabelecer diversos sistemas de organização, e tais atividades podem abranger apenas uma (re)organização ou até mesmo ações que selecionaram quais documentos deverão ser descartados ou preservados seguindo critérios desconhecidos.

A inexistência de informações sobre o modo como documentos são criados, utilizados, guardados e transmitidos, somada às idiossincrasias de seus criadores e/ou custodiadores, dificulta o modo como os documentos serão processados e tratados quando confiados à custódia arquivística. E adicionam mais desafios aos arquivistas que se deparam com diversos cenários onde os documentos podem ser um aglomerado de objetos soltos ou até mesmo estarem com uma aparente ordem que pode ou não ter sido estabelecida por seu produtor.

Endossando a discussão de maneira um pouco mais radical e desafiando o modo como os arquivistas veem o conceito de ordem original, Nesmith (2005, apud HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 161) é enfático:

O tradicional conceito arquivístico de ordem original tem pouco significado nos arquivos pós-modernos, onde as origens nunca são definitivas, e sim dependentes de novas histórias a serem elaboradas. Ao chegarem a um arquivo, os documentos terão algum tipo de ordenação, mas esta provavelmente não será a sua verdadeira ordem original, já que eles podem ser facilmente e repetidamente deslocados antes de seu arquivamento. De fato, quem poderá afirmar que a ordem dos documentos que chegam a um arquivo é a original, ou mesmo que, nos arquivos, essa ordem nunca foi alterada, deliberadamente ou por um acaso, por um arquivista ou pesquisador? Parece-me que já é tempo de descartar o conceito tradicional de ordem original. Evidentemente, isso não significa que a ordenação física dos documentos não tem importância, podendo ser modificada sem mais nem menos. Talvez seja o caso de falarmos não de ordem original, e sim da ordem em que os documentos são recebidos por um arquivo.

Viana, Lissovsky e Sá (1986) pontuam as dificuldades semelhantes que os arquivistas responsáveis por arquivos de pessoas enfrentam, como receber os arquivos de forma desordenada, o que dificulta a observância do princípio da ordem original; e mesmo

existente, ao ser analisada a ordem, esta se mostra inadequada à recuperação; e o dilema dos profissionais de não fazerem a definição de maneira forçada.

Retornando ao artigo de Douglas, *What we talk about when we talk about original order in writers' archives*, a arquivista apresenta três tipos de ordem original identificada pelos entrevistados. Uma delas é a *ordem criativa*, quando, ao invés de se concentrar numa ordem lógica e descritiva, busca-se recriar o processo criativo através do arranjo e da descrição. Ela pontua:

Para esses arquivistas, ordem original no fundo de um escritor corresponde mais intimamente à ordem em que notas, esboços e rascunhos individuais foram criados durante o processo de redação de um poema, uma história, um conto ou uma novela²⁴. (DOUGLAS, 2013, p. 12, tradução nossa).

Mesmo quando não há uma ordem discernível, como aconteceu no caso de dois arquivistas que receberam os arquivos em bolsas de lixo e malas, realiza-se um trabalho investigativo utilizando números de páginas, datas, tipos de papéis, tintas, fontes e nome de personagens, aspirando identificar a ordem criativa.

Outros preferem dar mais ênfase à *ordem física* existente quando encontram os documentos pela primeira vez, seja em embalagens de envio. Ou, em outros casos, quando há acesso ao espaço de trabalho do escritor, observar e preservar a ordem dos acervos existentes em prateleiras, pois, assim preservando, é possível uma contextualização sem a necessidade de serem (re)imaginados. Hobbs (2001, apud DOUGLAS, 2013, p. 14, tradução nossa) explica que “a ordem física original mantém evidências físicas de como o indivíduo viveu e trabalhou²⁵”. E, por fim, os que trabalham com a ordem lógica, ou como Douglas prefere definir, “melhor palpite” (no original, “*bestguess*”, DOUGLAS, 2013, p. 11, tradução nossa). A prática também é defendida por Meehan. A arquivista sinaliza que as demais abordagens apresentadas anteriormente enfatizam os usuários e as práticas de

²⁴ No original em inglês: “For these archivists, original order in a writer’s fonds corresponds most closely to the order in which individual notes, sketches, and drafts were created during the process of writing a poem, a short story, or a novel”.

²⁵ No original em inglês: “Original physical order retains physical evidence of how an individual lived and worked”.

gestão de documentos pessoais e não os contextos arquivísticos. E continua:

O conceito de ordem original deve explicitar que os arquivistas podem identificar as relações entre os documentos e atividades examinando, avaliando e interpretando as relações internas²⁶. (MEEHAN, 2010, p. 36, tradução nossa).

Para ela, a interpretação literal e a aplicabilidade do conceito do princípio em arquivos de pessoas são mais complexas do que em arquivos governamentais, tornando o processo impraticável. Por isso, não basta respeitar e preservar a ordem recebida, mas, sim, avaliar se de fato reflete as atividades do produtor. E sugere adotar um novo enfoque da ordem original para facilitar o trabalho arquivístico de arranjo e descrição:

Os “princípios arquivísticos não são definitivos, mas, assim como os conceitos da própria história, da literatura ou da filosofia, refletem o espírito de sua época, sendo portanto reinterpretados pelas gerações seguintes” (COOK, 1997, p. 26). Ao conceber os princípios da arquivologia como um conjunto de ideias em constante evolução, Terry Cook convida os arquivistas a repensar e reinterpretar os principais conceitos que informam nossa prática individual e coletiva: ou seja, abrir nossas ideias sobre teoria e metodologia arquivísticas para possibilidades nunca antes imaginadas. Esse convite ou abertura da teoria e da metodologia arquivísticas é crucial quando pensamos no conceito de ordem original e no que ele pode significar para os documentos produzidos por indivíduos ou famílias. Como norma ou como “lei científica imutável”, a ordem original é fácil de ser interpretada de modo demasiado restrito, tornando-se praticamente irrelevante; é geralmente impossível de ser implementada, especialmente no arranjo e descrição de documentos pessoais; e sentimo-nos tentados a rejeitá-la totalmente. Como conceito historicamente situado – não concebido de modo desinteressado, nem considerado válido para qualquer época –, a ordem original está aberta à (re)interpretação²⁷. (MEEHAN, 2010, p. 29).

²⁶ No original em inglês: “The concept of original order implies that archivists can come to understand the relationships between records and activities, or the external relationships of a body of records, through examining, assessing, and interpreting the internal relationships”.

²⁷ No original em inglês: “[A]rchival principles are not fixed for all time, but, like views of history itself, or literature, or philosophy, reflect the spirit of their times and then are interpreted anew by succeeding generations.” By configuring archival principles as a constantly evolving set of ideas, Terry Cook invites archivists to rethink and reinterpret the key concepts that inform and shape our individual and collective practice: in effect, to open up our understanding of archival theory and methodology to other previously unimagined possibilities. Such an invitation or opening up of archival theory and methodology is crucial when thinking about the concept of original order, and what it might mean for records created by individuals and families. As a hard and fast rule or an “immutable scientific law,” original order is easy to interpret too

Mediante o pensamento supracitado, Meehan (2010) propõe que o princípio da ordem original deixe de ser uma norma rigorosa e torne-se um esquema conceitual, método que analisa, cria, esclarece e estabelece um quadro de arranjo concentrado e reflexo dos exercícios das atividades originárias.

Para interpretar e representar o arquivo, não se deve ponderar apenas a forma em que eram mantidos, mas também outros dois aspectos específicos. O *contexto funcional* (a estrutura original conecta as atividades do produtor) e a *contextualidade* (quais outros motivos também ocasionaram as produções e o arquivamento).

A implantação do esquema conceitual partirá do geral para o específico, onde arquivistas se preocuparão em compreender processos utilizados pelo produtor em suas criações documentais, e de como, onde e quando estes mesmos processos se entrecruzam, as diversas atividades desempenhadas por ele em diferentes momentos da sua vida e as tipologias documentais. O diferencial é não questionar o *quê*, mas *como* e o *porquê*.

Foi proposital a ideia de expormos uma miscelânea de vertentes e questões que por vezes parecem sem respostas. A intenção é que ficasse explicitada a realidade com a qual nos deparamos ao iniciar a revisão bibliográfica.

Não temos respostas a todas as indagações realizadas anteriormente, entretanto, uma constatação é a ausência de diálogos sobre a temática. O exemplo disso foi que, após mapearmos, no âmbito nacional, encontros científicos dos últimos vinte anos, localizamos apenas um que tratasse do assunto: o *I Seminário de Patrimônio Documental, Informação e Acesso*, ocorrido na FCRB, no dia 13 de maio de 2014, no Eixo Temático I, Painel I, teve com o tema *A questão da ordem original e a tipologia documental nos arquivos pessoais: o arquivo de um historiador e tipologia documental na família Barbosa de Oliveira*.

Vale ressaltar o raciocínio de Sousa (2003, p.268), que nos lembra:

A proposta é buscar nas características dos documentos arquivísticos o entendimento do que é “ordem original”. Entendemos que a gênese

narrowly and render practically irrelevant; it is often impossible to implement, especially in arranging and describing personal records; and it is tempting to reject outright. As a historically situated idea – neither “disinterestedly formed” nor “holding true for all time” – original order is open to (re)interpretation.

documental é um caminho seguro para a garantia dessa ordem e para orientar a intervenção do arquivista.

Gostaríamos apenas de acrescentar a observação de que, assim como em todas as ciências, a Arquivologia possui princípios que regem o trabalho do profissional. E que, independente das maneiras ou circunstâncias que os arquivos “entrem” na instituição, os mesmos não devem ser afastados dos princípios arquivísticos, pois é o que dá verdadeiro sentido e significado ao trabalho do arquivo.

Embora aparentemente insólito, no decorrer da nossa revisão bibliográfica encontramos definições como “*identifica o processo de compreensão do contexto*”, “*identifica relações estruturais e funcionais*”, “*identifica relações entre documentos e atividades*” e “*gênese documental*”, que definem com exatidão o princípio da ordem original e nos motivou a escolher este princípio especificamente para ser a base da nossa pesquisa empírica. Acreditamos que o arquivista, ao realizar este processo de identificação, traz à luz com seus produtos, esclarecimentos sobre as atividades que levaram o produtor a gerar determinado conjunto de documentos, fruto de suas funções, relacionamentos e interesses, ratificando que estes não nascem de uma ação premeditada, mas por uma necessidade de viabilizar atos e ações.

3.2 A História arquivística, um campo da descrição documental

Após a organização do fundo, cabe ao arquivista realizar um trabalho de representação, e é a descrição dos conjuntos de documentos que garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo.

Ao longo do desenvolvimento da área, a acepção de descrição documental se transfigurou, o que pode ser observado com nitidez na literatura nacional. Antes, gostaríamos de salientar que não é nosso objetivo realizar nenhum tipo de crítica, apenas demonstrar como os conceitos foram se complexificando e potencializando devido a fatores que comentaremos à frente.

Schellenberg (1988) preocupou-se mais em discutir e traçar um perfil para os instrumentos de pesquisa do que dedicar-se sobre o próprio conceito de descrição, como se este não fosse necessário. Já Londolini (1993) também dedicou um capítulo inteiro de seu livro sobre instrumentos de pesquisa, que ele denominava *instrumentos de trabalho* do arquivo.

Já para Rousseau e Couture (1998, p. 138), a descrição resulta em dois produtos, os instrumentos de descrição documental e os instrumentos de gestão e de referência. Estes, quando produzidos por arquivistas, “constituem a ponta de lança da arquivística”, permitindo a interlocução da informação orgânica para os usuários, tais como: guias, repertórios e inventários, entre outros.

Heloísa Bellotto, no ano de 1991, publicou a primeira edição da obra *Arquivos permanentes: tratamento documental*, que tem um capítulo destinado à descrição de documentos. Nele, a escritora faz as seguintes observações:

A descrição é uma tarefa típica dos **arquivos permanentes**. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação. (BELLOTTO, 2005, p. 173, grifo nosso).

O processo da descrição **consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa**. (BELLOTTO, 2005, p. 179, grifo nosso).

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, a descrição é definida de maneira sucinta como “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos **para elaboração de instrumentos de pesquisa**” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67, grifo nosso). Poderíamos continuar citando definições similares, no entanto, como este não é o nosso objeto de pesquisa, cessaremos os exemplos por aqui.

Oliveira critica a maneira redutora como a literatura da área vem apresentando a descrição documental, de forma restrita aos arquivos permanentes, como se seu resultado fosse o próprio instrumento de pesquisa e seu efeito fosse o de controle e acesso.

Se eu compreendo que dentre as funções de descrição arquivística estão inseridos a elaboração de mecanismos de acesso, a explicitação dos relacionamentos entre os documentos de arquivo e as funções e atividades que lhe deram origem; e ainda o controle do acervo, é possível perceber que, em todas as fases documentais (corrente, intermediária e permanente), a implementação de um processo descritivo é fundamental, uma vez que controle e acesso são necessários e relevantes. (OLIVEIRA, 2012, p. 41).

Lopes, assim como Oliveira, defende a descrição em todas as fases dos arquivos:

Acredita-se que, dentro da perspectiva da arquivística integrada, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos. Em todos os casos, o trabalho do arquivista é representar ideologicamente as informações contidas nos documentos. As operações de natureza intelectual são, sem exceção, de natureza descritiva. Portanto, é difícil separar a descrição das duas outras atividades fundamentais da prática arquivística. (LOPES, 1996, p. 101).

Em um artigo acerca da mesma temática, Oliveira faz críticas sobre a relação dessa representação e os instrumentos de pesquisa:

A função da descrição arquivística é maior do que a discussão dos formatos dos instrumentos de pesquisa, e que o usuário de hoje mudou sua forma de pesquisar e de solicitar aos arquivos. (OLIVEIRA, 2013, p. 42-43).

A mudança na busca por documentos a que autora se refere acima são as consequências e os impactos que as tecnologias da década de 1990 trouxeram para as atividades e aos profissionais da Arquivologia. As mediações das pesquisas são via *web site*; o arquivista precisa estar “um passo à frente” do pesquisador e pensar em todas as possibilidades de pesquisas. Agora, os usuários não são apenas receptores, mas agentes essenciais, podendo trabalhar em conjunto com os arquivistas, interferindo na descrição e difusão dos acervos.

Outro grande desafio de um arquivista é oferecer aos usuários acesso a representações que sejam meios contínuos de homens do passado, como podemos observar na fala de Oliveira (2006, p. 108):

O arquivista, ao realizar o tratamento intelectual de acervos, deve perguntar-se incessantemente para quem está organizando os acervos, qual a forma mais acessível de difundir os conteúdos desses acervos para o maior número possível de usuários e quais os possíveis usos desses acervos.

Equiparar a descrição a apenas um meio de instrumento de pesquisa é menosprezar a oportunidade de potencializar o uso de fontes de pesquisas tanto no que se refere ao contexto arquivístico, mas também o contexto histórico e social no qual os documentos estão integrados. Essa promoção dos arquivos ampliará seus usuários e os aproximará da sociedade.

A descrição dos arquivos pessoais refere-se a identificar, analisar, reconstruir, compreender e elaborar representações que tornem os arquivos mais acessíveis e que os usuários possam explorar suas conexões, seus significados e se reconhecerem. A descrição arquivística permite que os arquivos sejam reinventados pelos arquivistas, pelos usuários e pela sociedade. (OLIVEIRA, 2013, p. 49).

O conceito apresentado pela *Society of American Archivists* - SAA abrange uma questão essencial para a compreensão do fazer descritivo que é o contexto de produção dos documentos de arquivo:

Descrição arquivística é o processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que serve para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados. (SAA, 1988).

Outra definição que abarca ainda outros elementos é apresentada por Cook (1993). O autor acredita que a descrição tem como base a teoria da representação.

Tentamos demonstrar que as mudanças sociais ocorridas ao longo dos anos fizeram com que a definição e o entendimento de usuários se alterassem e, para que o trabalho do arquivista acompanhasse e atendesse aos pesquisadores, os conceitos de descrição arquivística também sofreram alterações.

Na década de 1980, a *Association of Canadian Archivists* – ACA e o *International Council on Archives* – ICA buscavam uma harmonização dos segmentos metodológicos onde a teoria arquivística não fosse corrompida. Então, o ICA designou uma comissão para a elaboração de uma norma onde o marco teórico fosse a relação hierárquica multinível. No XIV Congresso Internacional foi publicada a *General International Standard Archival Description*, a ISAD(G), com objetivo de estabelecer diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, podendo ser usada juntamente com as normativas nacionais.

A ISAD(G) apresenta um modelo hierárquico dos níveis de arranjo de um fundo com 26 áreas de descrição: identificação; contextualização; conteúdo e estrutura; condições de acesso e uso; fontes relacionadas; notas e controle da descrição.

No Brasil, o CONARQ desenvolveu a NOBRADE, quatorze anos após a publicação da primeira edição da ISAD(G), não se tratando de uma tradução, mas, sim, de uma adaptação das normas internacionais à realidade brasileira com vistas a facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Ela é voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, mas pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária.

A norma prevê a existência de 28 elementos de descrição. Em relação à ISAD(G), possui mais uma área de descrição, a área (8) de pontos de acesso e descrição de assuntos.

Existem ainda outras normas de descrição como, por exemplo: a ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias; a ISDF: Norma Internacional para a Descrição de Funções; e a ISDIAH: Norma Internacional para a Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico. Porém, nossa pesquisa focará apenas o estudo da ISAD(G) e NOBRADE.

Embora sejam usadas regularmente, as normas descritivas não estão isentas de críticas, que basicamente giram ao redor da pergunta: as normas descritivas orientam as descrições arquivísticas ou são modelos de elaboração de instrumentos de pesquisa? Nesse sentido, Nesmith (2005) reflete que é necessário incorporar mais metadados nos sistemas de descrição para obter elementos básicos de informações pertinentes sobre o contexto de criação dos documentos e relativos a história dos documentos.

A NOBRADE, por exemplo, é uma forma descritiva com uma visão hierarquizada. Como os conjuntos documentais produzidos por pessoas dificilmente são dispostos hierarquicamente, e sem a existência de organogramas para auxiliarem os arquivistas, este processo resulta em descrições ineficientes.

Para tal, precisamos lembrar a questão da extensa variedade tipológica de documentos que podem ser produzidos por indivíduos em consequências de suas atividades e suas relações interpessoais. A análise tipológica é substancial para o entendimento da criação e das ausências de alguns documentos. Ademais, a identificação dos tipos documentais simplifica a comunicação entre arquivo e pesquisadores.

A inexistência de repertórios e/ou glossários que contemplem todas estas multiplicidades faz desse campo um lugar novo e promissor, onde o profissional precisa examinar e identificar os documentos, seus valores primários e as relações que tanto os conectam entre si, como também com as atividades que lhe deram origem.

Para que haja uma reconstrução do contexto arquivístico mais próxima possível da realidade, o programa descritivo deve partir de um método minuciosamente escolhido pelo arquivista. É uma continuidade das etapas de pesquisa iniciadas na fase de produção do quadro de arranjo, porém, conforme o propósito de alcançar e ampliar o nível de conhecimento sobre o arquivo, as metodologias também deverão ser ampliadas. Vejamos um exemplo de etapas para a efetivação da descrição adotado por Oliveira (2014, p. 63-64):

As etapas passam pela identificação do produtor, relacionando-o aos lugares sociais que ocupou (quando então são elaborados instrumentos como cronologias e estudos genealógicos de famílias); análise do processo de produção do arquivo, de sua manutenção no ambiente do produtor, de sua cadeia de custódia (se for o caso) e do processo de aquisição; análise do arranjo documental e de seus produtos (estrutura, controles e codificação); levantamento de pessoas, famílias, organizações públicas ou privadas, eventos e fatos históricos mais recorrentes no arquivo; análise que estabeleça o relacionamento entre esses agentes e eventos e o produtor situando-o em sua cronologia e lugares sociais; estudo dos relacionamentos pessoais e de negócios, assim como do interrelacionamento entre os documentos e as atividades e funções do titular e de seus pares evidenciados no arquivo; estudo das espécies e tipos documentais mais recorrentes no conjunto documental; elaboração, por unidade de descrição, dos conteúdos informacionais que serão utilizados na representação (resumo, datas, pontos de acesso etc.); sistematização

dos produtos gerados: cronologia, árvore genealógica, lista de leitura paleográfica, lista de siglas, relação de legislação e/ou atos etc.; produção dos instrumentos de pesquisa; e definição de mecanismos de divulgação do acervo.

Por isso, alguns profissionais acreditam que o uso das normas engessa e enfraquece o potencial informacional dos arquivos. Eles defendem a utilização de métodos onde o processo de estudo do arquivo possa permitir o enriquecimento da descrição (OLIVEIRA, 2014), resultando em instrumentos de pesquisa que ampliem a visibilidade e o uso dos acervos.

O tema não se esgota apenas em torno dessas discussões. Poderíamos abordar problemas intrincados sobre descrição de documentos em arquivos de pessoas que, embora sejam bastante pertinentes, fogem do cerne da pesquisa. Precisamos seguir adiante, e nos concentraremos sobre o elemento de descrição contido na área de contextualização definida como *História arquivística*.

Para que um acervo pessoal seja parte integrante de uma instituição, é necessário o estabelecimento de uma política de aquisição. Nesta, alguns aspectos serão averiguados a fim de se realizar uma análise preliminar do arquivo; em alguns casos, são realizadas ainda no local que abriga a documentação. Os registros dessas informações se referem tanto ao conteúdo quanto aos aspectos físicos do conjunto documental e auxiliarão no estabelecimento de metodologias de preservação e acesso.

Todo esse trajeto da documentação é importante para se conhecer quais caminhos foram percorridos por ele até chegar à instituição de custódia, o processo de constituição do arquivo e, quando possível, a lógica ou as lógicas de organização dos documentos adotadas pelo produtor e/ou custodiador; ou seja, saber se há uma ordem original estabelecida para que se compreenda o processo de constituição do arquivo. E também registrar quais motivos da aquisição e de que forma ocorreu este processo.

Esta não é uma preocupação recente. No final do século XIX, manuais recomendavam o uso de anotações do itinerário dos arquivos e do órgão produtor “na introdução do inventário, a fim de que não se desgarre o pesquisador quanto à história dos arquivos descritos” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 126). E, assim, pudesse “elucidar

porque se reuniram papéis que, a um exame superficial, nada em comum acusam” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 59).

Tanto a ISAD(G), quanto a NOBRADE apresentam o campo em suas estruturas descritivas. Vejamos o objetivo e a regra que cada uma apresenta sobre o elemento.

Quadro 7– Comparativo de definições de história arquivística

HISTÓRIA ARQUIVÍSTICA	
ISAD(G)	NOBRADE
<p>Objetivo: Fornecer informação sobre a história da unidade de descrição que seja significativa para sua autenticidade, integridade e interpretação.</p>	<p>Objetivo: Oferecer informações referenciais sistematizadas sobre a história da produção e acumulação da unidade de descrição, bem como sobre a sua custódia.</p>
<p>Regra: Registre as sucessivas transferências de propriedade, responsabilidade e/ou custódia da unidade de descrição e indique aquelas ações, tais como história da organização, produção de instrumentos de pesquisa, reutilização dos documentos para outras finalidades ou migrações de software, que tenham contribuído para sua estrutura e organização atuais. Indique, tanto quanto possam ser apuradas, as datas dessas ações. Caso a história arquivística seja desconhecida, registre essa informação. Opcionalmente, quando a unidade de descrição for adquirida diretamente do produtor, não registre a história arquivística e sim registre esta informação como procedência (1999, p. 28).</p>	<p>Regra: Identifique a natureza da acumulação do acervo e registre sucessivas transferências de propriedade e custódia, intervenções técnicas ao longo do tempo, dispersões e sinistros relacionados à unidade de descrição. Comentários: Este elemento serve para o registro de informações que contextualizam tecnicamente um acervo. Assim, nos níveis de descrição 0 e 1, cabe informar a natureza de sua acumulação (fundo ou coleção), a história da gestão da unidade de descrição antes de sua entrada na entidade custodiadora, bem como tratamentos técnicos anteriores. Se coleção, forneça também o nome do colecionador (2006, p. 34).</p>

Fonte: A autora (2019).

Ao analisarmos os dois conceitos acima, percebemos uma similaridade entre eles, onde a preocupação presente em ambos é a de identificar as transferências, responsabilidade de custódia e dispersões do arquivo.

No artigo *Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas*, Nesmith (2005, apud HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 171) expressa de forma esclarecedora a importância desse registro, mesmo que não seja possível em sua totalidade:

No que diz respeito à descrição, um texto sobre história arquivística poderia dar noção geral dos principais tipos de informações contextuais relevantes para o conjunto desse arquivo. Outros ensaios poderiam oferecer uma visão introdutória mais detalhada dos vários tipos de informação contextual sobre os documentos no sistema, o que seria útil para o pesquisador. Tomando em conjunto, poderiam fornecer uma concepção tão abrangente quanto possível da história ou contextualidades dos documentos, embora efetivamente não tenhamos conhecimento de todas as informações que obviamente jamais serão conhecidas em sua totalidade.

O reconhecimento do arquivo, quais motivos de seu ingresso na instituição de custódia ou se há hiatos no conjunto são de suma importância para um entendimento sobre o seu contexto de formação. Por este motivo, escolhemos analisar a história arquivística de cada acervo.

4 ARQUIVOS DE PESSOAS DE ESCRITORAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA

A proposta agora, após uma discussão teórica das temáticas pertinentes à pesquisa, é apresentar a parte empírica do trabalho. Através da análise de três fundos de arquivísticos, temos o objetivo de demonstrar que, quando respeitado o princípio da ordem original em arquivos de pessoas, os indícios da relação orgânica e os vínculos entre os documentos ficam visíveis.

O caminho percorrido na pesquisa empírica não foi rápido ou simples. Já de início nossa primeira dificuldade foi localizar arquivos produzidos por escritoras brasileiras; apenas cerca de aproximadamente vinte e sete por cento das instituições possuíam o objeto da pesquisa empírica. E, neste universo, em quais os arquivos estavam organizados, tratados e descritos. Superadas essas questões, o nosso maior problema foi o de localizar fundos de escritoras brasileiras onde o princípio da ordem original tivesse sido aplicado.

Mediante essas dificuldades, decidimos expandir a pesquisa para outros estados, como São Paulo e Minas Gerais. Após contatos por telefone e *e-mail*, selecionamos três fundos de escritoras. Diante disso, o campo empírico ficou composto pelo Centro de Documentação Cultural, onde selecionamos com o arquivo Hilda Hilst; o Instituto Moreira Salles, onde foi trabalhado o arquivo de Lygia Fagundes Telles e o Arquivo Escritores Mineiros, a partir do fundo Henriqueta Lisboa.

Optamos aqui por trabalhar apenas com fundos de escritoras por almejar dar visibilidade a mulheres que nem sempre têm seus nomes evocados, e também por acreditar que a pesquisa em acervos de literatos nos permite uma série de análises, como a da vida e obra do autor, a do processo de produção das obras, a da história da literatura brasileira, e a das alterações que ocorrem com a linguagem e cultura. Além de ser um rico território para pesquisas em áreas como Sociologia, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência Política, Psicanálise, Antropologia e tantas outras.

No decorrer da pesquisa, observamos a existência de uma crescente valorização e incremento no número de pesquisas científicas em acervos de escritores e intelectuais brasileiros, fato que acarretou um interesse por parte das instituições de custódia em investirem no tratamento e na preservação desses fundos e coleções.

Antes mesmo de Nora (1993) reconhecer os arquivos como lugares de memória e de possuírem um papel social de instrumentos de perpetuação, a reunião de manuscritos possuía uma significação para a compreensão das obras e para a construção de memórias.

No século XIX, no ano de 1897, no Rio de Janeiro, foi fundada a Academia Brasileira de Letras - ABL com o intuito de cultivar a língua e a literatura nacionais. Na década de 1920, alguns escritores, como Mario de Andrade, Plínio Doyle, Jose Mindlin e Carlos Drummond de Andrade, demonstrando uma preocupação com a preservação da memória da literatura brasileira, enviavam entre si os originais dos seus manuscritos, alimentando um o arquivo do outro. Era a chamada *cumplicidade arquivística* (MARQUES, 2003). Os escritores realizavam encontros, como os que ocorriam na casa de Plinio Doyle conhecido como “Sabadoyle”, o que resultou no início da formação dos acervos que hoje compõem o Arquivo-Museu de Literatura brasileira - AMLB, da FCRB.

Conheçamos, a seguir, as instituições estudadas neste trabalho.

a) Centro de Documentação Cultural – CEDAE (UNICAMP)

Situada na cidade de Campinas, em São Paulo, o Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE), do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) foi criado em 1984 e abriga dezesseis fundos arquivísticos de literatos. O centro traz o nome do professor que atuou no Departamento de Teoria Literária do IEL no período de 1980 a 1988. Alexandre Eulálio doou ao CEDAE o seu arquivo pessoal com mais de oito mil documentos, atestando uma atividade crítica e cultural das mais importantes no Brasil.

Ao longo de seus anos de existência, o CEDAE reuniu outros fundos documentais de grande importância para o estudo da cultura, da literatura e da linguística brasileiras, sendo preponderantes para o conhecimento da cultura brasileira e da história recente do país e registros das personalidades mais expressivas da vida intelectual do Brasil contemporâneo.

Fonte: www3.iel.unicamp.br

b) Instituto Moreira Salles – IMS

O Instituto Moreira Salles – IMS é uma instituição localizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ) que possui patrimônios em quatro áreas: Fotografia, Música, Literatura e Iconografia. Constituída em 1992, e ampliada pela família Moreira Salles, está presente em três cidades: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

O objetivo fundamental do IMS é difundir esses acervos da maneira mais ampla. Isso requer um diligente trabalho prévio de higienização e digitalização de imagens e sons. Além disso, concentra-se em exposições e publicações para atender pesquisadores e outros consulentes. A chegada do arquivo do jornalista e escritor Otto Lara Resende, em 1994, representou o embrião do que é hoje o Departamento de Literatura do IMS.

Fonte: www.ims.com.br

c) Acervo de Escritores Mineiros - AEM

O AEM foi criado no ano de 1989, a partir de um Projeto Integrado de Pesquisa, no Núcleo de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Ele tem por finalidade organizar e preservar o acervo documental, bibliográfico e museológico de escritores. Possui nove fundos arquivísticos, e é um espaço concebido a partir de uma perspectiva museográfica, recriando o ambiente de trabalho dos escritores, além de disponibilizar as coleções de periódicos, documentos, correspondência, fotografia, obras de arte e objetos pessoais.

Fonte: http://phpext01.fale.ufmg.br/aem/?page_id=4

A realização da análise foi dividida nas seguintes etapas: **a)** conhecemos a biografia da escritora; **b)** averiguamos a história arquivística do acervo, a existência de uma ordem original e o quadro de arranjo, devido às diversas atividades que um indivíduo pode desempenhar em sua trajetória pessoal, profissional ou de qualquer outra natureza que ele tenha se envolvido; e **c)** destacamos duas atividades de cada escritora e, por meio de fio condutor (ou seja, das atividades que lhe deram origem), buscamos indícios sobre o processo de criação, as características dos documentos, contexto arquivístico, relação

orgânica ou vínculos entre os documentos, refutando qualquer ideia de conjuntos documentais artificiais.

Todas as três escritoras aqui pesquisadas se preocuparam ao longo de suas vidas com a preservação de seus registros, assim como os escritores que, em sua maioria, têm uma consciência de que seus arquivos poderão ser utilizados para pesquisas futuras. Entretanto, essa percepção não menospreza o caráter orgânico de seus arquivos.

Apresentamos a seguir nossa análise e de quais maneiras e quais elementos intervíram no tratamento arquivístico.

4.1 Hilda Hilst

Hilda de Almeida Prado Hilst (1930-2004) foi uma ficcionista, cronista, dramaturga e poeta brasileira, considerada pela crítica especializada como uma das maiores escritoras em língua portuguesa do século XX.

Figura 4 – Hilda Hilst.



Fonte: Instituto Hilda Hilst.

Em 1945, iniciou o curso secundário no Instituto Presbiteriano Mackenzie, onde permaneceu até a conclusão. Entrou para a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo São Francisco), onde conheceu aquela que seria sua grande amiga ao longo da

vida, a escritora Lygia Fagundes Telles. Em 1965, ela se mudou para Campinas e iniciou a construção da Casa do Sol, para ser um porto seguro de sua criação. É na Casa do Sol que Hilda dedicou-se exclusivamente ao trabalho literário, realizando ali mais de oitenta por cento de sua obra. Dona de uma linguagem inovadora e abrangente, Hilda produziu mais de quarenta títulos, entre poesia, teatro e ficção, e escreveu por quase cinquenta anos, recebendo importantes prêmios literários do Brasil. Em 2018, foi homenageada na décima-sexta Festa Literária Internacional de Paraty - FLIP e teve o livro mais vendido na livraria oficial do evento.

Quadro 8 – Quadro com informações sobre o Arquivo Hilda Hilst

História arquivística	Existência da ordem original	Quadro de arranjo do Arquivo Hilda Hilst	Atividades identificadas e desempenhadas pela escritora
<p>Em 1994, a escritora Hilda Hilst ofereceu um conjunto de documentos para a Reitoria da Unicamp. No ano seguinte, acertados os termos da compra, após a avaliação de uma comissão, a titular reuniu e doou um outro conjunto, composto por livros que recebera de escritores, além exemplares editados de sua obra, revistas e alguns documentos. Em 2001, a escritora contactou novamente a universidade, oferecendo um outro conjunto de documentos, acumulado após o primeiro lote, ou seja, entre 1995 e 2001.</p> <p>Procedência: Compra do titular do acervo em 21 de setembro de 1995 (1º lote) e em setembro de 2003 (2º lote).</p> <p>Dimensão e suporte</p> <p>Textuais: - 3.257 manuscritos / datiloscritos - 1.321 impressos</p> <p>Iconográficos: - 246 fotografias - 150 desenhos - 03 pinturas - 04 cartazes - 10 cartões-postais - 1 objeto.</p>	<p>A instituição manteve a lógica de produção dos documentos, havendo o respeito ao princípio da ordem original. Uma vez que Hilda Hilst preservou seu arquivo por função documental (Anexo B).</p>	<p>O quadro de arranjo criado, ao invés de separar os documentos por tipologias, privilegiou as atividades da trajetória da titular estabelecendo dois grandes fundos: vida pessoal e escritora, onde cada obra correspondeu a uma série. Cada série se centra em uma temática e contempla materiais que se inter-relacionam com o tema proposto independente de sua tipologia.</p> <p>1) Grupo Vida Pessoal</p> <p>2) Grupo Escritora</p> <p>2.1) Subgrupo Produção Literária / Conjunto da Obra</p> <p>2.2) Subgrupo Produção Literária / Poesia</p> <p>2.3) Subgrupo Produção Literária / Teatro</p> <p>2.4) Subgrupo Produção Literária / Ficção</p> <p>2.5) Subgrupo Produção Literária / Crônicas</p> <p>2.6) Subgrupo Produção Literária / Antologias e Coletâneas</p> <p>2.7) Subgrupo Relações</p> <p>2.8) Subgrupo Gravação de Vozes</p> <p>2.9) Subgrupo Literatura</p>	<p>Vida pessoal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Amor • Amizades • Ocultista • Proprietária da Casa do Sol <p>Profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poeta • Ficcionista • Cronista • Dramaturga • Advogada • Tradutora • Desenhista

Fonte: A autora (2019).

Quadro 9 – Quadro de análise do Arquivo Hilda Hilst

Atividades destacadas		Contextualização	Documentos do arquivo	Primeiras percepções
Proprietária de imóvel	Casa do Sol	Em 1966 Hilda mudou-se para a Casa do Sol, casa planejada detalhadamente pela autora para ser um espaço de inspiração e criação artística, onde viveu até a sua morte. Escritores e artistas hospedaram-se por anos na Casa do Sol. Após a sua morte, mesmo com problemas de atraso de impostos, o espaço transformou-se no Instituto Hilda Hilst.	<ul style="list-style-type: none"> - Correspondência 12 cartas; - Fotografias 67 fotos; - Artigos de jornais 3 artigos; - Documentos financeiros 08 recibos 	A relação da Casa do Sol com a vida da escrita pode ser observada em cartas de artistas solicitando o endereço residencial de Hilda, as suas impressões da casa e instruções de requerimento de remissões de impostos atrasados do terreno. Nos artigos de jornais, relatos sobre a divergência da titular com a prefeitura de Campinas quanto ao pagamento do IPTU, há também documentos referentes ao pagamento dos impostos. Essa parecia ser uma preocupação recorrente da escritora, pois pode ser vista em seus cadernos de anotações. Há uma proposta da criação de uma editora que levasse o nome da casa, além de inúmeras fotos de Hilda Hilst tendo como fundo a Casa do Sol.
Produção Literária: Ficção	A obscena senhora D	Publicada no ano de 1982, a ficção conta sobre a vida de uma idosa que, após a morte do amante, vai morar no vão da escada para falar sobre o tempo. A obra foi adaptada para o teatro.	<ul style="list-style-type: none"> - Correspondência 26 cartas; - Artigos de jornais 18 impressos - Fotografias 12 fotos - Documentos sobre a publicação 4 documentos textuais - Adaptação teatral 8 documentos textuais 	Referem-se a todo o processo de editoração (1982) até a peça teatral baseada em sua obra. Os documentos espelham várias etapas burocráticas relacionadas ao fazer literato, como editoração, valores contratuais, notas com detalhes de valores, solicitações para edições bilíngues, remessas de pagamentos referentes a venda dos livros, execuções de pagamentos. Solicitação para andamento de montagem teatral, datiloscrita das adaptações, material de divulgação, artigos de jornais e fotos do dia da estreia.

Fonte: A autora (2019).

4.1.1 Análise do Arquivo Hilda Hilst

No decorrer de sua vida, a escritora Hilda Hilst se preocupou em guardar seus registros, tanto no âmbito público quanto no particular. Entretanto, o interesse em guardar, organizar e preservar os seus documentos pessoais, mesmo que para a posteridade, não o desqualifica como um conjunto documental, desde que embutidos de características de uma produção imparcial, orgânica e natural. Devemos ressaltar mais uma vez que os documentos de arquivo possuem como traço característico o caráter probatório de determinadas ações (CAMARGO, 2003, p. 1).

Em conversa com a supervisora de processamento técnico Roberta Botelho e o responsável pela organização do fundo, o arquivista Cristiano Diniz, tomamos conhecimento de que a produtora vendeu o arquivo ainda em vida, sendo o primeiro lote em 1995 e o segundo, no ano de 2003. O processo de identificação dos documentos foi realizado em conjunto entre funcionários do CEDAE e a escritora, que os recebia em sua moradia, a Casa do Sol, e descrito de acordo com as normas da ISAD(G). Tais circunstâncias contribuíram para a manutenção da ordem original como já apresentado no Quadro 7. E o fato de a própria produtora auxiliar a identificação da documentação permitiu que os profissionais mantivessem os documentos presos às atividades que lhes deram origem. E assim foram mantidos os vínculos arquivísticos, a organicidade e ao contexto arquivístico.

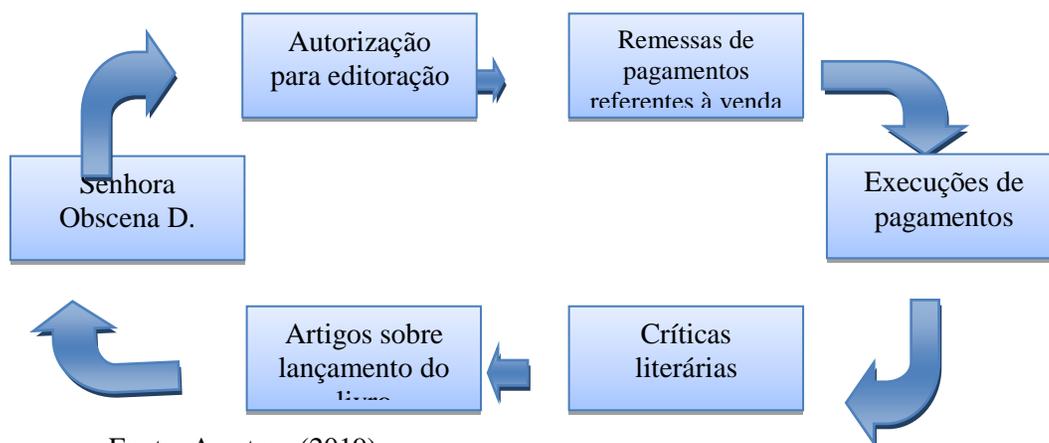
Ressaltamos que, em entrevista, Roberta Botelho nos informou que, ao organizarem o arquivo, o arquivista considerou as relações estruturais e funcionais, entendendo que o princípio da ordem original está diretamente ligado à lógica de acumulação. Diante disso, acreditamos que a manutenção do mesmo auxiliou o destaque das atividades de Hilda Hilst e as funções de seus documentos no quadro de arranjo, que, criado no ano de 2005, enalteceu as atividades e a trajetória da titular. Sabemos que o quadro de arranjo não tem como propósito principal o acesso aos documentos de determinados fundos arquivísticos, porém, o instrumento também facilita a recuperação da informação.

Ainda que afirmações defendam a ideia das intenções autobiográficas nas práticas dos escritores que “parece manifestar o desejo de distanciar-se de si mesmo, tornando-se um personagem” (MARQUES, 2003, p. 149), o que observamos no fundo de Hilda Hilst aproxima-se mais de documentos providos de vínculos que unem os documentos entre si às atividades das quais se originaram. Isso nos remete às características inerentes aos documentos arquivísticos, como defende Camargo (2000, p. 5), de que a distinção dos documentos de arquivos, de todos os demais reside no “padrão de relações de parentesco entre eles, a partir de estruturas organizacionais e/ou funções”.

Um exemplo prático do que estamos discutindo, ocorre no *Subgrupo Produção Literária/Conjunto da Obra*, onde, segundo Cristiano Diniz, foi necessária a criação do subgrupo para o enquadramento de um significativo volume relativo às obras hilstianas individualmente. Ali, encontram-se diversos documentos oriundos de agentes do campo literário e afins como, por exemplo: escritores, leitores, críticos, editores, jornalistas, instituições de ensino e teatrólogos, entre outros.

Conforme descrito no Quadro 9, além da produção do seu livro *A obscena Senhora D.*, Hilda produziu, recebeu e preservou no total sessenta e oito documentos relacionados à obra, desde o trâmite do processo de editoração do livro até os registros da estreia da peça teatral baseada na obra. Tentamos ilustrar abaixo o vínculo arquivístico existente entre todos os documentos que participam da mesma atividade desde o momento de sua criação.

Quadro 10 – Análise do vínculo arquivístico do arquivo de Hilda Hilst



Fonte: A autora (2019).

Percebemos as mesmas características na documentação que trata da Casa do Sol, refúgio criativo de Hilst. Destaque para a dívida milionária (em torno de três milhões) do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), situação que preocupava a escritora, sendo motivo de registros recorrentes em seus cadernos anotações. Ela também preservou recortes de jornais relatando a sua divergência com a prefeitura de Campinas quanto ao pagamento do imposto e os canhotos pagos.

Os recibos de pagamentos do IPTU guardados por Hilda Hilst têm a função de atestar uma transação financeira, mas também estão claramente articulados à vontade da escritora em guardar documentos (assim, como os recortes de jornais) referentes a este determinado assunto do seu interesse particular.

Vale ressaltar que, nos cadernos de anotações, encontramos notas de ações do cotidiano, necessidades do dia-a-dia (opiniões literárias, lista de gastos caseiros, listas de cães levados ao veterinário) e que nada se parecem com anotações premeditadas para o futuro.

Desta forma, diante de nossa análise, observamos que a manutenção da ordem original nos trouxe maior nitidez do contexto arquivístico; em outras palavras, pudemos compreender as razões pelas quais foram produzidos os documentos das atividades estudadas. Ratificamos que, no arquivo Hilda, é possível com perceber características como naturalidade (a acumulação de cartas e declarações trocadas com a editora Editions Gallimard, de Paris, referentes à publicação do livro *A obscena senhora D.* na França), imparcialidade (acumulação de extratos bancários, recibos de compras e recibos de pagamento do IPTU) e a organicidade (entre esses documentos citados). O arquivista precisa manter e expressar aos pesquisadores as relações estabelecidas durante o processo de produção do arquivo, e os profissionais do CEDAE obtiveram êxito nesta tarefa.

4.2 Lygia Fagundes Telles

Lygia Fagundes Telles nasceu na cidade de São Paulo em 1923 e passou a infância no interior do estado. Além de escritora, Lygia também é advogada, romancista e contista.

Figura 2 – Lygia Telles Fagundes



Fonte: Arquivo Lygia Fagundes Telles, IMS.

A epígrafe acima é um trecho de uma entrevista de Lygia Fagundes Telles sobre o preconceito que sofreu por ser mulher e por estar na faculdade e querer seguir a profissão de escritora, considerada masculina. Para ela, esse começo, difícil, era um desafio, pois estavam na moda as poetisas, mas escrever um livro com a liberdade de abordar todos os temas era outra coisa.

Em 1941, matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, sendo uma das seis mulheres em uma classe com mais de cem homens. Lá, conheceu a poeta Hilda Hilst, que veio a ser a sua melhor amiga.

Lygia conduziu sua trajetória literária trabalhando ainda como Procuradora do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, cargo que exerceu até a aposentadoria. Foi ainda presidente da Cinemateca Brasileira.

É membro da Academia Paulista de Letras e, em 24 de outubro de 1985, foi eleita a quarta ocupante da cadeira número 16 da Academia Brasileira de Letras. Teve seus livros publicados em diversos países e obras adaptadas para televisão, teatro e cinema.

As obras de Lygia que mais se destacaram foram *Ciranda de Pedra* (1954), *As meninas* (1973), *Antes do Baile Verde* (1970), entre outros.

Quadro 11 - Quadro com informações sobre o Arquivo Lygia Fagundes Telles

História arquivística	Existência da ordem original	Quadro de arranjo	Atividades identificadas e desempenhadas pela escritora
<p>A escritora Lygia Fagundes Telles doou ao Instituto Moreira Salles a sua documentação em 2004.</p> <p>Procedência: 2004.</p> <p>Dimensão e suporte: Total de 7.848 documentos, sendo 1.032 livros e periódicos; 1.010 documentos textuais; 5.550 recortes de jornais e revistas; 200 fotografias. 05 desenhos; 50 documentos audiovisuais e 01 objeto.</p>	<p>Não houve respeito ao princípio da ordem original.</p>	<p>O quadro de arranjo elaborado pelo IMS assemelha-se à proposta apresentada no manual do CPDOC-FGV da década de 1980.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Academia Brasileira de Letras 2) Correspondência de terceiros 3) Correspondência familiar 4) Correspondência pessoal 5) Documentos audiovisuais 6) Documentos iconográficos 7) Documentos pessoais 8) Impressos 9) Produção intelectual 10) Produção na Imprensa 	<p>Vida pessoal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esposa • Mãe • Avó <p>Profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escritora • Advogada • Romancista • Contista • Advogada

Fonte: A autora (2018).

Quadro 12 - Quadro de análise do Arquivo Lygia Fagundes Telles

Atividades destacadas		Contextualização	Documentos do arquivo	Primeiras percepções
Advogada	Formação Acadêmica	Em 1941, começou a fazer o curso de Direito na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Em paralelo à carreira literária, Lygia trabalhou como Procuradora do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, cargo que exerceu até a aposentadoria.	<ul style="list-style-type: none"> - Fotografias 02 unidades - Carteira de identificação acadêmica 01 unidade; - Curso de extensão universitária 02 unidades; - Diploma de bacharel em Direito (1945) 02 unidades; - Recorte de jornal 01 unidade. 	Mesmo os documentos não estando reunidos em uma única série e ligados a uma mesma atividade (formação acadêmica), conseguimos localizá-los e identificarmos a naturalidade desses documentos e as relações entre si.
Produção Literária	Academia Brasileira de Letras	Por sua atuação literária Lygia Fagundes Telles foi eleita no dia 24 de outubro de 1985 a quarta ocupante da cadeira de número 16 da ABL.	<ul style="list-style-type: none"> - Fotografias 26 unidades; - Boletins informativos 17 unidades; - Correspondência 01 unidade; - Convite 02 unidades; - Depoimento 01 unidade; - Recortes de jornais 08 unidades; - Discurso de posse 01 unidades. 	Na Série ABL, ficou explícito o contexto arquivístico. Os documentos dialogam entre si e, por meio deles, observamos as etapas burocráticas da candidatura até a posse.

Fonte: A autora (2019).

4.2.1 Análise do Arquivo Lygia Fagundes

Dos três arquivos aqui estudados, o único com a produtora ainda viva é o de Lygia Fagundes Telles. Relembrando que a entrevista pode ser uma estratégia de identificar o contexto arquivístico (MACNEIL, 2005), tentamos entrar em contato com a romancista, para saber se ela gera e/ou seleciona seus documentos intencionalmente, tentando criar uma

imagem de si.

Porém, por recomendações médicas, Lygia não pode nos conceder uma entrevista. Contudo, a sua secretaria pessoal nos informou por *email* que a escritora “sempre foi muito cuidadosa com o seu acervo” e “sempre teve o apoio de uma arquivista” que “ajudava em casa a manter suas pastas de documentos em ordem”.

A única ressalva de Lygia é a de preservar o que é íntimo, e deixar para livre acesso os documentos referentes à sua atuação profissional. Vale ressaltar que, de acordo com Silva (2013), uma das principais características relacionadas aos arquivos pessoais é a liberdade, que se expressa sob três vertentes: acumulação, organização e seleção.

Além do arquivo no Instituto Moreira Salles, há também uma coleção da escritora na ABL. Destacamos, então, que a autora tem a consciência de que seus documentos poderão ser um campo fértil para futuras pesquisas. E mesmo que ela tenha acumulado, organizado e selecionado visando no futuro disponibilizá-los a pesquisadores, isso nada tem de desabonador se conseguimos identificar uma rede de relações que cada documento tem com os documentos pertencentes a um mesmo conjunto.

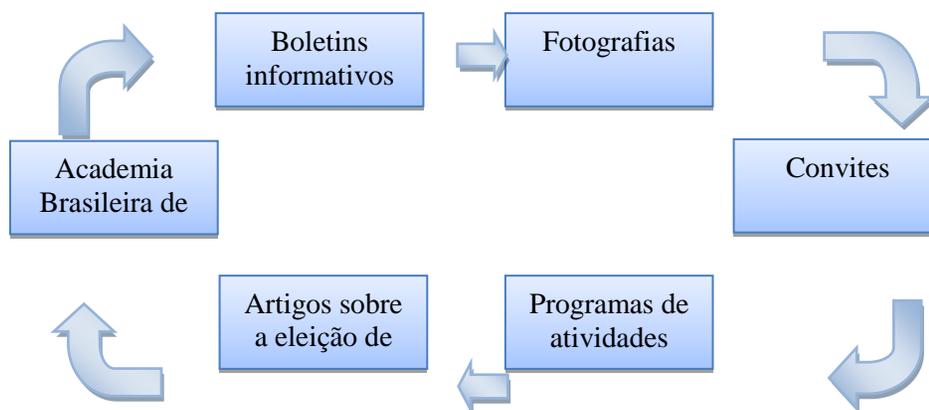
Contudo, averiguamos que a instituição tem, como política de organização, separar os documentos de maneira temática, mesmo este método sendo criticado nas últimas décadas pela comunidade científica.

A escolha por essa metodologia se reflete diretamente no quadro de arranjo do arquivo de Lygia Fagundes Telles, já que, ao “cortar” os laços que “amarram” os documentos aos seus valores primários, o profissional “corrompe” o vínculo orgânico, dificultando o entendimento do contexto no qual ele foi produzido.

O fato de não se ter mantido a ordem original impactou diretamente o quadro de arranjo do arquivo. Tivemos dificuldade em localizar as atividades desempenhadas pela escritora, e, conseqüentemente, sob quais dessas mesmas ações os documentos foram produzidos.

A única série do arranjo de Lygia que manteve o vínculo arquivístico, foi a *Série ABL*. Nela, a relação da escritora com a entidade literária é vista por meio de boletins informativos, convites, recortes de jornais que relatam a votação que elegeu Lygia, programas de atividades da Academia Brasileira de Letras, entre outros.

Quadro 13 – Análise do vínculo arquivístico do arquivo de Lygia Fagundes Telles



Fonte: A autora (2019).

Figura 6 – Lygia Fagundes Telles na Academia Brasileira de Letras



Fonte: Arquivo Lygia Fagundes Telles, no IMS.

Além de escritora, Lygia Fagundes Telles também exerceu a profissão de advogada. Mesmo a atividade não estando explícita no quadro de arranjo, observamos diversos documentos sobre a formação acadêmica da também escritora diluídos em séries. Tentamos localizar todos os documentos possíveis e examinar as características (naturalidade e organicidade) explícitas desses documentos.

Se a manutenção da ordem original for respeitada, realçará a naturalidade e o contexto dos documentos, uma vez que o arquivo não se forma de maneira arbitrária e possui sentido em si mesmo.

As instituições deveriam compreender o grau de importância do princípio da respeito à ordem original e sua relevância para o momento da construção e elaboração do quadro de arranjo dos arquivos de pessoas, já que, por meio desses, é possível ampliar a visibilidade e, conseqüentemente, o uso dos arquivos.

Tivemos dificuldade em localizar e evidenciar, no arquivo de Lygia, as relações orgânicas existentes. Acreditamos que seja em decorrência do arquivo não ter sido submetido ao princípio da ordem original. Entretanto, após uma busca por fontes bibliográficas e analisando documento a documento, conseguimos, mas sem completo êxito.

4.3 Henriqueta Lisboa

Henriqueta Lisboa nasceu em 1901, na cidade de Lambari, em Minas Gerais, onde realizou seu curso normal no Colégio Sion de Campanha. Em 1936, representou a mulher mineira no *III Congresso Feminino Nacional*, realizado no Rio de Janeiro. No ano de 1937, recebeu medalha e diploma de *O Malho* como uma das cinco intelectuais brasileiras laureadas no plebiscito *Levemos a mulher à Academia de Letras*.

Figura 7 – Henriqueta Lisboa.



Fonte: Arquivo Henriqueta Lisboa, AEM.

Henriqueta ingressou no ensino superior, lecionando Literatura Hispano-Americana e Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, da Universidade Católica de Minas Gerais. E, anos mais tarde, História da Literatura na Escola de Biblioteconomia de Minas Gerais.

Recebeu o título de Cidadã Honorária de Belo Horizonte, o prêmio Othon Bezerra de Mello da Academia Mineira de Letras e, em 1963, foi a primeira mulher a tomar posse na Academia Mineira de Letras.

Henriqueta Lisboa possui uma extensa produção intelectual, composta por ensaios literários, traduções e poesias, entre eles *Prisioneira da noite*, *A face lívida* e *O menino poeta*, que foram traduzidas em várias idiomas.

Quadro 14- Quadro com informações sobre o Arquivo Henriqueta Lisboa

História arquivística	Existência da ordem original	Quadro de arranjo	Atividades identificadas e desempenhadas pela escritora
<p>Procedência: A doação do referido acervo foi feita pela família, em 1989, constando de móveis, livros, periódicos, correspondência do escritor com amigos, entre outros documentos. Este acervo possui vários documentos referentes à obra e sobre a obra da escritora.</p> <p>Dimensão e suporte: aproximadamente 4.205 (cartas, manuscritos, fotografias, quadros e mobiliário), 4.637 livros e 3.101 periódicos.</p>	<p>Não houve respeito do princípio da ordem original. Quando recebido, o arquivo de Henriqueta Lisboa foi separado por ordem cronológica.</p>	<p>O quadro de arranjo elaborado pelo AEM assemelha-se à proposta apresentada no manual do CPDOC-FGV da década de 1980.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Correspondência Pessoal; - Correspondência Burocrática; - Atividades Profissionais; - Quadros; - Fotografias; - Fotografias em Jornais e Revistas; - Produção Intelectual do Titular; - Produção Intelectual de Terceiros sobre HL; - Memorabilia e Homenagens; - Lembranças Pessoais; - Prêmios; - Documentos Pessoais; - Produção Intelectual de Terceiros; - Documentos Pessoais de Terceiros; - Audiovisuais; - Atividades Culturais; - Diversos; - Documentação Complementar; - Regulamentos, Regimentos, Leis e Estatutos. 	<p>Vida pessoal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Amizades <p>Profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poeta • Professora • Ensaísta • Pesquisadora • Tradutora • Desenhista

Fonte: A autora (2019).

Quadro 15- Quadro de análise do Arquivo Henriqueta Lisboa

Atividades destacadas		Contextualização	Documentos do arquivo	Primeiras percepções
Amizade	Mário de Andrade	Logo após uma viagem a Belo Horizonte no final de 1939, Mario de Andrade conhece pessoalmente Henriqueta Lisboa. O encontro ocasionou uma troca de correspondências, onde eram relatadas suas histórias de vida, amizade e trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> - Correspondência 42 cartas - Fotografias 08 fotos - Correspondência sobre o escritor 21 cartas - Poemas de Henriqueta Lisboa comentados por Mario de Andrade 33 poemas 	Henriqueta Lisboa começou a corresponder-se com Mário de Andrade em 12 de novembro de 1939 e as trocas ocorreram até 20 de janeiro de 1945 (um mês antes do falecimento do escritor). Percebemos, na correspondência entre os dois, características de um diálogo entre amigos, onde destaca-se discussões sobre diferentes aspectos relacionados à poesia, questões de ordem literária, pessoal, social e econômica. Como, por exemplo: relatos de processo criativo, problemas financeiros e de saúde, entre outros comuns do cotidiano.
Poeta	Academia Mineira de Letras	No ano de 1963, torna-se a primeira mulher eleita para a Academia Mineira de Letras (AML), onde ocupou a cadeira de número 26.	<ul style="list-style-type: none"> - Correspondências: Felicitações por eleição 35 cartas; Sobre a AML 39 cartas; AML - 20 cartas - Artigos de jornais 12 impressos - Fotografias 03 fotos - Premiações 02 diplomas 	A poeta guardou em seu arquivo pessoal correspondências, artigos de jornais, fotografias e premiações relacionados à Academia Mineira de Letras, entidade literária presente em muitos momentos da vida profissional de Henriqueta Lisboa.

Fonte: A autora (2019).

4.3.1 Análise do Fundo Henriqueta Lisboa

A primeira questão que gostaríamos de pontuar em nossa análise é que o princípio da ordem original não foi respeitado no fundo Henriqueta Lisboa no Acervo de Escritores Mineiros. Segundo Antônio Afonso, bibliotecário do AEM, é política que se ordene

cronologicamente os documentos ao receber o material. A escolha influencia diretamente na elaboração do quadro de arranjo, ressaltando que o mesmo deve refletir as atividades do produtor e elucidar o contexto geral de produção de um fundo. Sem esse exercício, não fica garantida a fidelidade ao contexto de produção, impossibilitando o arquivo de representar a entidade ou a pessoa produtora.

O quadro de arranjo do arquivo da poeta é um exemplo dessa perda, abrindo precedente para interpretações dúbias. Conforme supracitada nesta dissertação, em sua Introdução, a pesquisadora da UFMG, Dr^a Constância Duarte (2011) acredita que o arquivo de Henriqueta possui um caráter autobiográfico, pois a produtora conservou registros de sua trajetória, um amplo álbum de fotografias e inúmeros fragmentos da própria vida.

Ao não aplicar o princípio arquivístico da ordem original, a instituição contribuiu para uma incompreensão do contexto dos documentos, fazendo com que não ficassem explícitos os mecanismos utilizados pela poeta em produzir seus documentos, e na forma de organizar e manter o seu arquivo. Destacamos também que, ao contrário do quadro de arranjo do Arquivo Hilda Hilst, o de Henriqueta Lisboa, que está dividido por temáticas, pouco nos elucida sobre suas atuações e funções. Ou seja, sem o contexto arquivístico, a visibilidade da relação orgânica entre os documentos e das atividades que lhes deram origem se inviabilizou. Este pode ter sido um dos motivos para que Duarte e de outros pesquisadores tenham interpretado a preservação dos documentos, fotografias, recortes de jornais como uma vontade de se projetar, quando este pode ser um ato do produtor de recordar-se do passado.

Por isso, não acreditamos ser consistente a afirmativa de que a escritora almejou projetar para o futuro as imagens de si. Vale lembrar que os arquivos de pessoas refletem, por meio de seus documentos, as atividades e funções sociais de seus produtores ao logo de suas vidas. Bem como destaca MacNeil (1994, p. 13, tradução nossa):

Eles (documentos) foram produzidos como meio não como fim em si mesmos; os arquivos são capazes de assegurar um testemunho autêntico das ações, processos, e procedimentos que provocam a sua existência²⁸.

Destacamos que tivemos dificuldade em identificar as atividades desempenhadas pela poeta apenas por meio do quadro de arranjo. Dessa forma, recorreremos à biografia de Henriqueta. Assim, detectamos a amizade que a mesma mantinha com o escritor modernista Mário de Andrade²⁹, e conseguimos observar, por meio da descrição do arquivo, que esta estava expressa em correspondências, fotografias e poemas.

Outra atividade também identificada foi a eleição da poeta para a Academia Mineira de Letras - AML, entidade presente em inúmeros momentos da sua vida. Localizamos um considerável número de correspondências recebidas diretamente da própria AML, durante a indicação à candidatura até a eleição, além de cartas de felicitações a Henriqueta e, nos anos seguintes, amigos solicitando indicações e votos.

A produtora do arquivo guardou também recortes de artigos de jornais sobre a AML, tanto sobre assuntos diversos quanto sobre a sua posse.

Em ambas as atividades, observamos um documento em comum: a carta. As cartas são documentos produzidos na esfera privada e não diplomáticas já que são elaborados sem os rigores de elementos, estruturas ou fórmulas formais e jurídicas. Por isso, segundo Oliveira, “são os mais difíceis de serem estudados, uma vez que são poucos os elementos formais em sua estrutura” (OLIVEIRA, 2012, p. 82-83).

Dentre os diversos aspectos das cartas, estão a sua capacidade de ressaltar as relações e interações estabelecidas pelos indivíduos. Enfatizamos aqui a fala de McKemmish, de que uma carta pode ser entendida como “documentos (informação) e como documentos de arquivo (prova do relacionamento das partes envolvidas)” (MCKEMMISH, 2001, p. 8-9, tradução nossa).

Entendemos que a correspondência desempenha funções e objetivos tão variados quanto os motivos de sua redação. No arquivo de Henriqueta, as cartas expressam em

²⁸ No original em inglês: “Because they were created as means rather than as ends in themselves, archives are capable of providing authentic testimony of the actions, processes, and procedures that brought them into being”.

²⁹ Poeta, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista e ensaísta brasileiro.

alguns momentos uma relação de amizade com outros escritores, incluído aí Mario de Andrade, onde as epístolas eram usadas para exprimir os sentimentos dos remetentes, pautados em considerações de ordem literária e pessoal, além de comentários sobre a situação política no Brasil e no mundo, e análise de poemas de Henriqueta Lisboa.

Em outras ocasiões, suas correspondências com a AML refletem os trâmites burocráticos, que vão desde a sua candidatura até a sua escolha como membro. Após a eleição, recebeu cartas de felicitações de amigos e pedidos de outros escritores e poetas por indicações para a entidade.

As cartas presentes no arquivo de Henriqueta Lisboa exprimem diretamente as atividades por nós destacadas, a indicação a uma entidade literária (poeta) e a relação com um escritor (amizade).

McKemmish (1996), ao contribuir para a reflexão sobre as características dos arquivos produzidos por indivíduos, afirma que estes documentos são também evidências pessoais. Em uma compreensão congênere, Thomassen afirma que os documentos são produzidos porque a informação necessita ser registrada:

Os arquivos funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtores de documentos públicos quanto os de privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados. (THOMASSEN, 2006, p. 7).

Podemos encontrar nos arquivos de pessoas documentos relacionados a manifestações de sentimentos e que podem dizer respeito à intimidade, como, por exemplo, diários, extratos bancários, cartas, atestados médicos e tantos outros documentos (CAMARGO, 2016).

Mediante a análise, onde combinamos os documentos do fundo alinhados a uma revisão teórica, é possível afirmar que esses documentos foram gerados e preservados para se lembrar e não para serem lembrados.

Figura 8 - Desenho de Mário de Andrade com dedicatória do autor.



Fonte: Arquivo Henriqueta Lisboa, no AEM.

Presumivelmente, se os documentos deste arquivo tivessem sido mantidos conectados às atividades de origem e seu contexto arquivístico esclarecido, ficaria demonstrado com clareza o caráter coesivo e que são partes uns dos outros. E, assim, não teria sido comprometida a identificação da sua organicidade e/ou perdido seu significado.

Sendo assim, concluímos após análise neste arquivo que houve um comprometimento no entendimento deste como um produto orgânico, causado pela ausência da aplicação de alguns princípios da área, em especial, o princípio da ordem original, situação decorrente da metodologia escolhida pela instituição (ordem cronológica).

Por isso, para que pudéssemos identificar as atividades que originaram os documentos e para reaver algumas características dos documentos no acervo tivemos que recorrer a outras inúmeras fontes, não nos permitindo evidenciar os vínculos arquivísticos com qualidade.

Diante das análises realizadas, constatamos que o princípio de respeito à ordem original não foi aplicado com unanimidade. Dos três fundos pesquisados, apenas um teve o princípio mantido. Ainda durante a análise, evidenciou-se a diferença entre os fundos que tiveram a ordem original aplicada. Como no fundo Hilda Hilst que, com a ordem original preservada, teve as atividades da escritora e as funções dos documentos mantidas presas a

um tipo de fio condutor, que, por meio da lógica intelectual que também reflete na ordenação dos documentos, corroborou para a visibilidade das relações orgânicas.

Não foi possível analisar as características dos documentos do arquivo de Henrique Lisboa a partir das atividades, estruturas, funções e de suas relações juntamente às representações elaboradas por profissionais. Porém, os vínculos arquivísticos foram identificados no arquivo a partir da consideração que a produção documental dos indivíduos acumula-se organicamente e essa organicidade está estritamente ligada aos papéis sociais que desempenhou ou desempenha ao longo de sua vida (TESSITORE, 1989).

Após as pesquisas teóricas e empíricas, finalizamos esse quarto capítulo com o entendimento de que a única garantia de que os arquivos sejam abordados e representados como arquivos, e a de terem sido tratados sob princípios da ciência arquivística (CAMARGO; GOULART, 2007).

No quinto capítulo, buscamos a resposta se as instituições pesquisadas ao longo de toda elaboração da dissertação submetem seus arquivos aos princípios e à teoria arquivística.

É perceptível que as escritoras possuem a consciência da importância da preservação não somente de suas obras, mas também de seus registros pessoais para eventuais pesquisas futuras, entretanto, acreditamos que a escritora Hilda Hilst organizou seus arquivos embasando-se em teorias arquivísticas. Fazemos essa afirmativa, pois no decorrer da nossa pesquisa, no contato direto com o arquivo da escritora encontramos registros as ocupações profissionais da Dr^a Ana Maria Camargo, especialista brasileira em organização de arquivos de pessoas.

Segundo o registro da ordem original do arquivo de Hilda Hilst (Anexo B) nos enviado por e-mail, Cristiano Diniz, responsável pela organização do arquivo, relata que a autora mantinha seus documentos organizados por função, o que facilitou a elaboração do arranjo.

5 RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA

Este quinto capítulo consiste na composição de um relatório final de pesquisa, como um produto de conclusão. Reportaremos os resultados de dados analisados, almejando extrair a compreensão de como é realizado o tratamento dos arquivos de pessoas nas instituições envolvidas nesse estudo, em especial a atuação dos profissionais no que tange à teoria, além de alguns princípios e características de documentos arquivísticos.

Consideramos que, desde que começaram a ser preservados e custodiados por instituições, estes acervos enfrentaram diversos tipos de problemas, que vão da não aceitação como arquivos até uma visão equivocada, tais fatores ainda na atualidade parecem estar refletidos nos tratamentos que recebem ao ingressarem nos locais de custódia.

5.1 Apresentação

A dissertação teve como tema-problema a existência da afirmativa de uma intencionalidade dos produtores na criação de seus arquivos para a perpetuação de sua memória e investiga de que forma o uso do princípio da ordem original auxiliam a espelhar o contexto de produção e a organicidade dos documentos e, assim, desconstruir tal vertente.

Por isso, ainda dentro da temática e tentando compreender como os profissionais enxergam e desenvolvem o tratamento dado aos arquivos de pessoas, ratificamos que este relatório de pesquisa tem como objetivo geral demonstrar o entendimento que profissionais responsáveis por arquivos de pessoas possuem desses acervos. E, como objetivos específicos, identificar: **a)** a formação acadêmica dos profissionais que tratam de acervos pessoais; **b)** se há concordância dos profissionais com a afirmativa de que a produção dos arquivos de pessoas são ações estratégicas do produtor para monumentalizar a própria imagem para a posteridade; **c)** se reconhecem as características dos documentos arquivísticos em arquivos de pessoas; **d)** o entendimento sobre o princípio da ordem original. E se o mesmo é aplicado aos acervos da instituição pesquisada; **e)** se os princípio e métodos arquivísticos suprem as complexidades existentes no tratamento dos arquivos de

peças e f) se os profissionais que trabalham com arquivos de pessoas sentem dificuldades na elaboração do quadro de arranjo e descrição.

A pesquisa tem uma abordagem quantitativa, já que “se centra na objetividade” (FONSECA, 2002, p. 20) e é exploratória, pois busca, por meio dos resultados oferecidos, uma proximidade com o universo do objeto de estudo.

Desta forma, entramos em contato com quinze instituições que possuem arquivos de pessoas e estão situadas no estado do Rio de Janeiro, e duas localizadas respectivamente nos estados de São de Paulo e Minas Gerais. O contato foi por meio de correio eletrônico, por onde enviamos um questionário de pesquisa fechado com seis perguntas (Anexo A). Seguem relacionadas abaixo as instituições consultadas:

- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro;
- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro;
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil;
- Fundação Nacional de Artes;
- Instituto Moreira Salles;
- Academia Brasileira de Letras;
- Biblioteca Nacional;
- Arquivo-Museu de Literatura Brasileira;
- Arquivo Memória Operária do Rio de Janeiro;
- Museu de Astronomia e Ciências Afins;
- Casa de Oswaldo Cruz;
- Museu Nacional;
- Arquivo Nacional;
- Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE) e
- Acervo de Escritos Mineiros.

Acreditamos que, ao apresentarmos os resultados de uma parcela do atual cenário brasileiro, contribuiremos para os estudos da Arquivística, fazendo apontamentos sobre as interpretações e compreensões dos profissionais aos arquivos de pessoas. O questionário poderá servir de modelo e utilizado e aplicado por outros pesquisadores em outros estados.

5.2 Exposição dos dados

Gráfico 1



Gráfico 2

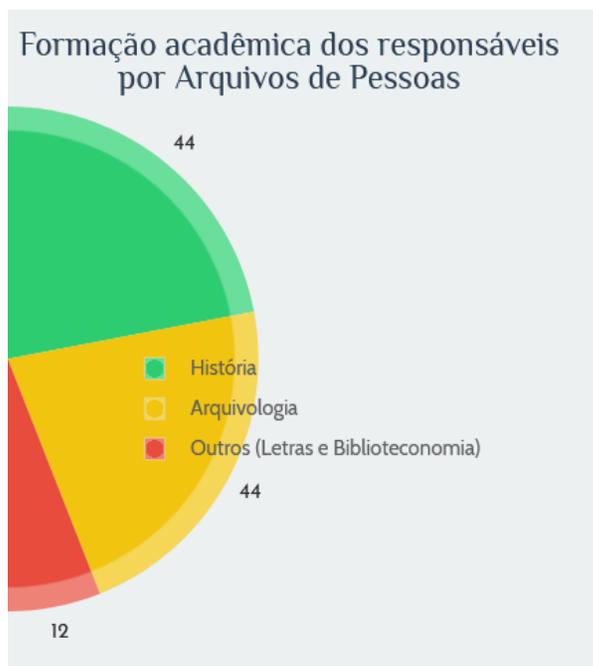


Gráfico 3



Gráfico 4

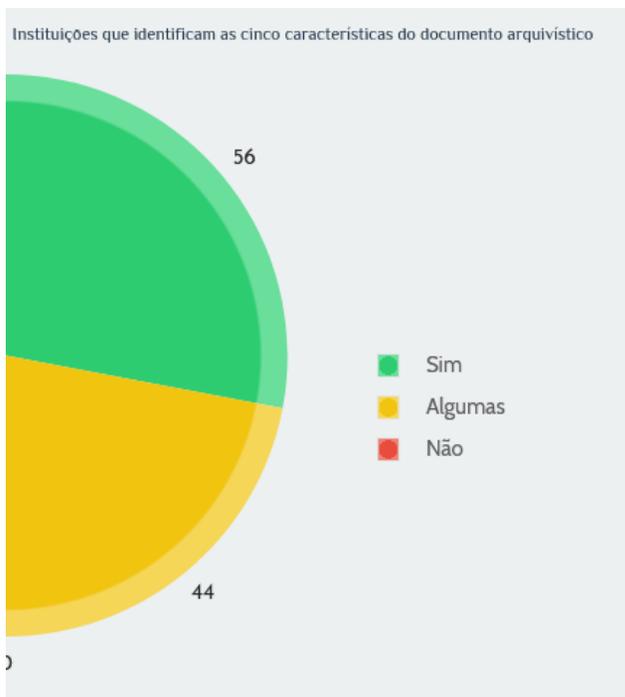


Gráfico 5

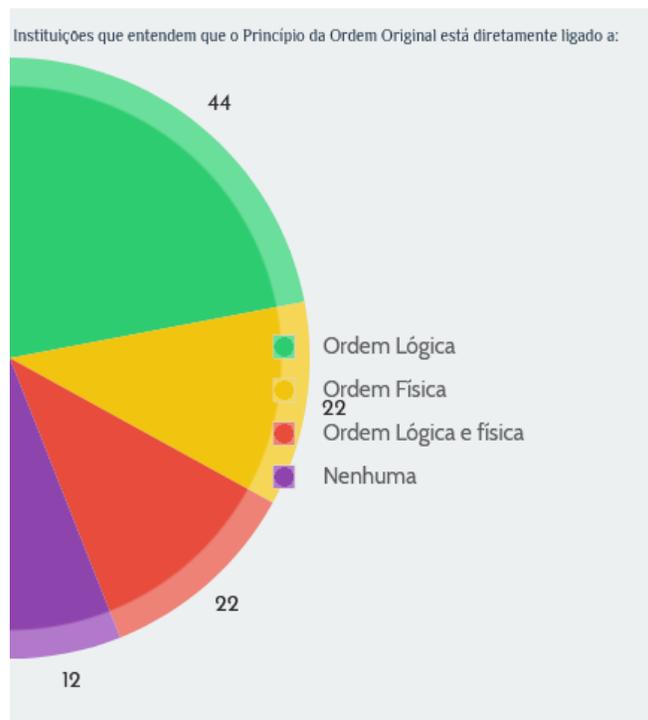


Gráfico 6

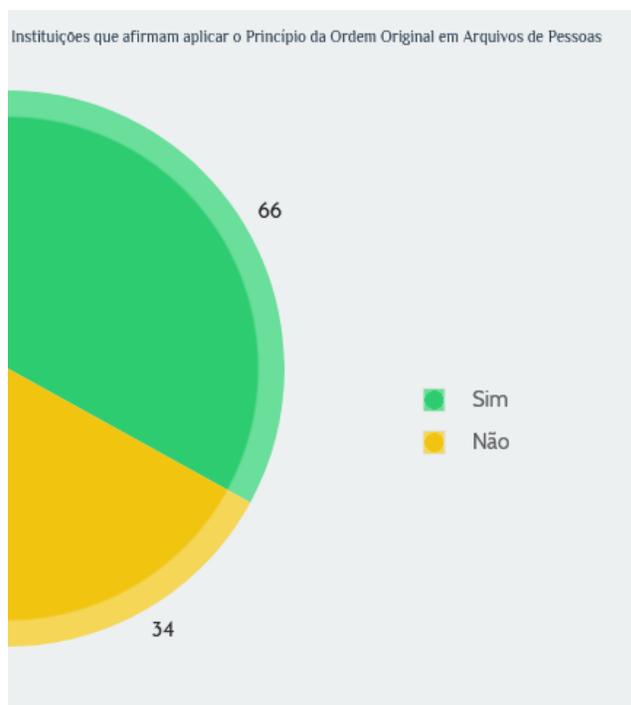
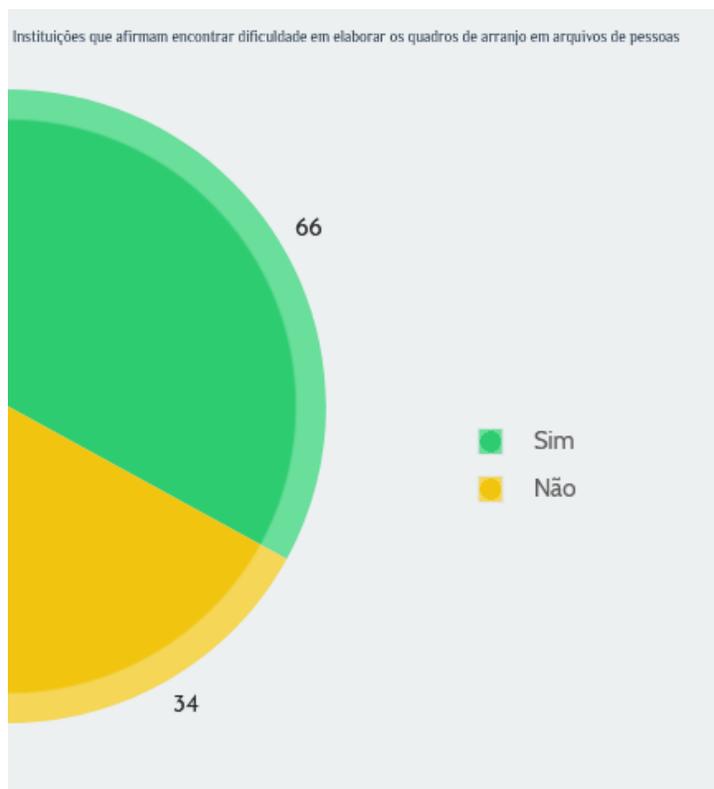


Gráfico 7



5.3 Resultados

Diante da apresentação dos dados por meio de gráficos, nesta parte da pesquisa da dissertação nos concentraremos em estudar os resultados. Optamos por fazê-lo na mesma ordem em que as questões foram ordenadas, para mantermos uma constante.

Obtivemos retorno de 60% dos questionários enviados, o que nos faz acreditar que conseguimos alcançar o objetivo dentro do universo pesquisado. O primeiro ponto a ser discutido é a formação acadêmica dos profissionais responsáveis pelos arquivos de pessoas, onde constatamos que 56% são oriundos de outras áreas de formação (divididos em historiadores, área de letras e bibliotecários) que não a Arquivologia.

Essa foi a primeira inconsistência, abrindo precedentes para a existência de um tratamento metodológico inadequado por consequência de um desconhecimento científico. No que tange à opinião dos profissionais sobre a possível existência de uma intencionalidade do produtor de acordo com as suas respectivas experiências profissionais, percebemos um equilíbrio nas respostas, já que 33% não acreditam, enquanto 33% acreditam em uma intencionalidade. O resultado ratifica o terreno fértil para assertivas sobre a intencionalidade.

Três instituições pesquisadas sinalizaram que acreditam em uma “parcialidade” nas premeditações dos produtores em relação aos seus acervos. Segundo elas, é perceptível tal situação quando os arquivos são bem organizados ou quando a documentação é doada pelos familiares. Entretanto, discordamos das duas afirmativas por três motivos.

Primeiro que, como já afirmado nessa dissertação, a vontade de guardar, manter e até mesmo organizar os arquivos nada mais é do que uma forma de lembrar-se de algo por meio dos documentos (CAMARGO, 2003). Segundo, que a organização que o produtor dá ao seu arquivo não tem relevância nenhuma para endossar a sua condição de arquivo (imbuído de características arquivísticas), mas, sim, atrelar a estes mesmos arquivos as atividades que originaram os documentos. Por fim, a discussão nada tem a ver com a organização e seleção que os familiares ou titulares do arquivos fazem, mas com a atuação direta do produtor dos documentos.

Dos entrevistados, 56% reconhecem as cinco características dos documentos arquivísticos (OLIVEIRA, 2012; DURANTI, 1997), e 44% apontaram apenas algumas características onde a imparcialidade não é mencionada por nenhuma instituição.

Na pergunta de número quatro, onde questionamos “*Para você, o princípio da ordem original está diretamente ligado a:*”, tínhamos cinco opções disponíveis e, como já esperávamos, em consonância com a pesquisa teórica e como apresentado por Douglas (2013) o entendimento acerca do princípio da ordem original é divergente. Sem surpresas, percebemos uma disparidade no conceito de ordem original por parte dos responsáveis dos arquivos de pessoas.

42% consideram que o princípio da ordem original está ligado à ordem lógica. 22%, à ordem física. E outros 22% reconhecem no princípio as duas respostas anteriores, e 12%

não reconhecem nas opções apresentadas qualquer ligação com ordem original. Gostaríamos de fazer algumas reflexões referentes à questão quatro. Consideramos que responder que o princípio está ligado à lógica não está de todo incorreto, entretanto, o ideal seria atrelar à ordem original a lógica e a física, pois a acumulação ocorre de forma lógica, mas acaba refletindo no aspecto físico também.

Ao serem questionados se aplicam a ordem original nos arquivos de pessoas das instituições, 66% responderam que conseguem aplicar, e 34% não conseguem manter a ordem original. Porém, se os profissionais não possuem um entendimento correto sobre o conceito, não há como aplicá-lo de forma coerente.

O quadro de arranjo é uma operação que vai além de observar apenas os aspectos físicos. Essa atividade também demanda dos arquivistas uma produção científica de entendimento sobre o produtor e a conjuntura na qual o arquivo foi produzido. Se esclarecido diante desse resultado, o profissional terá capacidade de identificar e desenvolver um arranjo que represente o contexto arquivístico. Oliveira (2014, p. 62), vai além ao, de maneira categórica, definir:

[...] arranjo documental depende não só da existência ou não de uma ordem original, ou mesmo da possibilidade de identificação de seus indícios e de uma efetiva restauração da mesma, mas também de um trabalho exaustivo de cotejo entre a história do produtor do arquivo, das funções sociais que ocupou, dos relacionamentos que cultivou e da história da custódia do conjunto documental com o arquivo. Esse processo de identificação do arquivo não só promove a compreensão do contexto de elaboração e recebimento dos documentos e da sua ordenação (quando houver), como também possibilita a fundamentação de possíveis intervenções do arquivista. Importante ressaltar que, no universo dos arquivos pessoais, a classificação e ordenação dadas pelo produtor usualmente desconsideram uma classificação hierarquizada, que envolva a definição de uma série. Existe uma tendência, inclusive por questões óbvias de funcionalidade do arquivo para atendimento das suas necessidades imediatas em seu cotidiano, de restringir-se à constituição de pastas, envelopes e pacotes e à formação de dossiês – que em uma estrutura de arranjo ocupam os níveis mais baixos da hierarquia multinível. Assim, de qualquer forma, mesmo respeitando-se a existência e a manutenção de uma ordem original, o arquivista atuará na fase do arranjo na elaboração das macro-representações como subsérie e série documentais.

Diante desse nosso entendimento sobre quadro de arranjo, ressaltando que o mesmo esta diretamente ligado à ordem original, 66% dos pesquisados afirmaram que conseguem elaborar sem dificuldades.

O que podemos observar por meio desse questionário é uma fragilidade conceitual no discurso desses profissionais. Sinalizamos ainda que esse resultado se dá possivelmente em decorrência da presença de profissionais de outras áreas nos arquivos. Outro aspecto que desejamos ressaltar é a lacuna teórica sobre a ordem original, devido a uma escassez de discussões e produções científicas sobre a temática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pretendeu analisar os arquivos de pessoas enquanto produto orgânico, a partir da perspectiva do princípio da ordem original e também por intermédio de uma análise empírica em fundos de escritoras brasileiras. Partimos do pressuposto que a afirmativa de uma premeditação na produção dos documentos pessoais para a posteridade era descabida no que tange à teoria arquivística.

Diante das análises realizadas, constatamos que não há intencionalidade em arquivos de pessoas, (exceto nos casos de coleções). Eles são, como já afirmamos exaustivamente neste trabalho, instrumentos de ações necessárias. Os indivíduos, até mesmo os com determinada visibilidade, não vivem para criar seus arquivos particulares; os documentos são gerados mediante as suas necessidades cotidianas. E preservados por uma escolha do produtor para se lembrar de determinados fatos e momentos.

Como defendemos desde o início da pesquisa, apenas por meio da teoria arquivística é que podemos extrair características destes arquivos. O exemplo foi o arquivo Hilda Hilst, onde conseguimos com clareza vislumbrar o contexto arquivístico e os vínculos entre os documentos. Entretanto, esse foi o único arquivo de escritora com a manutenção da ordem original que conseguimos localizar em um universo de quinze instituições.

Apesar de já termos afirmado, gostaríamos de trazer a luz novamente a nossa dificuldade em localizar os arquivos de pessoas produzidos por escritoras brasileiras que possuíssem o registro da ordem original dada por elas antes da incorporação dos seus respectivos arquivos em instituições de custódia. Este motivo acarretou a expansão da nossa pesquisa para os estados de São Paulo e Minas Gerais e ainda assim não conseguimos obter cem por cento de êxito no sentido de localizar tais registros de entrada.

Dos três acervos aqui expostos apenas o da paulista Hilda Hilst possui um documento produzido pelo CEDAE com a ordem dada pela autora antes de sua incorporação (ANEXO B). Com os outros dois arquivos, de Henriqueta Lisboa e Lygia Fagundes Telles tentamos expor como a ausência desse registro alinhado a atuação de profissionais com formação em outras áreas do conhecimento resultam em quadro de

arranjos que não exprimem com clareza a relação orgânica entre documentos arquivísticos. Contrapondo-se ao quadro de arranjo do arquivo de Hilda Hilst que consegue exprime os vínculos arquivísticos.

Ainda há mais três pontos que observamos após esse período de pesquisa e que gostaríamos de discorrer. Primeiro, que talvez o foco da questão deva ser o que as instituições entendem e delimitam por acervos pessoais. O fato das biografias serem enaltecidas causa uma desvalorização dos arquivos de pessoas como produtos orgânicos.

Para que faça sentido o termo em sua totalidade, é preciso conter não somente os tão almejados egodocumentos, com seus discursos em primeira pessoa transcritos em cartas, diários e relatos, mas os acervos devem ser constituídos também por contas pagas, recibos, carteira profissional, diplomas, fotografias, medalhas, troféus e tantas outras tipologias que um arquivo de pessoa pode produzir e acumular.

Num segundo momento, acreditamos ser interessante citarmos novamente a reflexão de Jenkinson (1937), de que a primeira característica do documento arquivístico é a imparcialidade, no sentido de que o documento deve exprimir a sua relação com a atividade da entidade ou pessoa e, por isso, não devemos nos ater ao conteúdo.

E o terceiro ponto, é que, nos dias atuais, 56% dos responsáveis por arquivos não são da área da Arquivologia; um número que consideramos expressivo. E que, como no início do século XX, ainda traz resultados desastrosos aos arquivos de pessoas, pois podemos perceber pela análise empírica que os arquivos tratados por profissionais de outras áreas são submetidos a metodologias que “rompem” as relações orgânicas. Como quando, por exemplo, ao chegarem no arquivo, recebem uma nova ordem, uma ordem cronológica.

O cerne do marco empírico foi o princípio da ordem original. Entretanto, ainda na discussão teórica, detectamos muitas divergências sobre a definição e aplicação em arquivos de pessoas, fatores que se repetiram no relatório de pesquisa. Constatamos, no cenário atual, a existência de uma inconsistência no conceito de ordem original. 66% das instituições afirmaram aplicar em seus acervos a ordem original, porém, fica uma indagação: será que o princípio que julgam aplicar de fato é a manutenção da ordem original? Nesse momento, recordamos a fala de Duranti (1994, p. 58):

Acredito firmemente que o fracasso dos arquivistas contemporâneos em enfrentar os registros documentais contemporâneos é devido a uma considerável deficiência no seu conhecimento profissional, deficiência esta existente há longo tempo, mas que se tornou evidente com as mudanças no mundo arquivístico decorrentes do uso da tecnologia eletrônica na criação, manutenção e preservação dos registros documentais.

No que tange ao nosso marco empírico, acreditamos que o princípio da ordem original precisa ser discutido e estudado tanto quanto os outros princípios, pois os profissionais necessitam de um entendimento sólido. Reafirmamos a necessidade do respeito aos princípios básicos da Arquivologia, pois, apenas com o uso do bom senso, o trabalho arquivísticos pode resultar na subjetividade e arbitrariedade. Relembramos a afirmação de Michel Duchein de que “quase todos os documentos poderiam ser classificados de duas ou três maneiras diferentes caso se tomasse como base da classificação o tema correspondente” (DUCHEIN, 1986, p. 17).

Concluimos, assim, que não tivemos como pretensão apresentar um estudo exaustivo, considerando a complexidade da temática, mas esperamos que ele possa contribuir para a reflexão sobre a teoria arquivística, fornecendo elementos e subsídios para o desenvolvimento de outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jorge Phelipe Lira de. *Existir em bits: arquivos pessoais nato-digitais e seus desafios à teoria arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 9-34.

ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de arranjo e descrição de arquivos. Trad. Manuel Adolfo Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. *TransInformação*, v. 21, n. 1, p. 55-61, 2009.

BASS, Jordan. *Getting personal: confronting the challenges of archiving personal records in the digital age*. Winnipeg, 2012. Tese (Mestrado em artes) – Departamento de história (estudos arquivísticos), Universidade de Manitoba/Universidade de Winnipeg.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística: objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 3.ed., Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Minuit, 1965.

BRASIL. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n.8159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. E dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Legislação arquivística brasileira. Arquivo Nacional. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

BRASIL. Portaria Normativa n. 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

BRENTANO, Franz. *Psychology from an empirical standpoint*. London: Routledge, 1995, p. 68-89.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 27-39. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1092>. Acesso em: 27 maio 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. *Revista do Arquivo de Rio Claro*. Arquivo de Rio Claro, n. 1. Rio Claro: 2003.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: IFHC, 2007.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. *Revista Escrita da História*. São Paulo, v. 2, n. 4, set./dez. 2015, p. 100-109.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais: facetas de um dilema. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). Arquivos, entre tradição e modernidade, v. 2: trabalhos apresentados nas sessões de comunicações livres e os eventos paralelos do XI Congresso de Arquivologia do Mercosul (recurso eletrônico). *Associação de Arquivistas de São Paulo*. 2 ed. Ver. Ampl. São Paulo: ARQ-SP, 2017, p. 39-49.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira; CUNHA, Murilo Bastos da. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CAVALHEIRO, M. U. Os limiões do arquivo pessoal na Arquivologia: da diplomática clássica à identificação arquivística. *Páginas A&B*, v. 7, São Paulo, 2017, p. 134-146.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *NOBRADE*: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

COOK, Michael. *Information management and archival data*. London: Library Association Publishing, 1993.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, Rio de Janeiro, 1998, p. 129-149.

COX, Richard J. The record in the manuscript collection. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 1, 1996, p. 46-61.

CUNNINGHAM, Adrian. Beyond the pale? The “flinty” relationship between archivists who collect private records of individuals and rest of the archival profession. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 1, maio 1996.

DELGADO-GÓMEZ. Alejandro. Los archivos personales o El archivero domado. *Tabula, Salamarca*, n. 17, 2014, p. 75-84.

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? Textos escolhidos. Trad. Danielle Ardaillon. *Rev. Técnica Heloísa Liberalli Bellotto*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOUGLAS, Jennifer. What we talk about when we talk about original order in writers' archives. *Archivaria*, v. 76, nov. 2013, p. 7-25.

DUARTE, Constância. Arquivos de mulheres e mulheres anarquivadas: histórias de uma história mal contada. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S.l.], n. 30, p. 63-70, jan. 2011.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, abr. 1982, p. 14-33.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 218, 1998, p. 151-16.

DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para una antiga ciencia*. Trad. Manual Vázquez. Carmona (Sevilla): S&C, 1996.

DURANTI, Luciana. *I documenti archivistici: la gestione dell'archivio da parte dell'ente produttore*. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1997. (Quaderni della rassegna degli Archivi di Stato, 82).

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, n. 13, 1994b, p. 49-64.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist*, Spring, v. 57, n. 2, 1994, p. 328-344.

EASTWOOD, Terry. O que é teoria arquivística e porque ela é importante? (What is archival theory and why is it important?). Trad. Sérgio Conde de Albite Silva. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, jul./dez., 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Miniaurélio Século XXI: o minidicionário de língua portuguesa*. 4.ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FISHER, Rob. In search of a theory of private archives: the foundational writings of Jenkinson and Schellenberg revisited. *Archivaria*, Ottawa, n. 67, p. 1-24, Spring 2009.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069>. Acesso em: 18 fev. 2018.

GRAIG, Barbara L. *Archival appraisal: theory and practice*. Munique, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HARRIS, Carolyn. Paper memories, presented selves: original order and the arrangement of the Donald G. Simpson Fonds at York University. *Archivaria*, v. 74, nov. 2012, p. 195-217.

HARRIS, Verne. On the back of the tiger: deconstructive possibilities in “Evidence of me”. *Archives and Manuscripts*, v.29, n.1, outono 2001.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria*, Association of Canadian Archivists. n. 52, 2001, p. 1-10.

HORSMAN, Peter. Taming the elephant: an orthodox approach to the principle of provenance. In: *The principle of provenance: report from the first Stockholm conference on the archival principle of provenance*, 2-3 set. 1993.

HURLEY, Chris. Personal papers and the treatment of archival principles: In: BISKUP, Peter *et al.* (ed.) *Debates and discourses: selected Australian writings on archival theory, 1951-1990*. Canberra, 1995.

HURLEY, Chris. Beating the French. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 1, maio 1996.

INTERNACIONAL COUNCIL OF ARCHIVES, Multilingual Archival Terminology. [20-?]. Disponível em: <https://www.ica.org/en/online-resource-centre/multilingual-archival-terminology>. Acesso em 18 mar. 2017.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration: including the problems of war archives and archives making*. Oxford: Oxford University Press, 1937.

LEJEUNE, Phillipe. *Le pacte autobiographique*. Paris, Seuil, 1975.

LERNER, Gerda. *Definitions: the creation of patriarchy*. New York: Oxford University Press, 1986.

LERNER, Gerda. *The creation of feminist consciousness: from the Middle Ages to eighteen-seventy*. Oxford: Oxford University Press 1993.

LONDOLINI, Elio. *Archivística: principios y problemas*. Madrid: ANABAD, 1993.

LOPES, Luís Carlos. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDURScar, 1996.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, Niterói, n. 154, 2. sem. 2003, p. 69-82.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 16-28.

MACNEIL, Heather. Archival theory and practice: between two paradigms. *Archivaria*, v. 37, p. 6-20, Spring 1994.

MARCONDES, Danilo; JAPIASSÚ, Hilton. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MARINHO, Pedro. *A pesquisa em Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

MARQUES, Reinaldo Martiniano. O arquivamento do escritor. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (org.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 183-202.

MARTÍN-POZUELO, M. Paz. *La construcción teórica em archivística: el principio de procedência*. Madrid: Universidad Carlos III, 1998.

MCKEMMISH, Sue. Evidence of me. *The Australian Library Journal*, 45:3, p 174-187, 1996.

MEEHAN, Jennifer. Rethinking original order and personal records. *Archivaria*, v. 70, p. 27-44, out. 2010.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access: the reformulation of an archival paradigm. *Archival Science*, Dordrecht, v. 1, p. 57-82, 2001.

MENNE-HARITZ, Angelika. What can be achieved with archives? In: *The concept of record: report from the Second Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record*, 30-31 May, 1996. Stockholm: Riksarkivet, 1998, p. 11-24.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, Spring. v. 61, p. 105-126, 2006.

MULLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2. ed. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1973.

NESMITH, Tom. Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.) *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. P. 155-176.

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. *Revista Arquivo e Administração*, AAB, v. 12, n. 2, jul/dez 2013.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de.; VASCONCELLOS, Eliane (orgs.). *Arquivos pessoais e cultura*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de.; COSTA, Camila Mattos. Carta de amor: da memória pessoal para a memória coletiva. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, UFRGS, v. 7, n., 2016.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de.; A descrição arquivística e os arquivos pessoais: o desafio da representação. *In: Arquivos pessoais: constituição, preservação e uso*. SILVA, Maria Celina de Mello e Silva; ABELLÁS, José Benito Yárritu; FRADE, Everaldo Pereira (orgs.). – Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast Colloquia; v. 13), 2014, p. 55-70.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos. Orientador: José Maria Jardim. Niterói, 10 ago. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação) - IBICT/UFF. Disponível em: <http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/LuciaVelloso2006.pdf>. Acesso em: 17. Jun. 2017.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologias científicas: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, 1989, p. 9-18. Originalmente publicado no n. 40, p. 18-27, da *Revista Traverses*. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846. Acesso em: 17 jun. 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLARD, Riva A. The appraisal of personal papers: a critical literature review. *Archivaria*, Ottawa, n. 52, p. 136-150, fall 2001.

POWELL, Graeme T. Archival principles and the treatment of private papers. *In: BISKUP, Peter et al (ed.). Debates and discourses: selected Australian writings on archival theory, 1951–1990*. Canberra, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou.... *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 35-42, jul. 1998.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *The management of archives*. Washington, DC: National Archives and Records Administration, 1988.

SILVA, Margareth. *O lugar do arquivo*. Rio de Janeiro. EDUFF, 2017.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo pessoal do físico Bernhard Gross. *Perspectiva em Ciência da Informação*, v. 18, n. 3, p. 160-174, 2013.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, p. 7-10.

SILVEIRA, João. Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. *Revista Ágora*. Florianópolis. v. 23, n. 47, 2013, p. 140-161.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (orgs.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, v. 2, p. 240-269, 2003.

TESSITORE, Viviane. Arranjo: estrutura ou função? Arquivo: *Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 1989.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./jun., p. 5-16, 2006.

VENANCIO, Renato. P. Onde estão os arquivos pessoais? Uma sondagem. In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de (org.). *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 59-73.

VENÂNCIO, Renato P. O arquivo e a lei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 48, n. 1, p.134-145, 2012.

VIANNA, A.; LISSOVSKY, M.; SÁ, P. S. M. de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: AAB, v. 2, n. 10-14, jul./dez., p. 62- 76, 1986.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (I): evidence, information and persistent representation. *The American Archivist*, Chicago, v. 70, p. 315-343, fall/winter 2007.

ANEXO A

Objetivos do questionário:

1. Identificar:

- a. A formação acadêmica dos profissionais que tratam de acervos pessoais;
- b. Se há concordância dos profissionais com a afirmativa de que a produção dos arquivos de pessoas são ações estratégicas do produtor para monumentalizar a própria imagem para a posteridade;
- c. Se reconhecem as características dos documentos arquivísticos em arquivos de pessoas;
- d. O entendimento sobre o princípio da ordem original. E se o mesmo é aplicado aos acervos da instituição pesquisada;
- e. Se os princípios e métodos arquivísticos suprem as complexidades existentes no tratamento dos arquivos de pessoas;
- f. Se os profissionais que trabalham com arquivos de pessoas sentem dificuldades na elaboração do quadro de arranjo e descrição.

Questionário de pesquisa para dissertação

I - Identificação

Instituição:

Responsável pelos acervos pessoais:

Formação acadêmica:

II - Questionário

Você concorda com a afirmativa de que os indivíduos, ao produzirem seus arquivos pessoais, o fazem com uma premeditação de criar uma imagem de si para a posteridade?

() SIM

() NÃO

Justifique: _____

Segundo a literatura da área, os documentos arquivísticos possuem cinco características (naturalidade, organicidade, imparcialidade, autenticidade e unicidade.). Você os identifica nos arquivos de pessoas?

- SIM
 NÃO
 ALGUNS. Identifique: _____

Comente:

Para você, o princípio da ordem original está diretamente ligado a:

- Lógica de acumulação.
 Ordem física dos documentos.
 Todas as respostas acima.
 Nenhuma das respostas acima.
 Não compreendo muito bem este princípio.

Justifique: _____

Você consegue aplicar o princípio da ordem original em arquivos de pessoas?

- SIM
 NÃO

Justifique: _____

Você encontra dificuldade em elaborar os quadros de arranjo em arquivos de pessoas?

SIM.
Quais?: _____

- NÃO

GLOSSÁRIO

Arquivos de pessoas - Arquivo de pessoa física.

Naturalidade - Esta característica refere-se ao modo de acumulação dos documentos, que não são reunidos de forma aleatória ou por desejo de seus produtores. São produzidos respeitando as necessidades administrativas, de provas ou de ações do produtor.

Organicidade - Relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora.

Imparcialidade - Jenkinson afirma que os documentos são “livres de suspeitas”, pois se refere à capacidade dos documentos de refletirem fielmente as ações do seu produtor, sugerindo que o documento é produzido sob injunção das atividades de uma instituição, e não porque houve uma escolha de ter-se um documento para essa ou aquela finalidade.

Autenticidade – Qualidade de um documento quando preenche as formalidades necessárias para que se reconheça sua proveniência, independentemente da veracidade do respectivo conteúdo.

Unicidade – Qualidade pela qual os documentos de arquivo, a despeito de forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem.

Princípio da ordem original / princípio do respeito à ordem original - Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.

Quadro de arranjo - Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de

documentos. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira; CUNHA, Murilo Bastos da. Dicionário de biblioteconomia e arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

JENKINSON, Hilary. A manual of archive administration: including the problems of war archives and archives making. Oxford: Oxford University Press, 1937.

ANEXO B

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO CULTURAL “ALEXANDRE
EULALIO”
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ADQUIRIDOS E DOADOS
PELA ESCRITORA HILDA HILST**

**CAMPINAS
1995**

Relação dos documentos referentes à Coleção Hilda Hilst

I - FOTOS (1930 - 1994).

1. Documentos pessoais.
2. 82 fotos.

II - TESES E DISSERTAÇÕES.

1. MAFRA, Inês da Silva. Paixões e Máscaras: interpretações de três narrativas de Hilda Hilst. Florianópolis, 1993. (Dissertação de Mestrado defendida na UFSC).
2. TODESCHINI, Maria Thereza. O Mito em Jogo: uma estudo do romance *A Obscena Senhora D* de Hilda Hilst. Florianópolis, 1993. (Dissertação de Mestrado defendida na UFSC).
3. MACHADO, Clara Silveira. A Escritura delirante em Hilda Hilst. São Paulo, 1993. (Tese de doutorado defendida na PUC/SP).

III - ORIGINAIS DE APOLÔNIO HILST.

1. Cartas recebidas por Apolônio Hilst.
Cartas de Apolônio Hilst para Hilda Hilst e Bedecilda Vaz Cardoso.
Textos de Apolônio Hilst. (Organizados).
Textos de Apolônio Hilst dispersos. (A organizar).
2. Cartas de Apolônio Hilst para Elzira Emerich. (73 p.).
3. Xerox de cartas e textos de Apolônio Hilst. (80 p.).
4. Matérias e poemas de Apolônio Hilst publicados na imprensa. (22 p.).

IV - CADERNOS ESCOLARES DE HILDA HILST.

1. Colégio Santa Marcelina (1938 - 1941). (4 exemplares).
2. Xerox dos cadernos expostos na Livraria Belas Artes no ano de 1993 em São Paulo, na exposição intitulada "Cadernos do Artista". (1 brochura).
3. Livro de ouro (1944). (1 exemplar).

V - MATÉRIAS SOBRE A OBRA DE HILDA HILST, PUBLICADAS NA IMPRENSA (1949 - 1994).

1. De 1949 a 1985. (178 títulos).
2. De 1985 a 1991. (132 títulos).
3. Textos críticos xerografados. (Posteriormente publicados). Textos dos seguintes autores: Goffredo Telles Neto, Nelly Novaes Coelho, Araripe Coutinho, Jorge Coli, Zahidé Lupinacci Muzart, etc. (10 títulos).
- 4., 5. e 6. Matérias não organizadas. (80 títulos).

VI - CORRESPONDÊNCIA.

1. Contratos de editoras e afins. (138 documentos).
2. Idem. (40 documentos).
3. a 8. Correspondência passiva. (360 cartas).
9. a 11 Cartas de amigos: José Luis Mora Fuentes, J. Toledo, Dante Casarini, José Antônio Almeida Prado, Carlos Drummond de Andrade, Osman Lins, Léo Gilson Ribeiro, Caio Fernando Abreu, João Silvério Trevisan, Gilberto Amado, Nelly Novaes Coelho, Anatol Rosenfeld, Clélia Pisa, Rofran Fernandes, etc. (Cerca de 220 cartas).

VII - CRÔNICAS: ORIGINAIS, CARTAS DE LEITORES, CRÔNICAS PUBLICADAS EM JORNAL.

1. Polêmica: cartas de leitores recebidas pelo jornal *Correio Popular* em resposta às crônicas publicadas. (16 cartas).
2. Originais das crônicas. (58 p.).
3. Crônicas publicadas de dez. de 1993 a fev. 1994. (70 crônicas).

VIII - DOCUMENTOS DIVERSOS. (NÃO ORGANIZADOS).

1. Textos traduzidos para o inglês.
Teologia Natural e *Agda* (Contos curtos).
2. Desenhos inéditos de Hilda Hilst.
3. Dispersos. (Documentos parcialmente organizados, que serão posteriormente remanejados para outros ítems).
 - 3.1. Originais não publicados.
 - 3.2. Sonhos da escritora.
 - 3.3. Artigos.
 - 3.4. Cartões Postais.

IX - ORIGINAIS DATILOGRAFADOS. (PARCIALMENTE ORGANIZADOS).

A. Poesia.

1. *Presságio*. (Datilografado sem alterações).
2. *Júbilo Memória Noviciado da Paixão*. (Datilografado sem alterações). Anotações sobre o título.
3. *Cantares da Perda e Predileção*.
4. *Poemas Malditos Gozosos e Devotos*. (Datilografado com alterações). O nome correto do livro é o que consta nesta listagem, na anterior houve erro de datilografia.
5. *Sobre Tua Grande Face*. (Com alterações).

6. *Bufólicas*. (Com alterações).
7. *AMAVISSE*. (Com alterações).
8. *Do Desejo*. (Datilografado sem alterações). Prova da editora.
9. *Da Morte. Odes Mínimas*. (Xerox). Original datilografado sem alterações. Anotações manuscritas.

B. Prosa.

1. *Qadós*. (Com alterações).
2. *Ficções*. (Com alterações).
3. *A Obscena Senhora D*. (Manuscrito e datilografado com alterações).
4. *Com os Meus Olhos de Cão*. (Original datilografado com alterações). Prova da editora.
5. *Lori Lamby*. (Xerox com alterações. Prova do livro).
6. *Contos d'Escárnio*. (Com correções).
7. *Cartas de um Sedutor*. (Com correções).
8. *Rútilo Nada*. (Conto, 1986 - 1993). (Original datilografado com correções. Anotações diversas. Original para posterior publicação).

C. Teatro. (Inédito).

1. *A Possessa*. (1967).
2. *O Rato no Muro*. (1967).
3. *O Visitante*. (1968).
4. *Auto da Barca de Camiri*. (1968).
5. *O Novo Sistema*. (1968).
6. *A Morte do Patriarca*. (1969).
7. *O Verdugo*. (1969).

8. *As Aves da Noite*. (1968).

X - ADAPTAÇÕES DE TEXTOS DE HILDA HILST PARA O TEATRO; ADAPTAÇÕES, NOTAS DA AUTORA SOBRE AS PEÇAS, PROGRAMAS DAS PEÇAS.

1. *A Obscena Senhora D*. Ilma Fontes. (1991).
2. *Matamoros*. Teresa Menezes. (Sem data).
3. *Tu Não Te Moves de Ti*. Isabel Ortega. (Adaptação do conto *Tadeu*, publicado no livro cujo nome é idêntico ao da adaptação). (Sem data).
4. *A Obscena Senhora D*. (2 versões). Eid Ribeiro e Vera Fajardo. (Peça encenada no Teatro da Gávea - Rio de Janeiro, 1993).
5. Matérias de jornais, anotações de Hilda Hilst sobre as peças, programa das peças. (30 originais).

XI - ANOTAÇÕES PRELIMINARES AOS TEXTOS (CADERNOS COM OS MANUSCRITOS DA ESCRITORA).

1. Leituras feitas por Hilda Hilst.
Anotações sobre a palavra “Kod”, de Lucius Kod - personagem principal de *Rútilo Nada*; pensamento de Ford Max Ford transcrito pela escritora, idem para Philip Rieff, Werner Heisenberg (físico), Erich von Kahler, L. A. Salomé, Ricardo Guilherme Dicke (lista de palavras feita a partir da leitura deste escritor); etc.
Obs: Xerox deste caderno segue no Anexo I.
2. *Cartas de Um Sedutor* / Poema I *Da Noite*, publicado no livro *Do Desejo* (1992).
3. *Ficções* / *Floema*.
4. *Ficções*.
5. a 7. *Lázaro*, conto publicado em *Fluxoema*.
8. O Unicórnio, conto publicado em *Fluxoema*.
9. *Vicioso Kadek* (1976), publicado em *Ficções* (1977).
10. e 11. *Tu não te moves de ti* e outras notas. (Deve ficar claro que não é a íntegra

do livro que está contida neste).

12. e 13. *Lucius Kod*, posteriormente publicado sob o título *Rútilo Nada* (1993). Estas primeiras notas são de 1986.

14. *Rútilo Nada* (1986) e *Amós Keres* (1983), o último, publicado em *Com os Meus Olhos de Cão*. (1986).

15. Teatro / Notas de leitura.

16. Teatro / *A Morte do Patriarca*.

17. Dispersos. (Este caderno será lido com mais acuidade e seus ítems descritos pormenorizadamente). A leitura feita até agora identificou os seguintes textos: *A Possessa* (teatro) como principal texto contido no caderno; também há nele anotações sobre *Marta, Maria e Lázaro*, notas sobre os possíveis atores para as peças, datas de provável encenação, nomes de pessoas para as quais Hilda Hilst enviou suas peças de teatro, etc.

18. Anotações de leitura / *O Unicórnio*. e *Agda II / Auto da Barca de Camiri* e *A Morte do Patriarca*.

19. Anotações de leitura / originais de poemas posteriormente publicados / trechos do livro *Contos d'Escárnio. Textos Grotescos*.

20. Anotações de leitura / Poemas inéditos (brincadeiras leves) / Reflexões sobre temas variados.

21. *Cartas de Um Sedutor* / Crônicas - anotações prévias / Notas para *Judas* / Textos inéditos.

22. Poemas posteriormente publicados / Anotações de leitura.

XII - PINTURAS.

1. Quadro das mãos da escritora com a idade de 15 anos, pintado por D. Ismailovitch (1946).
2. Retrato da escritora aos 26 anos, pintado por J. Traboulsi (1956).

XII - MAPAS ASTRAIS E AFINS.

1. Mapas astrais da escritora, sinastria de seu mapa astrado de seu pai, anotações feitas por ela sobre os mapas, anotações feitas por diversos astrólogos sobre os mapas. (Cerca de 20 documentos).

XIII - LIVROS AUTOGRAFADOS POR DIVERSOS ESCRITORES.

1. Livros autografados por diversos escritores e que foram enviados a Hilda Hilst ou dados pelos respectivos autores em ocasiões diversas (visitas, lançamentos, etc.). Abaixo segue uma pequena relação dos autores dos livros:

Afonso Ávila.
Álvaro Pacheco.
Carlos Felipe Moisés.
Carlos Maria Araújo.
Carlos Nejar.
Carlos Vogt. (2 livros).
Cassiano Ricardo. (2 livros).
Cícero Acaiaba.
Cláudio Feldman.
Eduardo Guimarães.
Fernando Sabino.
Henriqueta Lisboa. (2 livros).
Ignácio da Silva Telles.
Ignácio de Loyola Brandão.
Jamil Snege.
Jorge Amado. (8 livros).
José Condé.
Luiz Carlos Lisboa.
Lupe Cotrim Garaude.
Lygia Fagundes Telles.(4 livros).
Marly de Oliveira. (2 livros).
Mauro Salles.
Mora Fuentes.
Nélida Piñon. (3 livros).
Pascoal Motta.
Renata Pallotini. (2 livros).
Roldan - Roldan. (2 livros).
Rubens Rodrigues Torres Filho.
Vinícius de Moraes.
Total: 95 livros.

Relação dos livros doados pela escritora Hilda Hilst.

- ABUMRAD, Ricardo. Faces. São Paulo: Pannartz, s.d. 98 p.
- ALCANTARA, Eduardo. Antigênesis/Natal e Outros Poemas. São Paulo: Quatro Artes, 1970. 132 p.
- ALENCAR, Celso. Os Reis de Abaeté. São Paulo: João Scortecci, 1987. 82 p.
- ALMEIDA, Lúcia Machado. Atíria na Amazônia. 3ª ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1992. 80 p.
- ALMEIDA, Lúcia Machado. Menina, menina...São Paulo: Cultrix, 1985. 64 p.
- AMÂNCIO, Edson. Em pleno delito; contos. Santos: Idiomax Editora, 1986. 128 p.
- AMARAL, Emília e SODERO, Marisa. Primeira matéria. Campinas: Moandy, 1990. 130 p.
- AMARAL, Walter (org.). Viagem da Alma. Campinas: Ed. ICEA, 1992. 101 p.
- ANTIQUERA, Gentil. Vidas paralelas. São Bernardo do Campo: Ed. do Autor, s.d.162 p.
- ANTOLOGIA DE CONTOS E POESIAS. Aracajú: Prefeitura Mun.,1989. 68 p.
- ANTONIO, Fausto. Fala de pedra e pedra. Campinas: RG, 1986. 92 p.
- ANTONIO, Fausto. Linhagem de pedra. Campinas: RG, s.d. 96 p. (2 exemplares).
- ANTÔNIO, Severino e SANTOS, Eliana dos. Alguma Poesia. Campinas: Moandy, 1991. 160 p.
- APERITIVO POÉTICO (coletânea de poetas sergipanos). Aracaju: Pref. Mun. de Aracaju, 1989. 50 p.
- APERITIVO POÉTICO (coletânea de poetas sergipanos). Aracaju: Pref. Mun. de Aracaju, 1989. 38 p.
- ARAÚJO, Francisco Fernandes de. Filigranas poéticas: uma grossa de poemas. [Campinas], Ed. do autor, 1992. 204 p.
- ARRUDA, Eunice. Invenções do Desespero. S.l.: s.d.114 p.
- ARUTA, Fernando et al. Quadrívio. São Paulo: massao Ohno, 1980. (não Paginado).
- AZEVEDO, Beatriz Sampaio. Tudo quanto arde. Campinas: Palavra Muda, 1987. (não paginado).
- BACK, Sylvio. O Caderno erótico de Sylvio Back. Ouro Preto: Tip. do Fundo de Ouro Preto, 1986. (não paginado).
- BARREIROS, Luiz Lima. O Caso Matei. Rio de Janeiro Shogun Arte, 1984. 40 p.
- BARROS, Anna Rachel M. Paes de (org.). Informal. Campinas: Grupo Informal, 1973. 132 p.
- BASTOS, Cristina. Decerto o deserto (1098-1992). São Paulo: Iluminuras, 1992. 144 p.
- BEZERRA, Jaci. Livro das incandescências. Recife: Edições Pirata, 1985. 271 p.
- BITTENCOURT, Esther Lúcio. No País da palavra onde moram os homens mudos. Rio de Janeiro: Liv. São José, 1975. 118 p.
- BOSSI, Cecília. Cavala marinha. São Paulo: Roswitha Kempf, 1987. 80 p.
- BRASIL, Francisco deAssis Almeida. O Caboclo e a cigana. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 104 p. (Novelas, 22).
- CABANAS et al. Limo a Leme Nenhum. Curitiba: Encontroversia, 1986. 86 p.
- CABRAL, Astrid. Lição de Alice, poemas. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986. 112 p. (Col. Poesia, sempre 7).
- CABRAL, Astrid. Ponto de Cruz: poemas. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979. 108 p.
- CAIADO, Oscar G. Dos Mares o Menor - poemas infernais. Brasília: Thesaurus, 1990. 108 p.
- CALDERARO, Lourdes. Sebe. São Paulo: Roswitha Kempf, 1986. 43 p.

- CAMPOS, Sérgio. A Cúpula e o rumor. Nova Friburgo: Mundo Manual Ed., 1992. 58 p.
- CAMPOS, Sérgio. A Casa dos elementos. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1984. 91 p.
- CAMPOS, Sérgio. Montanhecer. São Paulo: João Scortecci, 1987. 84 p.
- CASSAS, Luis Augusto. A Paixão segundo Alcântara. São Paulo: Roswitha Kempf, 1985. 72 p.
- CASSAS, Luis Augusto. República dos Becos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 108 p. (Col. Vera Cruz, 329).
- CASSAS, Luis Augusto. Rosebud. São Paulo: Massao Ohno, 1990. 108 p.
- CASTELO BRANCO, Renato. Amor e Angústia. São Paulo: RR editores, 1986. 180 p.
- CASTELO BRANCO, Renato. O anticristo. São paulo: EDICON, 1987. 127 p.
- CASTRO NETO, Gastão. Matéria Mater. Rio de Janeiro: Anima, 1985. 94 p.
- CASTRO NETO, Gastão. Plenitude relativa, (poemas). Niterói, Ed do autor, 1980. 73 p.
- CASTRO NETO, Gastão. Sobre nossas cinzas, (sonetos). Ed. Centauro, 1989.88 p.
- CASTRO, Giorgia Werneck de. Balada terna para...São Paulo: Massao Ohno, 1989. 85 p.
- CASTRO, Marise. Rito. Natal: UFRN - CCHLA, Fund. Santa Maria, 1993. 92 p.
- CASTRO, Marize. Marrons, crepons, marfins. Natal: Clima e Fund. José Augusto, 1984. 162 p.
- CATTONI, Bruno. Conspirações e inconfidências de um caçador de meninas gerais. São Paulo: Massao Ohno, 1992. 87 p.
- CATUNDA, Márcio. O Encantador de Estrelas. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989. 96 p.
- CATUNDA, Márcio. Purificações. Rio de Janeiro: Liv. Ed. Cátedra, 1987. 123 p.
- CAVALCANTI NETTO, João Uchôa. O Direito, um mito. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1977. 135 p.
- CESAR, Carmen Cerqueira. Cristais. São Paulo: Massao Ohno, 1988. (não Paginado).
- CESAR, Carmen Cerqueira. Transparências. São Paulo: EMW Editores, 1985. (não paginado).
- CÉSAR, Carmen Sílvia Cerqueira. Eu sinceramente. São Paulo: Massao Ohno e Roswitha Kempf, 1982. (não paginado).
- CHRISPIM, Rosana. Semelhanças. São Paulo: João Scortecci, 1986. 57 p.
- COELHO, Nelson. Casos de vida ou morte. São Paulo: Atlantis, 1980. 80 p.
- CONCURSO DE CONTOS (1º).São Bernardo do Campo: Sec. de Educação, Cultura e Esportes e Fundo de Assistência à Cultura, 1981. 128 p.
- CONCURSO DE CONTOS (3º).São Bernardo do Campo: Sec. de Educação, Cultura e Esportes e Fundo de Assistência à Cultura, 1983. 116 p.
- CONCURSO DE CONTOS (5º).São Bernardo do Campo: Sec. de Educação, Cultura e Esportes e Fundo de Assistência à Cultura, 1985. 93 p.
- CONCURSO DE POESIA. (3º). São Bernardo do Campo: Sec. de Educação, Cultura e Esportes e Fundo de Assistência à Cultura, 1985. 86 p.
- CONCURSO O CAUSO QUE VALE CONTAR. São Paulo: Cia. Vale do Rio Doce, 1992. 100 p.
- CORRÊA, Rossini. O Prêmio Nobel. Brasília: Corrêa & Corrêa, 1989. 60 p.
- COSTA E SILVA, Nilze. O Velho. Fortaleza: Sec. de Cultura e Desporto, 1983. 84 p.
- COSTA, Eduardo Alves da Costa. Salamargo. São Paulo: Massao Ohno e M. Lydia Pires e Albuquerque, 1982. (não paginado).
- COSTA, Silvério da. Sinfonias do Corpo. São Paulo: Fundação Catarinense de Cultura e João Scortecci, 1993. 90 p.
- DANTAS, Paulo. De repente, o mar... São Paulo: Padan, 1991. 104 p.
- DE FRANCESCHI, Antonio Fernando. Caminho das Águas. São Paulo: Brasiliense, 1987. 95 p.

- DORNELLES, Nelson. Poemas do Nelsons. São Paulo: João Scortecci, 1989. 47 p.
- ESTENSSORO, Maria Danielle E. V. De Costas. São Paulo: Massao Ohno, 1988. (não paginado).
- FARIA, Álvaro Alves de. O Tribunal. 2ª ed. São Paulo: Ed. Símbolo, s.d. 81 p.
- FARIA, Hamilton. Cidades do ser. São Paulo: Massao Ohno, 1988. 96 p.
- FARIA, Idelma Ribeiro de. Você não conhece Jeanete: e outro contos. São Paulo: Massao Ohno, 1984. 110 p.
- FARIAS, Celso Divino F. Labirintos. São Paulo: Massao Ohno, 1990. (não paginado).
- FONSECA, Eduardo Giannetti da. Órbitas terrestres. São Paulo: Massao Ohno - Roswitha Kempf, 1981. (não paginado).
- FONSECA, Yone Giannetti. A Fala e a forma: poemas e praxis. Belo Horizonte: Ed. do Centro de Estudos Mineiros, 1963. 167 p.
- FONSECA, Yone Giannetti. Mulher. Florianópolis: FCC, 1981. 50 p.
- FONSECA, Yone Giannetti. Rosa dialética. São Paulo: Quíron, 1975. 80 p. (Coleção Sélesis).
- FRANCO, João José de Mello. Esse louco desejo. São Paulo: Altair Brasil, 1980. 78 p.
- FREITAS, Iacyr Anderson de. O Aprendizado da figura. Juiz de Fora: Ed. D'lira, 1989. 102 p. (2 exemplares).
- FREITAS, Iacyr Anderson. Pedra-Minas e Memorabilia e PEREIRA, Edmilson de Almeida. Corpo Imprevisto e Margem dos Nomes. Juiz de Fora: Ed. D'lira, 1989. 60 p.
- FREITAS, Iacyr Anderson. Primeiro livro de chuvas. Juiz de Fora: D'Lira, 1991. 72 p.
- FREITAS, Iacyr Anderson. Sísifo no espelho. Juiz de Fora: D'Lira, 1990. 72 p.
- FUENTES, José Luiz Mora. Fábula de uma rumo. São Paulo: Moderna, 1980. 140 p.
- FUENTES, José Luiz Mora. O Cordeiro da casa: ficções. São Paulo: Quíron, 1975. 152 p.
- FURTADO, Fernando Fábio Fiorese. Ossário do Mito. Juiz de Fora: Ed. D'lira, 1990. 58 p.
- GALVÃO, Donizete. As faces do rio. São Paulo: Água Viva, 1990. 80 p.
- GALVÃO, Donizete. Azul navalha. São Paulo: Excelsior, 1988. 70 p.
- GERÊ et al. COUROCURVO: poemas. Campinas: Ed. Cooperativa Vacacheiotudojunto, 1979. (não paginado).
- GONÇALVES, Marta. Cavalos verdes. São Paulo: Massao Ohno, 1991. 75 p.
- GONDA, Renato. Fugitivo dos homens. São Paulo: Massao Ohno, 1990. 95 p. (3 exemplares).
- GONDA, Renato. Primeira ronda à margem da serpente e Canto ao Canto. São Paulo: Massao Ohno e M. Lydia Pires e Albuquerque, 1987. (não paginado). (2 exemplares).
- GONDA, Renato. Trílogo. S.l., 1988. (não paginado). (4 exemplares).
- GRUPO POECO - SÓ POESIA. Ensaio III. São Paulo: Ed. do Autor, 1980. 108 p.
- GRUPO POECO - SÓ POESIA. Ensaio IV. São Paulo: Ed. do Autor, 1980. (não paginado).
- GUIMARÃES, Luís Carlos. A Lua no espelho. Natal: Clima, 1993. 168 p.
- GUIOMAR, Lúcia. Araterra. Maceió: Ed. do Autor, 1981. 190 p.
- GUIOMAR, Lúcia. Poemeu. 2ª ed. São Paulo: Ed. do Autor, 1977. 194 p.
- GULLAR, Ferreira. Uma luz do chão. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. 52 p. (Col. Depoimentos, 5).
- HAICKEL, Joaquim et al. Saltério de três cordas. Brasília: Guarnicê, 1988. 130 p.
- HARDAN, Leila. Luzes da liberdade. São Paulo: João Scortecci, 1989. 44 p.
- HARRISON, Manoel Jorge Cuntin. Pastor aprendiz. Rio de Janeiro: Liv. Sõa José, 1975. 60 p.
- HONÓRIO, José Carlos. Em Breve outra noite. São Paulo: Massao Ohno, 1986. (não paginado). (2 exemplares).
- JORGE, Franklin e MÍCCOLIS, Leila. Impróprio para menores de 18 anos. Natal: Limiar, 1976. 39 p. (Coleção Limiar, 1)

- KATOPODIS, Um raio cairá sobre minha cabeça. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990. 140 p.
- KLAFKE, Aristides. A Legião dos troncos com rosots. São Paulo: João Scortecci, 1989. 64 p.
- LABRADA, Gonzalo Luiz. Memória Musical de São Bernardo. São Bernardo: Sec. de Educação, Cultura e Esporte, 1986. 117 p. (Cadernos Históricos, 5).
- LAMBERT, Charles. La Fotografia? ...pero si es muy fácil! Barcelona: Ediciones Técnicas Marcombo, 1962. 130 p.
- LAURITO, Ilka Brunhilde. Janela de apartamento. São Paulo: Ed. I. L. A. Palma, 1968. 80 p.
- LEAHY, Cyana. Biombo, Niterói: Cromos, 1989. 80 p.
- LEAL, Weydson Barros. O Aedo. Recife: Fundarpe, 1989. 138 p. (Biblioteca comunitária de Pernanbuco; Poesia 3).
- LEITÃO, Manuel Correia. Palavra lavrada. Rio Claro: Arquivo do Mun. de Rio Claro, 1987. 116 p.
- LIANO Jr., Nelson. Bruxas: as habitantes do ar. Rio de Janeiro, Editora Eco, s.d. 111 p.
- LIMA, Laís Rodrigues de. Quando a noite chegar. Campinas: Palavra Muda, 1988. 128 p. (2 exemplares).
- LOPES, Carlos Herculano de O. O Sol nas paredes. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 1980. 88 p.
- MAIA, Luciano. Sol de Espavento. Fortaleza: Fund. Cearense de Artecultura, 1984. 232 p.
- MARCHINI, Marigê Quirino. Oratório de um dia. São Paulo: Ed. Soma, 1982. 80 p.
- MARQUES, Fabrício. Futilidades públicas. Juiz de Fora: Ed. do Autor, 1991. 44 p.
- MARQUES, Fabrício. Marquises. Juiz de Fora: Ed. do Autor, 1992. (não paginado).
- MARTINELLI, Uassir. Pela vidraça. São Paulo: João Scortecci, 1993. 96 p. (Publicações da Academia Campinense de Letras, 48).
- MARTINS, Floriano. As Contradições terríveis. Fortaleza: Lauro M. Severiano Jr., 1987. (não paginado).
- MARTINS, Julio Cesar Monteiro. Torpalium. São Paulo: Ática, 1977. 80 p. (Col. de autores brasileiros, 13).
- MARTINS, Marlene Andrade. O Sentido comum das coisas. Belo Horizonte: O Lutador, 1992. 83 p.
- MARTINS, Marlene Andrade. Sonhos de Vitrine. Belo Horizonte: O Lutador, 1993. 118 p.
- MDMAGNO. Cantoprolixo. Rio de Janeiro: Aoutra, 1985. 90 p.
- MENDONÇA, Bernardo de. Narração de um gol e Legendas para cem fotos imaginárias. Rio de Janeiro: Graphia, 1989. 172 p.
- MENEZES, Berredo de. A Surdez dos clarões. Guarapari: Nejarim, 1993. 168 p.
- MENEZES, Ferdinand Berredo de. Clarividências do nunca. Porto Alegre: Sul-Americana, 1993. 104 p.
- MESTRE, David. Nas Barbas do bando. Lisboa: Ulmeiro; Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985. 64 p. (Biblioteca Literária Ulmeiro, 4).
- MESTRE, David. O Relógio de Cafucôlo. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1987. 24 p.
- MONTEIRO, João Alberto. Umuarama: Ed. do Autor, s.d. 87 p.
- MORAIS, Suzana Nunes de. Com meu olhar de crayon. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 1979. 38 p.
- MORANDIN, Maria José D. Teixeira. Litania. Rio Claro: Arquivo do Mun. de Rio Claro, 1985. 68 p.
- MOTA, Anderson Gomes et al. Lição de Asa. São Paulo: Iluminuras, 1993. 86 p.
- MOTTA, Theresa Christina Rocque da. Joio e trigo. 2ª ed. São Paulo: Grupo Poeco-Só Poesia, 1983. (não paginado).
- MOURA, Maria Regina. Exercício de um modo. Niterói: Ed. do Autor, 1987. 70 p.

- MOURA, Valdinete. *Voz interior*. Vitória de Santo Antão: Lua Nova, 1986. 80 p.
- NARESSI, Ciro. *Cio: antologia poética 1975 - 85*. Curitiba: Editora Unificado, 1990. 254 p.
- NARESSI, Dílson. *Bio, antologia: prosa e verso 1965 - 75*. Curitiba: Editora Unificado, 1990. 238 p.
- NARESSI, Dílson. *Dezembro 25, cantai*. 2ª ed. Curitiba: Editora Unificado, 1990. 88 p.
- NARESSI, Dílson. *Ensaio do amanhã; histórias do mundo da lua*. Curitiba: Editora Unificado, 1990. 60 p.
- NASCIMENTO, Almésio do. *Céus naufragados*. Palmares: Bagaço, 1988. 84 p.
- NAVEIRA, Rachel. *Canção dos Mistérios*. São Paulo: Ed. Paulus, 1994. 56 p.
- NAVEIRA, Rachel. *Fonte Luminosa*. São Paulo: Massao Ohno, 1990. 80 p.
- NAVEIRA, Rachel. *Guerra entre irmãos; poemas inspirados na Guerra do Paraguai*. Campo Grande: ed. do autor, 1993. 70 p.
- NAVEIRA, Rachel. *Nunca-te-vi*. São Paulo: Estação Liberdade, 1991. 76 p.
- NAVEIRA, Rachel. *Sob os cedros do Senhor*. São Paulo: João Scortecci, 1994. 101 p.
- NAVEIRA, Rachel. *Via Sacra*. Campo Grande: Grupo Executivo, 1989. 180 p.
- NETO, Gastão Castro. *A Hora contaminada*. Recife: Ed. Pirata, 1983. 44 p.
- NETO, João Gomes. *Opium de Vidro*. São Paulo: AESC, FUNCEX E Massao Ohno Editores, 1986. 72 p.
- NOBRE, Lúcia. *Floresta dos Leões*. Rio de Janeiro: Urbana Edições, 1993. 72 p.
- OCTAVIANO, Odette Teresinha Santucci. *Recolhendo versos*. Campinas: Luz para o Caminho, 1992. 136 p.
- OLIVEIRA, Eduardo de. *Evangelho da solidão; dez anos de poesia (1958 - 1968)*. São Paulo: Palma, 1969. 206 p.
- OLIVEIRA, Eustáquio Gorgone de. *Tear de imagens*. Juiz de Fora: Ed. D'lira, 1990. 84 p.
- OLIVEIRA, Vera Lúcia de. *Cortona (Itália)*: Editrice Grafica L'Etruria, 1992. 112 p.
- OLIVIO. *Peito humano inteiro*. S.l.: Ed. do Autor, s.d. 58 p.
- OSÓRIO, Antônio. *Emigrante do Paraíso*. São Paulo: Massao Ohno - Roswitha Kempf, 1981. (não paginado).
- PAES, Alexandre. *Outros outonos*. S.l.: s.d. 36 p.
- PALERMO, Maza de. *Cala Calabria*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. 64 p.
- PAOLIELLO, Domingos. *Poemas de Sazão*. São Paulo: Clube de Poesia de São Paulo, 1980. 80 p.
- PAOLIELLO, Domingos. *Secreto Enxame*. São Paulo: Clube de Poesia de São Paulo, 1979. 48 p.
- PARDIM, Marcos Antônio. *Aprendiz, o que me diz? Contos, crônicas e poemas*. São Paulo: Xisma, s.d. 98 p.
- PARDIM, Marcos Antonio. *Que a lua habite o papel*. São Paulo: Ateniense, 1989. 112 p.
- PENNA, Juju Campbell. *Amaramigos*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1973. 122 p.
- PIMENTEL, Cyro. *Poemas atonais*. São Paulo: Clube de Poesia, 1979. 72 p.
- PIÑERA, Virgilio. *A Carne de René*. São Paulo: Siciliano, 1990. 224 p.
- PINTO, José Alcides. *O Acaraú; biografia do rio*. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1979. 84 p.
- PINTO, José Nêumane. *Barcelona, Borborema*. São Paulo: Geração Editorial, 1992. 134 p.
- PINTO, Tarceu. *Cajucabralia*. São Paulo: Littera, 1982. (não paginado).
- POLIDORO, Júlio. *Pequenos Assaltos*. Juiz de Fora: Ed. D'lira, 1990. (não paginado).
- PRADO, Carlos Eduardo. *Enigma*. S.l.: Ed. do Autor, 1991. 168 p.
- PRESENÇA POÉTICA: *antologia de poemas de alunos, pais e professores do Colégio Anglo de Campinas*. Campinas: Moandy, 1992. 176 p. (2 exemplares).

- PRESENÇA POÉTICA: antologia de poemas de alunos, pais e professores do Colégio Anglo de Campinas. Campinas: Moandy, 1991. 168 p. (2 exemplares).
- QUARTIM, Yone. Estórias que são histórias. São Paulo: Ed. do Autor, 1975. 46 p. (2 exemplares).
- RAMA. O Vinho antigo. Anápolis: Céu dos Índios, 1994. 168 p.
- RAMOS, F. Vidal. Flores do meu outono. Campinas: Ed. Municipal, 1990. 210 p.
- RAMOS, Otávio. Lúmpen. Belo Horizonte: Nova Língua, 1992. 112 p.
- RAMOS, Ribamar. A Noite ocidental. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988. 46 p.
- RANGEL, Paschoal. Essa mineiríssima Henriqueta; ensaio de interpretação da obra poética de Henriqueta Lisboa. Belo Horizonte: O Lutador, 1987. 80 p.
- REDISH, Ricardo. Quem se debate é afogado. São Paulo: Massao Ohno, 1980. (não paginado).
- REZENDE, Mário Cezar. Lábios carentes. Aracaju: Fund. Augusto Franco, 1991. 42 p.
- RODRIGUES Fº, Luiz Martins. Ofício de viver. Rio Claro: Arquivo do Mun. de Rio Claro, 1985. 77 p.
- RODRIGUES Fº, Luiz Martins. Suor do tempo, (1946-1979). São Paulo: Canton, s.d. 86 p.
- RODRIGUES, Geraldo Pinto. Memorial de Eros. São Paulo: Pannartz, 1985. 58 p.
- RODRIGUES, Geraldo Pinto. O Punhal do tempo. São Paulo: Clube de Poesia de São Paulo, 1978. 88 p.
- RODRIGUES, Jaime Luiz Leitão. A Região do Maduro. Rio Claro: Arquivo do Mun. de Rio Claro, 1986. 84 p.
- RODRIGUES, Jaime Luiz Leitão. Mira/Miragem. Sl: 1977. 65 p.
- RODRIGUES, Mécia. Cadeado, coração. São Paulo: Nobel e Sec. de Estado da Cultura, 1982. 96 p. (2 exemplares).
- RODRIGUES, Mécia. O Aberto e o grito. [São Paulo]: Nobel, s.d. 86 p.
- ROQUE, Luiz. Mar tormentoso. São Paulo: João Scortecci, 1993. 88 p.
- SAMPAIO, Aluysio Mendonça. Senhores e Escravos: a escravidão do indígena no Brasil. São Paulo: Carthago & Forte, 1994. 112 p.
- SAMPAIO, J. B. de Arruda. Tardes de sonho. [São Paulo]: Ed. do autor, 1985. 66 p.
- SAMPAIO, Maria Lúcia Pinheiro. Palavra em chamás. São Paulo: Clube de Poesia do Estado de S. Paulo, 1985. 164 p.
- SAMPAIO, Mauro. Albas serenas. Campinas: 1987. 124 p.
- SANTANA, Erorci. Estatura leviana. São Paulo: Ed. do autor, 1989. 72 p. (2 exemplares).
- SANTANA, José Lima. Para jamais esquecer. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1989. 100 p.
- SANTOS, José R. Luiz dos Santos. Palavra y Estigma. São Paulo: Edição do autor, 1980. 53 p.
- SANTOS, Luiz Sérgio dos. Deus não joga dados. Goiânia: "O Popular", 1984. 184 p.
- SARTINI Fº, Adagamos. Palavras de um coração. S.l.: Ed. do Autor, 1986. 92 p.
- SCHMALTZ, Yêda. Baco e Anas Brasileiras. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985. 132 p.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (São Paulo). Programa de Formação Integral da Criança (Relatório). São Paulo: SE, ATPCE e CIE, 1986. 102 p.
- SETE VERSUS SETE: E SE RESOLVEMOS FALAR DE AMOR. [coletânea do] Grupo Livrespaço de Poesia. Santo André: Livrespaço, 1990. 80 p. (2 exemplares).
- SILVA, Sérgio Amaral. Vida felina. São Paulo: Ed. do Autor, 1981. (não paginado).
- SOUZA NETO, Juvenal de. Derradeiros relógios. São Paulo: Altair Brasil Editora, 1982. 96 p.
- SOUZA, Jurema Barreto. Dalilas siamesas. Santo André: Livrespaço, 1987. 80 p.
- SOUZA, Olney Borges de. Volúpia. São Paulo: João Scortecci, 1994. 42 p.
- SOUZA, Olney Borges Pinto de. Álbum de Ternuras. São Paulo: João Scortecci, 1994. 195 p.

- SOUZA, Olney Borges Pinto de. Ensaio de alegria. São Paulo: João Scortecci, 1994. 176 p.
- SOUZA, Olney Borges Pinto de. Ginástica do sonho. São Paulo: João Scortecci, 1995. 172 p.
- STANGORLINI, Mario. As Colônias do bairro Assunção. São Bernardo: Sec. de Educação, Cultura e Esporte, 1988. 82 p. (Cadernos Históricos, 6).
- TAMASSIA, M. B. O Profeta da montanha azul: o Kirios. Campinas: Ed. Círculo de Claus, 1976. 110 p.
- TERRANOVA, Franco. Memórias e Rumores. São Paulo: Massao Ohno, 1988. (não paginado). (2 exemplares).
- TOLEDO, Maria Conceição A. (org.). Florada poética. Campinas: Centro de Poesia e Arte de Campinas, 1993. 128 p.
- TORRES, Antônio. Essa terra. São Paulo: Ática, 1976. 112 p. (Nosso Tempo).
- TREVISAN, Armindo. O Abajur de Píndaro & A Fabricação do real. São Paulo e Brasília: Quíron e INL, 1975. 98 p.
- VARGAS, Lauro. Tango argentino, contos. São Paulo: Ed. do Autor, 1986. 64 p.
- VENEGAS, Luiz Ferdsol. A(s) pilha gên(s). S.l.: Ed do autor, s.d. 107 p.
- VERAS, Murilo Moreira. Madrugada Lírica. Brasília: 1986. 84 p.
- VERAS, Vilma Muniz. São Luís: Memorial Poesia. Brasília: Ed. do Autor, 1986. 84 p.
- VIANA, Antônio Carlos. O Meio do mundo. S.l.: Libra & Libra, 1993. 95 p.
- VIANA, Fernando Mendes. O Silfo-Hipogrifo. Rio de Janeiro e Brasília: Livraria José Olympio Editora e Instituto Nacional do Livro, 1972. 102 p.
- VIEIRA, Marcos. Voragem. Aracaju: SECMA e FUNDESC, 1990. 96 p.
- VIEIRA, Primo. Litanias...2ª ed. Aparecida: Editora Santuário, 1986. 72 p.
- VIEIRA, Primo. Poemas Franciscanos, "I Fioretti". São Paulo: Paulinas, 1987. 62 p.
- VIII ANTOLOGIA POÉTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. São José dos Campos: Pref. Mun. de S. J. dos Campos e Fund. Cultural Cassiano Ricardo, 1993. 144.
- VILELA, Orlando. A Violência no mundo atual. São Paulo: Loyola, 1977. 72 p.
- WANKE, Eno Teodoro. Xixi no abismo. Clecs. Rio de Janeiro: Codpoe, 1988. 112 p.
- XAVIER, Arnaldo. A Roza da Recusa. São Paulo: Pindaíba, 1982. 64 p.
- XAVIER, Jairo José. Idade do Urânio. Rio de Janeiro: Liv. Ed. Cátedra, 1974. 72 p.

Total: 226 títulos.
17 duplicatas.

Relação das revistas e catálogos doados pela escritora Hilda Hilst.

Revistas:

ALGUMA POESIA. Rio de Janeiro: n. 2, abr. 1979.
 DIMENSÃO. Uberaba: v. VIII, n. 15, ago. 1987.
 FICÇÃO. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n. 6, jun. 1976.
 LIVRESPAÇO. Santo André: Grupo Livrespaço de Poesia, n. 1, jan./fev./mar. 1992.
 LIVRESPAÇO. Santo André: Grupo Livrespaço de Poesia, n. 2, abr./mai./jun. 1992.
 LIVRESPAÇO. Santo André: Grupo Livrespaço de Poesia, n. 3, jul./ago./set. 1992.
 LIVRESPAÇO. Santo André: Grupo Livrespaço de Poesia, n. 5, jan./fev./mar. 1993.
 LIVRESPAÇO. Santo André: Grupo Livrespaço de Poesia, n. 6, jul./ago./set. 1993.
 SEARA. Fortaleza: Thesaurus, v. 2, n. 4, 1987.

Catálogos:

FLÁVIO DE CARVALHO E J. TOLEDO. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 1970.
 GUIA INTERNACIONAL DAS ARTES. Rio de Janeiro: MEC, FUNARTE, INAP, 1977.
 63/66 - FIGURA & OBJETO. São Paulo: Galeria Millan, 1988.
 A TINTA DAS LETRAS. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

Total: 9 periódicos.
 4 catálogos.

ACERVO DA ESCRITORA HILDA HILST (1996 - 2001)

1) ORIGINAIS E AFINS

1.1) *Cantares do Sem-Nome e de Partidas*

- | | |
|--|-------------|
| 1.1.1) Anotações prévias, manuscritas e datilografadas | 11 páginas. |
| 1.1.2) Originais datilografados com alterações | |
| 1º tratamento do texto | 11 páginas. |
| 1.1.3) Originais datilografados com alterações | |
| 2º tratamento do texto | 12 páginas. |
| 1.1.4) Originais digitados com alterações | |
| 3º tratamento do texto | 12 páginas. |
| 1.1.5) Prova da editora com correções | 16 páginas. |

1.2) *O caderno rosa de Lori Lamby*

Originais datilografados com alterações	57 páginas.
1.3) Crônicas publicadas no jornal <i>Correio Popular</i> . ³⁰	
1.3.1) Manuscrito	1 página.
1.3.2) Originais datilografados com alterações	106 páginas.
1.3.3) Exemplos do jornal com as crônicas publicadas	47 página.
1.4) <i>Estar sendo. Ter sido.</i>	
1.4.1) Anotações prévias feitas em papéis avulsos (folhas de cadernos pequenos, papéis de cigarros, envelope de carta). Originais manuscritos	22 páginas.
1.4.2) Originais datilografados com alterações 1º tratamento do texto	84 páginas.
1.4.3) Originais digitados com alterações. 2º tratamento do texto 2 cópias do livro	183 páginas.
1.4.4) Prova da editora 2 provas com alterações	210 páginas.
1.5) <i>Do Amor</i> ³¹	
1.5.1) 1ª versão do livro (feita em 1994), contando 50 poemas, datilografada (xerox)	52 páginas.
1.5.2) Cópia digitada com alterações, versão definitiva do livro, agora com 70 poemas (feita em 1998)	85 páginas.
1.5.3) Exemplar do livro já publicado	1 livro.
1.6) Originais manuscritos diversos	
1.6.1) Caderno grande contendo Diários - esparsos	46 páginas.
1.6.2) Originais em folhas avulsas	165 páginas.
1.7) <i>Teatro reunido (volume I)</i>	
1.7.1) Prova da editora sem alterações	181 páginas.
1.7.2) Exemplar do livro já publicado	1 livro.
2) AGENDAS, CONTENDO, DENTRE OUTRAS COISAS: anotações sobre acontecimentos diários (biográficos); anotações de sonhos; trechos de autores lidos, admirados; anotações de livros que a escritora está lendo; anotações de contas pagas, de problemas com advogados etc; projetos de textos a escrever.	
Agendas dos seguintes anos: 1973, 1977, 1978, 1979, 1980 (duas), 1981, 1982 (duas), 1983 (duas), 1985, 1986,	

³⁰ Uma parte destas crônicas foi publicada em livro com o título *Cascos e carícias*.

³¹ Seleção de poemas já publicados anteriormente

1987, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995 (duas) 22 agendas.

3) CADERNOS PEQUENOS COM VÁRIAS ANOTAÇÕES, NUMERADOS:

- 1) Caderno mais importante:
Anotações biográficas, contas, trechos de crônicas.
- 2) Essencialmente contas e números de telefones.
Na última página: descrição de um sonho, rascunho de um poema não publicado.
- 3) Somente duas páginas com as seguintes anotações:
nomes de livros, 2 pequenos trechos inéditos de 2 linhas cada um.
- 4) Várias anotações sobre temas mitológicos
(feitas em 1961)
- 5) 1983-1984 = contas, gastos, vacinas dos cachorros, dívidas, amigos que vieram para o Natal.
- 6) 1978 = contas, dívidas, projetos referentes à obra, anotações sobre os livros publicados e prêmios recebidos.
- 7) 1978-1979 = contas, projetos relacionados à reforma da casa
- 8) Essencialmente contas
- 9) Nomes dos livros publicados da autora, nomes dos críticos que escreveram sobre sua obra, contas, nomes de amigos, endereços, telefones
- 10) 1967 = Anotações sobre discos voadores - OVNIS
Experiência da autora em relação a esse assunto.
- 11) Originais manuscritos publicados em livros e outros inéditos, contas, nomes de cachorros, nomes de amigos, comentários sobre o dia-a-dia

11 cadernos.

4) ANOTAÇÕES DIÁRIAS EM PAPÉIS SOLTOS

(contas a pagar, números, nomes de cachorros, compras, endereços, nomes) 175 páginas.

5) AGENDAS DE TELEFONE

4 exemplares

6) TRADUÇÕES (Todas digitadas)

6.1) Para o alemão, por Sarita Brandt

Contos d'Escárnio. Textos grotescos (fragmento)
Do desejo (18 poemas)

5 páginas.
18 páginas.

6.2) Para o francês, por Álvaro Faleiros

Da morte. Odes mínimas.

53 páginas.

- 6.3) Para o francês, por Maryvonne Lapouge-Petorelli
 Prova da editora Gallimard do livro
Contes sarcastiques (fragments érotiques) 130 páginas.
 6.3.1) Exemplar do livro publicado 1 livro.
- 6.4) Para o inglês, por David William Foster
 Conto “Rútilo Nada” 21 páginas.
- 7) DOCUMENTOS DE PROGRAMA PARA RÁDIO (sem data).**
 Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquete Pinto
 Programa: Travessia Literária
 Produtor: Maria do Carmo Ferreira
 Longa entrevista ficcional, feita a partir de colagens
 de textos literários da escritores, que são mesclados
 a dados biográficos verdadeiros 101 documentos
- 8) LIVROS AUTOGRAFADOS PARA A ESCRITORA**
 João Silvério Trevisan (3), Adolfo Casais Monteiro (1),
 Roberto Piva (2), Deonísio da Silva (1), Caio Fernando
 Abreu (2), Ignácio de Loyola Brandão (1), Péricles
 Eugênio da Silva Ramos (1), Joaquim Brasil Fontes (1),
 Lygia Fagundes Telles (1), Bráulio Pedroso (1),
 Rubem Alves (1) 15 livros.
- 9) ADAPTAÇÕES PARA TEATRO**
- 9.1) Ana Kfoury - *HH informe-se* 93 páginas.
 9.2) Compagnie “Unique” - *L’obscène Madame D* 26 páginas.
 9.3) Reinaldo Moraes - *O caderno rosa de Lori Lamby* 64 páginas.
 9.4) Genilson Pulcineli - *Cartas de um sedutor* 21 páginas.
 9.5) sem identificação adaptador - *A obscena senhora D* 17 páginas.
- 10) TEXTOS DA ESCRITORA PUBLICADOS EM REVISTAS**
 e jornais literários, e em catálogos:
- 1) Catálogo da exposição “Hilda Hilst - 70 anos”,
 realizada no SESC Pompéia em São Paulo, em 2000,
 com curadoria de Gisela Magalhães
- 2) Revista *Caracol Viola* (nº 0), primavera de 1998,
 Campinas/Ponta Porã.
 Texto intitulado “Tô só” (crônica).
- 3) Revista do jornal *Correio Popular*, de Campinas. 14/7/96.
 Poema feito para o pai, Apolônio de Almeida Prado Hilst.
- 4) Jornal literário *Nicolau*, ano VI, nº 46, Curitiba,
 Secretaria Estadual de Cultura - Departamento de Imprensa
 Oficial do Paraná.
 Poema inédito em livro, feito depois da leitura de

Mar paraguayo, de Wilson Bueno.

- 5) D. O. de Leitura/Cultura - São Paulo, janeiro de 97
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - IMESP -
Secretaria de Estado da Cultura.

Dois poemas de *Cantares do Sem Nome e de partidas*.

- 6) *Revista Literária Santista* (nº 29), jan. de 2001. Santos-SP.

Trecho de *Tu não te moves de ti* (novela)

- 7) *Jornal Nicolau*, ano VIII, nº 54.

Conto “Mirta”

- 8) *Jornal Nicolau*, ano IV, nº 34.

Conto “Lucas Naim”.

- 9) *Revista Caras*, edição 119, ano 3, nº 7, 16/2/96.

Quatro poemas de *Cantares do Sem Nome e de partidas*. 9 exemplares.

11) HORÓSCOPO DA ESCRITOR EM FRANCÊS

6 páginas.

12) CORRESPONDÊNCIA

12.1) De amigos

238 páginas.

12.2) De leitores

155 páginas.

12.3) De editores

137 páginas.

12.4) E-mails

114 páginas.

13) ARTIGOS DE TERCEIROS EM JORNAIS E REVISTAS

sobre a obra da escritora

196 páginas.

14) FOTOS

140 fotos.